



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**RAFAELA ESPINDOLA SIQUEIRA**

**IDEOLOGIA, PODER, MÍDIA E POLÍTICA: ANÁLISES DE REPORTAGENS  
SOBRE AS "COMEMORAÇÕES DEVIDAS" AO GOLPE MILITAR DE 1964**

**RECIFE  
2022**

RAFAELA ESPINDOLA SIQUEIRA

**IDEOLOGIA, PODER, MÍDIA E POLÍTICA: ANÁLISES DE REPORTAGENS  
SOBRE AS "COMEMORAÇÕES DEVIDAS" AO GOLPE MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

**Orientadora:** Profa. Dra. Vicentina Ramires

**Área de concentração:** Estudos Interdisciplinares da Linguagem

**Linha de pesquisa:** Análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas

RECIFE  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S618i

Siqueira, Rafaela Espindola  
IDEOLOGIA, PODER, MÍDIA E POLÍTICA: ANÁLISES DE REPORTAGENS SOBRE AS  
"COMEMORAÇÕES DEVIDAS" AO GOLPE MILITAR DE 1964 / Rafaela Espindola Siqueira. - 2022.  
166 f.

Orientadora: Vicentina Ramires.  
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em  
Estudos da Linguagem, Recife, 2023.

1. Ideologia. 2. Hegemonia. 3. Mídia. 4. Poder. 5. Comemorações devidas. I. Ramires, Vicentina, orient.  
II. Título

CDD 470

---

RAFAELA ESPINDOLA SIQUEIRA

**IDEOLOGIA, PODER, MÍDIA E POLÍTICA: ANÁLISES DE REPORTAGENS  
SOBRE AS "COMEMORAÇÕES DEVIDAS" AO GOLPE MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 31/10/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vicentina Ramires – UFRPE  
Orientadora

---

Profa. Dra. Juliene da Silva Barros Gomes – UFAPE  
Examinadora Externa

---

Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior – UFRPE  
Examinador Interno

Aos meus pais, pela fé inabalável em minhas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me amado primeiro e em sua infinita bondade me concedido o dom da vida.

Aos meus pais, José e Miriam, e às minhas sogras, Ruzineide e Lúcia, por serem, acima de tudo, lar.

Ao meu amor, José Durval, por entender e acolher minhas lágrimas e por me entender mesmo quando eu não conseguia falar.

Ao meu irmão de vida, meu revisor, meu parceiro, meu amigo, aquele que pegou na minha mão e não me deixou desistir desse trabalho, Smmyth Albuquerque.

Aqueles que torcem por mim e são um porto seguro sempre que preciso, Sarah Martins, Samanta Rocha, Willian Duarte, e Claudio Rangel.

À minha querida canadian girl, Albylene Silva, por ser desde 2018 o meu pontinho de felicidade e esperança.

Ao querido grupo que formei dentro da Classroom Sala de Estudos (carinhosamente, Crerrum), Aline, Thaisa, Isabelle, Wanessa, Larissa e João Pedro, por tornarem meus momentos de escrita mais leve e descontraídos.

Aos presentes que Recife me deu, Jéssica Maciel e Jasmin Guimarães, e a Elimário Cardozo, por todas as saídas, conselhos e palavras de apoio durante a elaboração desse trabalho.

Ao meu querido grupo da fofoca acadêmica, Ailton Gomes, Paula Korey e Roberta Moura e Jarmersson, por cultivarem em mim sentimentos que teoria nenhuma seria capaz de explicar.

Aos professores queridos Juliene e Temístocles, por me mostrarem o tamanho da pesquisadora que ainda posso ser.

À minha orientadora Vicentina Ramires, por palavras de apoio que eu jamais teria como retribuir.

Às minhas orientadoras para sempre, Morgana Soares e Niede Guedes, por cultivarem em mim uma pesquisadora.

A todos que fazem parte do Colégio Madre de Deus, em especial às minhas coordenadoras, Claudia Galvão, Amélia Castanha e Valéria Oliveira, por serem exemplos dentro e fora do ambiente de trabalho.

A todos aqueles que fazem o PROGEL, por colaborarem tão diretamente no caminhar dessa pesquisa, meu muito obrigada.

“Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas. Mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera”.

– *Pablo Neruda*

## RESUMO

Partindo do pressuposto de que, na atualidade, a exposição midiática potencializada pelas conexões *on-line* é um poder nas disputas ideológicas que atravessam a sociedade que, por consequência, condicionam a produção de sentido e as relações hegemônicas, este trabalho tem como objetivo principal analisar as formas simbólicas construídas nas reportagens sobre as “comemorações devidas” aos 55 anos do golpe militar, propostas pelo presidente – em exercício – Jair Messias Bolsonaro, no ano de 2019, e como estas sustentam relações de poder/dominação na construção do pensamento político-social através da mídia. Ancorados nos preceitos da Análise Crítica do Discurso que tem como seu principal pressuposto ser uma “reação contra os paradigmas formais dominantes” (DIJK, 2017, p. 114), principalmente ancorados nos estudos de Thompson (1995) e Dijk (2012, 2017), analisamos dez reportagens que veiculam a temática das “comemorações devidas”, sendo cinco do jornal Folha de S.Paulo (o de maior circulação no país) e cinco do jornal Diário de Pernambuco (o maior do estado), a fim de entendermos como os modos gerais de operação da ideologia, ou seja, as estratégias ideológicas, são usadas pelos jornais e como funcionam enquanto uma engrenagem que sustenta relações de dominação da mídia até o momento em que se tornam abuso de poder. A partir das análises, evidenciamos que a mídia funciona como uma engrenagem que não apenas constrói, mas sustenta relações de dominação – dado seu poder de atribuir visibilidade a interesses que podem ser mais ou menos convergentes dentro das esferas de poder, sendo, nosso foco, a esfera histórico-política brasileira. Com isso, evidenciamos também que fatos históricos que marcam a população, como a ditadura militar, devem ser discutidos, analisados e percebidos não só no âmbito científico, mas no social, para que possamos nos tornar, a cada dia, não apenas pesquisadores, mas pesquisadores críticos que entendem seu papel na missão de repelir a possibilidade de uma ciência não valorativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia; Hegemonia; Mídia; Poder; Comemorações devidas.

## ABSTRACT

Assuming that, nowadays, media exposure enhanced by online connections is a power in the ideological disputes that cross society that, consequently, condition the production of meaning and hegemonic relations, this work has as main objective to analyze the symbolic forms built in the reports on the “commemorations due” to the 55th anniversary of the military coup, proposed by the president – in office – Jair Messias Bolsonaro, in 2019, and how these sustain relations of power/domination in the construction of political- social through the media. Anchored in the precepts of Critical Discourse Analysis whose main assumption is a “reaction against the dominant formal paradigms” (DIJK, 2017, p. 114), mainly anchored in the studies of Thompson (1995) and Dijk (2012, 2017), we analyzed ten reports that convey the theme of "due celebrations", five from the Folha de S.Paulo newspaper (the one with the largest circulation in the country) and five from the Diario de Pernambuco newspaper (the largest in the state), in order to understand how the general modes of operation of ideology, that is, ideological strategies, are used by newspapers and how they function as a gear that sustains relations of media domination until they become an abuse of power. From the analysis, we show that the media works as a gear that not only builds but sustains relations of domination - given its power to attribute visibility to interests that can be convergent within the spheres of power, with our focus being, the Brazilian historical-political sphere. With this, we also show that historical facts that mark the population, such as the military dictatorship, must be discussed, analyzed and perceived not only in the scientific field, but in the social one, so that we can become, every day, not only researchers, but critical researchers who understand their role in the mission to repel the possibility of a non-evaluative science.

**KEYWORDS:** Ideology; Hegemony; Media; Power; Due celebrations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presidente Dilma Rousseff emocionada ao receber o relatório final da Comissão Nacional da Verdade	24
Figura 2 – Contra a censura	26
Figura 3 – Reportagem 1 do Diario de Pernambuco	53
Figura 4 – Reportagem 2 do Diario Pernambuco	60
Figura 5 – Reportagem 3 do Diario de Pernambuco	69
Figura 6 – Reportagem 4 do Diario do Pernambuco	85
Figura 7 – Reportagem 5 do Diario de Pernambuco	90
Figura 8 – Reportagem 1 da Folha de S.Paulo	99
Figura 9 – Reportagem 2 da Folha de S.Paulo	111
Figura 10 – Recorte da reportagem 2 da Folha de S.Paulo	115
Figura 11 – Reportagem 3 da Folha de S.Paulo	124
Figura 12 – Reportagem 4 da Folha de S.Paulo	133
Figura 13 – Reportagem 5 da Folha de S.Paulo	146

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de análise	15
Quadro 2 – Categorias de análise	50
Quadro 3 – Análise da Reportagem 1 do Diario de Pernambuco	55
Quadro 4 – Análise da Reportagem 2 do Diario de Pernambuco	62
Quadro 5 – Análise da Reportagem 3 do Diario de Pernambuco	77
Quadro 6 – Análise da Reportagem 4 do Diario de Pernambuco	87
Quadro 7 – Análise da Reportagem 5 do Diario de Pernambuco	96
Quadro 8 – Análise da Reportagem 1 da Folha de S.Paulo	105
Quadro 9 – Análise da Reportagem 2 da Folha de S.Paulo	116
Quadro 10 – Análise da Reportagem 3 da Folha de S.Paulo	129
Quadro 11 – Análise da Reportagem 4 da Folha de S.Paulo	140
Quadro 12 – Análise da Reportagem 5 da Folha de S.Paulo	152

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>SEÇÃO 1: A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PÓS GOLPE MILITAR – A HISTÓRIA POR TRÁS DAS COMEMORAÇÕES DEVIDAS</b>	<b>17</b>
1.1	18
1.2	20
1.3	21
1.4	23
1.5	27
<b>SEÇÃO 2: IDEOLOGIA E HEGEMONIA ENQUANTO PRÁTICAS SOCIAIS</b>	<b>30</b>
2.1	31
2.2	31
2.3	35
2.4	40
<b>SEÇÃO 3: A MÍDIA ENQUANTO ENGRENAGEM DO ABUSO DE PODER</b>	<b>44</b>
3.1	45
3.2	46
3.3	48
3.4	49
<b>SEÇÃO 4: ANÁLISES DAS REPORTAGENS</b>	<b>50</b>
4.1	54
4.2	100
<b>5</b>	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

Desde muito pequena fui acostumada a entender a importância de assistir jornais televisivos. Em minha casa, era rotina nos sentarmos ao sofá da sala para assistir o momento do “Boa noite” do Willian Bonner, assim como em muitas e muitas casas em todo país.

Lembro-me do dia em que questionei meu pai sobre a real necessidade de assistirmos ao Jornal Nacional, já que nele só se falavam coisas ruins. Ele respondeu, pacientemente, que todo cidadão inteligente que busca um futuro tem o dever de estar informado a respeito do que acontece em seu país, sejam essas informações boas ou nem tanto.

Isso não acalmou minha mente de criança, mas me fez aceitar que não haveria qualquer outro argumento que convencesse meu pai a tirar do jornal nacional e assistir qualquer outra coisa, afinal, aquela era a hora dos cidadãos ficarem “a par” das coisas que aconteciam em seu país, e, para mim, esse momento nada mais era que um pequeno preço a se pagar para assistir à novela que viria logo depois.

Com o meu crescimento e a potencialização do uso da internet, as notícias começaram a chegar de forma mais rápida, ao alcance de um clique. Não precisávamos mais nos sentar no sofá da sala para nos informar e, embora ainda fizéssemos isso, agora as notícias chegavam até nossos *smartphones* a todo momento, buscando por elas ou não.

Essa facilidade e rapidez de acesso fez com que a mídia como um todo, aderisse ao uso da internet também como meio de propagação de suas notícias, já que hoje, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há, em média, 116 milhões de pessoas conectadas à internet e, conseqüentemente, recebendo e compartilhando informações de forma instantânea, o que deixou a busca por informações na mídia televisiva em segundo plano.

É notável que, atualmente em nosso país, além da mídia impressa e televisiva, muitos cidadãos (privilegiados, claro, mas essa é outra discussão) têm fácil acesso às redes sociais e a internet, como eu tive na época de infância e ainda tenho, isso torna a nossa geração não apenas consumidora de informações, mas também, produtora ativa de comentários e opiniões acerca de qualquer assunto - inclusive, política.

Com todas essas mudanças, acompanhar notícias de forma online se tornou algo da minha rotina, sempre achei interessante perceber as nuances entre um jornal

e outro abordando o mesmo fato. Essas nuances ficavam ainda mais evidentes em notícias de cunho político.

Relacionar o papel da mídia na formação político-discursiva dos cidadãos com os estudos da Análise crítica do discurso (ACD), se tornou para mim o “caminho natural”. Isso ficava evidente a cada aula de Análise do Discurso ministrada pela Profa. Dra. Juliene da Silva Barros Gomes na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns. Não havia nada que explicasse melhor as variantes que eu observava tão claramente entre uma mesma notícia publicada por jornais diferentes.

Dentre todas essas problemáticas, elaboramos<sup>1</sup> as questões que nortearam o desenvolvimento deste trabalho: (i) Qual é, afinal, o papel da mídia na construção de estratégias ideológicas em reportagens sobre a ditadura militar? (ii) Como essas estratégias ideológicas funcionam enquanto uma engrenagem que sustenta relações de dominação da mídia? (iii) Em que momento essas ‘relações’ de dominação se tornam ‘abuso’ de poder?

Martins (2018) discute que pelo poder da mídia perpassam interesses de grupos que disputam também por poder político, econômico e/ou social; assim sendo, a mídia deveria tornar-se um instrumento para a propagação da democracia, tendo em vista que ela não substitui o papel dos governos, mas os põe ‘a prova’, ou deveria.

Dijk (2017) afirma que manifestações do poder político através da mídia, são eventos sociais, e dessa forma, campos fecundos para a investigação com estudo da Análise Crítica do Discurso – ACD; Van Dijk (2003) também considera que o discurso da imprensa é um dos tipos de discurso de elite, dessa forma, examiná-lo é um caminho privilegiado na investigação dos dispositivos aos quais a linguagem é utilizada em prol ou contra determinado segmento social ou panorama específico.

É, portanto, partindo desses pressupostos que este trabalho tem como seu objetivo geral analisar as formas simbólicas construídas nas reportagens sobre as ‘comemorações devidas’ aos 55 anos de golpe militar propostas pelo presidente –em vigência – Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019, e como estas sustentam relações de poder/dominação na construção do pensamento político-social através da mídia.

---

<sup>1</sup> Deste ponto em diante, o uso do plural justifica-se por tratar-se de uma construção conjunta entre a pesquisadora e a orientadora deste estudo.

Como objetivos específicos desta pesquisa, temos: (i) identificar quais os modos de operação da ideologia presente nas reportagens analisadas; (ii) investigar como, a partir de cada um dos modos de operação da ideologia, cada jornal cria estratégias de construções simbólicas por meio do uso de citações de personalidades da esfera política; e (iii) averiguar de que maneira os sentidos construídos nas reportagens, por meio dessas citações, sustentam as relações e os abusos de poder que partem dos jornais.

As reportagens analisadas são dos portais *online* dos jornais Diário de Pernambuco e Folha de S. Paulo, a saber, 5 e 5 respectivamente, totalizando 10 reportagens, todas abordando a mesma temática: as “comemorações devidas” que o então presidente, Jair Messias Bolsonaro, decretou que todos os quartéis realizassem em 31 de março de 2019, ano em que a ditadura completou 55 anos no Brasil.

No que diz respeito à estrutura composicional deste trabalho, no primeiro capítulo delimitamos uma linha cronológica com todas as informações históricas a respeito do período ditatorial, como ele foi planejado e iniciado: “a história por trás das comemorações devidas”.

No segundo capítulo, discutimos as noções de ideologia e hegemonia enquanto práticas sociais, principalmente fundamentados nos preceitos de Thompson (1995), Gramsci (2000) e Fairclough (2016).

No terceiro capítulo, nos detivemos na discussão sobre o discurso midiático, sua estrutura e funcionamento, o modo como chega até as massas e, ancorados nas premissas de Charaudeau (2006) e Djik (2000, 2006, 2012, 2017), como essa macroestrutura funciona como uma engrenagem de sustentação das relações de dominação e/ou abuso de poder.

O quarto capítulo, por sua vez, se destina a análises das reportagens, ancorados majoritariamente na categoria de análise “modos gerais de operação da ideologia”, teoria proposta nos estudos de Thompson (1995).

Isto posto, esta pesquisa justifica-se através da importância de problematizarmos a maneira como eventos que celebram marcos da história que deixaram cicatrizes sociais, históricas e econômicas no país e na população, são propagados e difundidos na mídia, partindo desse viés, como hipótese evidenciamos que a construção discursiva dos jornais, ao mesmo tempo em que pode contribuir para reforçar e (re)produzir antigas concepções sobre o contexto sócio-histórico, também pode moldar a construção do pensamento político-social através de estratégias

ideológicas orientadas, já que, como afirma Dijk (2017, p. 115) “estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade”.

Em relação aos fundamentos teórico-metodológicos, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 101), “Todas as coisas implicam processo”. Dessa forma, a escolha do método dialético como método de abordagem deste trabalho, justifica o processo de análises aqui realizadas, tendo em vista que este método “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 105). Isto posto, como tipo de pesquisa adotamos o qualitativo, já que este trabalho procura desenvolver as teorias aqui fundamentadas explicitando a relação entre o mundo e o sujeito, algo que “não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

O tipo de pesquisa do ponto de vista de sua natureza é a pesquisa básica. De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 20) essa escolha justifica-se, pois, a presente pesquisa “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Por identificarmos, analiticamente, que o abuso de poder por parte dos jornais constrói-se por meio de escolhas ideológicas conscientemente orientadas, partindo do ponto de vista dos objetivos, temos como tipo de pesquisa a exploratória, já que há neste trabalho uma necessidade de tornar explícito o abuso de poder através das análises bibliográficas explícitos em reportagens dos jornais Diário de Pernambuco e Folha de S.Paulo.

A escolha do *corpus* desta pesquisa foi feita de forma documental indireta a partir da observação de reportagens dos jornais Diário de Pernambuco e Folha de S.Paulo, veiculadas em suas páginas *online* (*sites*), que tratam das “comemorações devidas” ao aniversário do golpe militar de 1964, propostas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, no período de março e abril de 2019, meses nos quais se intensificaram as discussões a respeito do assunto, já que no mês de março do 2019, o golpe militar em nosso país completou 55 anos.

O recorte de escolha baseou-se, inicialmente, no levantamento de todas as reportagens publicadas sobre o tema no espaço temporal citado anteriormente, que resultou na identificação de 23 reportagens. Durante o percurso do curso de mestrado, a pesquisadora utilizou 13 reportagens como *corpus* de análise em trabalhos diversos

e, por esse motivo, 10 reportagens foram selecionadas e analisadas neste estudo, baseadas nas categorias descritas abaixo:

Quadro 1 – Categorias de análise

<i>Modos gerais de operação de ideologia</i>	<i>Algumas estratégias típicas da construção simbólica</i>
Legitimação	Racionalização: Segundo Thompson (1995), nessa estratégia constrói-se uma cadeia de raciocínio que busca defender, justificar e persuadir uma causa digna de suporte.
	Universalização: Aqui são criados acordos que servem aos interesses de alguns, mas são apresentados como servindo aos interesses de todos, ou seja, ilusoriamente democráticos, defende Thompson (1995).
	Narrativização: Nessa estratégia, o passado é contado através de histórias que transformam o presente em uma “tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 1995, p. 83)
Dissimulação	Deslocamento: Para este tipo de estratégia, Thompson (1995) esclarece que a um objeto ou pessoa é atribuído um termo que já era atribuído a outrem, objetivando a transferência de conotações positivas ou negativas para o sujeito/objeto.
	Eufemização: Através de mudanças sutis no que está sendo dito, “ações, instituições e relação sociais” são reescritas buscando provocar essencialmente uma valorização positiva. (THOMPSON, 1995, p. 84)
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora): Uso figurativo da linguagem que, segundo Thompson (1995), se apresenta normalmente nos escritos literários.
Unificação	Estandarização: Também chamada de padronização, nessa estratégia, formas simbólicas são criadas e moldadas à uma referência padrão. Thompson (1995, p. 86) também explana que são utilizadas principalmente por autoridades de estados que buscam elaborar um tipo de “linguagem nacional” que funcione como identidade de grupo onde se obedece a uma hierarquia legitimada.
	Simbolização da unidade: Segundo Thompson (1995), nessa estratégia símbolos como bandeiras, hinos e <i>slogans</i> são construídos para gerar uma identificação coletiva.
Fragmentação	Diferenciação: Essa é a estratégia de construção simbólica onde se enfatiza as diferenças entre os grupos, criando divisões entre as pessoas
	Expurgo do outro: Thompson (1995) esclarece que nesse tipo de estratégia constrói-se um inimigo público que é retratado como mau, perigoso, alguém a ser combatido.
Reificação	Naturalização: Um acontecimento histórico nessa estratégia é, segundo Thompson (1995), tratado como um resultado inevitável, um acontecimento de ordem natural.
	Eternalização: Semelhante a naturalização, nessa estratégia fenômenos sócio-históricos são esvaziados do seu caráter histórico ao serem

<i>Modos gerais de operação de ideologia</i>	<i>Algumas estratégias típicas da construção simbólica</i>
	apresentados como “permanentes, imutáveis e recorrentes”, o que cria um caráter de sociedade “a-histórica” (THOMPSON, 1995, p. 88)
	Nominalização / passivização: “Concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas em prejuízos de outros”, através de recursos gramaticais como uso do gerúndio, apagamento do agente através do uso da voz passiva e foco no agente através do uso de voz ativa. (THOMPSON, 1995, p. 86)

Fonte: Thompson (1995, p. 81).

As reportagens escolhidas do jornal Diário de Pernambuco, temos: 1) “Bolsonaro comparara relação entre ditadura e vítimas com casamento desfeito”; 2) “Confira dicas de livros e filmes para entender os anos de chumbo da Ditadura Militar”; 3) “Deputado recorrerá a órgão internacional por ‘comemoração’ do golpe de 64”; 4) “Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Vélez a jornal”; e 5) “MPF fala em crime de responsabilidade de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64”.

Do jornal Folha de S. Paulo, por sua vez, temos: 1) “Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz”; 2) “Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964”; 3) “Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas”; 4) “Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista”; e 5) “Defensoria Pública irá à Justiça contra comemoração do golpe de 1964”.

A pertinência para escolha dos jornais se deu, primeiramente, a partir de alguns fatores: o jornal Diário de Pernambuco é o de maior veiculação no Estado onde a pesquisadora reside e, segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), é hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina. Já a Folha de S.Paulo, fundada em 1921, é o jornal de maior circulação no nosso país, de acordo com Pilagallo (2012).

## **SEÇÃO 1: A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PÓS GOLPE MILITAR – A HISTÓRIA POR TRÁS DAS COMEMORAÇÕES DEVIDAS**

### **1.1 O PONTO DE PARTIDA**

Embora não seja a ditadura militar *corpus* desta pesquisa, precisamos recapitular historicamente o pano de fundo, a cortina teatral que foi aberta em 1964, timidamente, dando início ao fenômeno mitológico -tristemente real- ao qual chamamos, ainda na data da escrita dessas palavras, de Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, responsável pelas palavras que idealizaram este trabalho e pela triste história que engloba as “comemorações devidas” aos 55 anos de Ditadura Militar no Brasil.

Em 31 de março de 1964, sob a suposta ameaça do forte avanço do poder comunista no Brasil, os militares instauravam uma forma de governo que conhecemos hoje como Ditadura Militar, regida pelo uso excessivo da força, da violência, da tortura e da execução àqueles com ideais contrários.

Ao contrário do que parece quando explicado em linhas gerais, houveram antecedentes que, progressivamente, desenharam o que os militares denominaram de “reposta preventiva aos avanços comunistas”, como afirmam Barbosa e Nascimento (2021), um desses antecedentes, discute o jornalista Carlos Chagas (2014), foi o início da campanha de Jânio Quadros, em 1960 -que viria a renunciar pouco depois de sua vitória-, e já se mostrava populista demais, com a imagem de uma vassoura que representava o símbolo da campanha, buscando atingir a classe trabalhadora, principalmente, a mulher trabalhadora, a verdadeira dona da vassoura, bem como a ideia de varrer a corrupção.

A partir da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, têm-se o que Chagas (2014, p. 35) denomina de “prelúdio da conspiração”, falava-se muito nesse período de mudanças efetivas das políticas públicas que resultariam em reformas de base lideradas por João Goulart (Jango) -que era até a renúncia de Jânio Quadros, seu vice-presidente-, reformas essas que contemplariam a criação de novos direitos trabalhistas, a estatização de empresas privadas como as refinarias de petróleo, participação dos empregados no lucro das empresas e o ensino público exclusivo, todas, claro, apoiadas pela esquerda e duramente criticadas pelo conservadorismo da

época, o que deu início a uma frente “anti-jango” e “antirreformas”, e, conseqüentemente:

Aproximava-se o confronto. O Congresso rejeitava boa parte dos projetos reformistas de Jango, os sindicatos desencadeavam greves atrás de greves, e Leonel Brizola forçava o cunhado a avançar mais no rumo do que poderia tornar-se uma revolução. Enquanto isso, a embaixada dos Estados Unidos, mergulhada até o pescoço na conspiração, fornecia recursos para todo movimento e todo veículo de comunicação que se dispusesse a levantar a bandeira do anticomunismo. (CHAGAS, 2014, p. 37)

Toda a história que delimitou o início da tomada de poder pelos militares foi marcada, especialmente, por falácias e campanhas que, como discutem as historiadoras Schwarcz e Starling (2015, p. 261), tinham um claro objetivo estratégico: “construir uma frente parlamentar opositora no Congresso, emperrar o governo e abrir caminho para o golpe”.

Tendo observado seu governo ser marcado por altos índices de inflação e desaprovação, ainda houve durante o movimento “anti-jango” a instituição de organizações que eram responsáveis por subsidiar manifestações públicas anticomunistas e antigovernamentais, proporcionando identificação nos grupos de extrema direita, bem como naqueles falsos burgueses que se sentiam ameaçados pela então vigente ameaça comunista. Com isso, fadado as provações que vinha passando em seu governo, Jango solicita que seja decretado o estado de sítio, que se configura como um

[...] instrumento utilizado pelo Chefe de Estado em que se suspende temporariamente os direitos e as garantias dos cidadãos e os Poderes Legislativo e Judiciário ficam submetidos ao Executivo, tendo em vista a defesa da ordem pública. No Brasil, para decretar o Estado de Sítio, o chefe de Estado, após o respaldo do Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional - que oferecerão parecer não vinculativo - solicita uma autorização do Congresso Nacional para efetivar o decreto. (OLIVEIRA, 2009).

O que o então presidente não esperava era que sua decisão e a recusa do congresso em acatar sua solicitação, seria o estopim para que as pessoas acreditassem na ameaça que estava sendo desenhada. Isso fez com que no dia 19 de março de 1964, uma multidão de aproximadamente 500 mil pessoas, afirmam Schwarcz e Starling (2015), saíssem, no que deram o nome de “Marcha da Família”, da praça de República em São Paulo com destino a praça da Sé, com o intuito de proclamar em uníssono que buscavam salvar o Brasil de Jango e sua ameaça comunista.

A marcha que parou São Paulo era a comprovação de que se consolidara uma frente de oposição ao governo, com capacidade de mobilização e composição social heterogênea. Na origem dessa frente, em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto acenderam o ativismo das classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual. E tudo isso junto ajuda a entender a intensidade e a extensão do movimento. Entre 19 de março e 8 de junho de 1964, uma multidão marchou com Deus contra João Goulart — ou, após 31 de março, para comemorar a vitória do golpe que depôs seu governo — em pelo menos cinquenta cidades do país, incluindo capitais e cidades de pequeno ou médio porte. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 263).

Com apoio da grande massa que clamava o fim do precursor comunista João Goulart, o que viria depois seria a consolidação do plano. Chagas (2014) explana que, mesmo já no poder, os militares buscavam passar para o povo uma falsa sensação de normalidade, já que claramente, essa revolução foi causada pelo povo que clamou contra o vilão que ameaçava sua família e seus bens, por isso, propagava-se a ideia de que o país era ainda governado por presidentes, mesmo o povo estando tolhido do direito de participar dessa escolha.

## **1.2 OS ATOS INSTITUCIONAIS**

No meio da extensa lista de poder que se delimitou de 1964 a 1985, em 13 de dezembro de 1968 aconteceu a propagação de um dos muitos decretos institucionalizados no período ditatorial, denominados de Atos institucionais. Dentre eles, aquele que viria ser conhecido como um dos mais severos, o “Ato institucional nº5”.

O documento trazia doze artigos, dentre eles o Ato Complementar nº 38 que estipulava o fechamento do congresso nacional por tempo indeterminado. Além disso, o popularmente conhecido AI-5:

[...] suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 269).

O AI-5 foi imposto ao país como uma ferramenta de intimidação, assim como todos os atos institucionais promulgados, buscavam categorizar e institucionalizar legalmente abusos de poder e situações em que a violência, a tortura e até a execução

eram legalizadas, além de impor limites, tolher a autonomia dos poderes e delimitar participações políticas. Schwarcz e Starling (2015) explanam, por exemplo, que o primeiro Ato Institucional foi planejado, redigido promulgado em segredo oito dias após o golpe. Este Ato possuía onze artigos e transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário, suspendia as garantias individuais e, além de tudo isso, permitia que o presidente da República pudesse cassar mandatos, cancelar os direitos políticos dos cidadãos pelo prazo de dez anos e demitir, a qualquer momento, funcionários públicos civis e militares.

Para que o conhecido AI-1 fosse de fato legitimado, os militares condecoravam uns aos outros poderes constitucionais que permitiam a fácil manipulação jurídica, o que, apontam Schwarcz e Starling (2015, p. 270) os militares expuseram na introdução do referido ato como sendo “A Revolução vitoriosa [...] a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte”.

Os Atos Institucionais garantiam legitimidade ao sistema e institucionalizavam a repressão, transformando, por exemplo, embarcações marinhas e campos de futebol em prisões.

O estado de Pernambuco, assim como tantos outros, foi alvo severo de repressões que, como explanam Schwarcz e Starling (2015), ficaram conhecidas como “manobras policiais-militares”. Essas manobras foram responsáveis por bloqueio de ruas, detenção em massa e buscas em propriedades privadas e chamadas pelos militares de “operação limpeza”, institucionalizada pelo AI-1 e responsável pela detenção de aproximadamente 50 mil pessoas, apontam Schwarcz e Starling (2015).

Após a grande limpeza, veio a instauração do AI-2, que ficou responsável por reduzir a pó os poderes do congresso e do judiciário, “suprimindo as eleições por voto popular para presidente da república e extinguindo os partidos políticos até então existentes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 270).

### **1.3A MÁQUINA DE REPRESSÃO**

Dentre os muitos órgãos frutos dos atos institucionais, começamos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), criado pelo General Golbery, em 1964, com um orçamento estratosférico de 260 mil dólares e era um sistema “reticulado que abrigava o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão

construído pelos militares” (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p. 272), com o objetivo de colher e categorizar informações criando uma base secreta do governo responsável por elaborar estratégias através de uma rede de informação que atuava dentro da sociedade em diversas esferas e em todos os níveis da administração pública.

Sob a escola do SNI, a máquina de repressão comandada pelos ditadores torna-se maior e mais inteligente. Schwarcz e Starling (2015) esclarecem que um dos primeiros passos foi a criação da Operação Bandeirante (Oban), comandada por oficiais especiais, policiais civis e militares e financiada por grandes empresários paulistanos e executivos de multinacionais como Ultragaz, Ford e Volkswagen e organizada para obter coleta de informações, instituir interrogatórios e criar operações de combate, “cuja estrutura e funcionamento são, até hoje, um bem guardado segredo da ditadura” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 272).

Em sequência, têm-se, em 1970, a criação dos Centros de Operação e Defesa (CODI) e o Destacamentos de Operação Interna (DOI), ambos comandados pelo ministro do Exército, Orlando Geisel.

Popularmente conhecidos como Codi-Doi, e funcionando em modelo de subordinação, os Codi-Doi foram responsáveis por conduzir a maior parte das operações de repressão e tortura. O Codi, funcionando como a engrenagem organizacional, ou unidade de planejamento e o Doi enquanto “braço operacional”. Hoje, segundo estudos realizados pelo projeto Memorial da Resistência de São Paulo, funciona neste prédio que em período ditatorial ficou conhecido como “açougue” a 36º Departamento de Polícia de São Paulo<sup>2</sup>.

Oliveira (2021) explana que era neste prédio que serviu e morou por um tempo com sua família “um dos heróis às avessas do presidente Jair Bolsonaro”, nome que foi lembrado pelo mesmo ao participar do golpe sofrido pela então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016, quando bradou favorável a votação em memória dele, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/destacamento-de-operacoes-internas-do-centro-de-operacoes-para-a-defesa-interna-doi-codi-sp/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (ESTADÃO, 2019, transcrição de áudio do vídeo).

Para que a máquina funcionasse, além de torturadores como o Coronel Ustra, era preciso que se existisse um determinado nível de organização que, além de legalizar essas práticas fossem responsáveis por 'limpar a sujeira' que, por aproximadamente 20 anos transformou nomes em fantasmas, para que isso fosse feito

[...] a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo de delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda, descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 272).

A máquina era imensa. A engrenagem que trabalhava a favor da destituição da ameaça comum com o tempo perdeu seu foco. No início, a batalha era contra a ameaça comunista, agora, a ameaça parecia estar presente em tudo e todos. Estudantes, artistas, jornalistas, músicos, secundaristas, tudo e todos que ousassem ser contrários à repressão poderiam se tornar mais uma engrenagem defeituosa, uma peça descartada.

#### **1.4 OS FANTASMAS E A VERDADE**

Após 21 anos de poder, desenhava-se o que começava a ser a queda do poder militarista. Mas é claro que as forças armadas, que acreditavam matar em troca do bem do país, encontrariam um jeito de preservar seus interesses e a legitimidade de seus atos. A partir disso, começaram as exigências dos militares para que pudessem renunciar ao controle direto do poder executivo, Schwarcz e Starling (2015) explanam que

Uma das exigências dos militares era manter ativas as estruturas concebidas durante a ditadura, entre elas o sistema de informação e segurança. Além disso, demandavam a garantia de que permanecesse intocável quem tivesse se envolvido com a repressão política — não haveria “revanchismo”, costumava-se dizer nos quartéis. Por fim, exigia-se a continuidade dos incentivos para o desenvolvimento da indústria de armamento criada a partir de 1964, de comum acordo com os empresários, e das empresas relacionadas à segurança do Estado, sobretudo as de telecomunicações e informática. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 272).

Em outras palavras, os militares queriam permanecer intocáveis pós queda, e conseguiram. Conseguem até hoje. Tudo começou em 1978 quando o Coronel Geisel revogou o decreto que mantinha cerca de sete mil exilados e oitocentos presos políticos. Em 1979, o então presidente João Baptista Figueiredo, em uma tentativa de dar continuidade à política de Geisel, assinou a norma que hoje conhecemos como Lei da Anistia, que concedeu perdão aqueles chamados pela ditadura de ‘subversivos’, os cidadãos perseguidos politicamente pelos militares. Sobre isso, Westin (2019) explica

Foram anistiados tanto os que haviam pegado em armas contra o regime quanto os que simplesmente haviam feito críticas públicas aos militares. Graças à lei, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias. (WESTIN, 2019).

Mas nada disso apagou a memória das famílias que ainda procuravam por seus entes queridos e nem puniu os responsáveis. Foi só em 2011, praticamente 30 anos depois do fim da ditadura militar, que se criou de fato algum nível de responsabilidade afetiva para com essas famílias que ainda não tinha explicações sobre o destino de seus pais, filhos, maridos, familiares e amigos. Foi através da instituição da Comissão Nacional de Verdade, durante o mandato da Presidente Dilma Rousseff, que se abriu, pela primeira vez no âmbito legislativo, a engrenagem maquinária que responsável pela interrupção de 434 histórias.

Nome muito importante quando se fala em ditadura militar, Dilma Vanna Rousseff foi uma das ‘subversivas’ perseguidas e atacadas pelo militarismo. Ex-guerrilheira do grupo conhecido como Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, um dos tantos que mantinham aceso o viés da luta contra a ditadura, a jovem Dilma foi presa, aos 22 anos, na sede na Oban em São Paulo, e torturada pela ditadura também nos porões escondidos em Juiz de Fora (MG) e no Rio de Janeiro, onde, por

dois anos e sete meses foi submetida aos mais dolorosos e desumanos níveis de tortura.

Em 2001, a então secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff, prestou um depoimento onde fala pela primeira vez detalhes de seu tempo à mercê do militarismo ditatorial. Apenas trechos do depoimento foram publicados para a população em um *post* em sua própria página da rede social *Facebook*. Dilma só viria a falar do tempo em que foi torturada novamente quando foi entrevistada pelo responsáveis quanto ao apuramento de informações para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Sobre o momento que foi presa, Dilma conta:

Eu me lembro de chegar na Operação Bandeirante, presa, no início de 1970. Era aquele negócio meio terreno baldio, não tinha nem muro, direito. Eu entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar: “Mata!”, “Tira a roupa”, “Terrorista”, “Filha da puta”, “Deve ter matado gente”. E lembro também perfeitamente que me botaram numa cela. Muito estranho. Uma porção de mulheres. Tinha uma menina grávida que perguntou meu nome. Eu dei meu nome verdadeiro. Ela disse: “Xi, você está ferrada”. Foi o meu primeiro contato com o esperar. A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro. (BRASIL, 2014a, p. 130).

Dentre os muitos relatos fortes e tocantes, ela afirma quase que poeticamente “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”. Foram essas marcas que a levaram às lágrimas quando, no dia 10 de dezembro de 2014, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a presidente Dilma Rousseff recebeu em suas mãos os três volumes do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que foram responsáveis por identificar vítimas e culpados, nominalizando os responsáveis e proporcionando novas certidões de obtido para aqueles familiares que ainda procuravam pelos seus, na intenção de possibilitar que essas famílias enterrassem de vez essa busca que tanto durava. A imagem a seguir representa esse momento:

Figura 1 – Presidente Dilma Rousseff emocionada ao receber o relatório final da Comissão Nacional da Verdade



Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Mesmo que não tenha poder no âmbito judiciário, ou seja, não poderia julgar e punir os nomes identificados como culpados, a instituição da Comissão Nacional da Verdade expõe e documenta as graves violações aos direitos humanos cometidas durante o período ditatorial, além de pôr em discussão o amplo caráter ofertado pela lei da anistia, já que esse relatório, mesmo não julgando, recomenda que haja sim punição aos torturadores da época.

Apesar da tentativa, muitos historiadores discutem o caráter superficial de alguns pontos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, já que, como afirmam Schwarcz e Starling (2015)

A CNV, porém, não cumpriu a função de tocar no ponto central da memória e da verdade factual dos fatos e eventos — que é a verdade da política: o acesso aos arquivos de documentos que permanecem sob a guarda das Forças Armadas, em especial os arquivos microfilmados, a partir de 1972, pelos órgãos de informação e repressão das três forças militares — eles continuam praticamente inacessíveis e uma grande oportunidade se perdeu. A frustração que pode advir dessa perda não é desimportante: sublinha os recuos e as dificuldades encontradas até hoje pelos governantes brasileiros após 1985 — incluindo o mandato de Dilma Rousseff, uma ex-guerrilheira que foi presa e torturada — para impor no país a proeminência civil do governo democrático. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 299)

Carlos Marighella e Vladimir Herzog são apenas dois dos nomes que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade declara, pela primeira vez na história, como vítimas. A Lei da Anistia categorizou todos os envolvidos na ditadura como igualmente

culpados. Os militantes exilados dignos de perdão por terem cometido o crime de se opor ao militarismo, os assassinos perdoados por estarem defendendo o Brasil de uma ameaça, e os mortos, esquecidos. Foi nesse contexto durante o mandato do último presidente ditador do Brasil, João Figueiredo, pouco antes da promulgação da Lei da Anistia que o Brasil viu uma revolução contra censura começar nas revoltas sociais através da arte, e, apesar de choro de Marias e Clarices, os artistas sabiam: o show tinha que continuar.

### 1.50 COMEÇO DO FIM: DIRETAS JÁ!

Durante todo período ditatorial as artes foram um instrumento de luta contra a repressão militarista, motivo pelo qual vários músicos, cartunistas, compositores, artistas plásticos foram exilados, fazer arte era (e continua sendo) um ato político, mas foi em meados de 1968 que a longa noite se tornou “Tempo negro. Temperatura sufocante” (JORNAL DO BRASIL, 1968). A seguir, consta a imagem do jornal:

Figura 2 – Contra a censura



Fonte: Arquivo/CPdoc/Jornal do Brasil. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2018/12/964891-um-pais-varrido-pelo-ai-5.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Foi na ascensão das revoltas sociais, estudantis e de guerrilha que tomaram força também as revoltas artísticas, com isso “os militares iriam descobrir depressa que prender intelectual ou reprimir artista não era coisa trivial” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 272). A censura oficial já era uma prática no Brasil desde a Constituição de 1946, mas foi com a instituição de AI-5 que ela se tornou uma ferramenta de repressão e julgamento para com artistas, estudantes, intelectuais e mídia em geral:

Intelectuais eram vigiados e professores universitários, forçados à aposentadoria. Um grupo de dez dos principais pesquisadores da Fundação Instituto Oswaldo Cruz foi proibido de trabalhar no Brasil, e um dos maiores historiadores do país, Caio Prado Jr., estava preso. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 274).

A violência fazia pouca questão de se esconder, em 28 de março de 1968, um estudante foi morto dentro de um restaurante universitário, um jornalista de renome que se entregou voluntariamente ao Codi-Doi cometeu suicídio com os pés no chão e dois meses depois, na mesma cela, um operário suicida-se em condições idênticas, todos esses casos fizeram aflorar ainda mais e de forma mais rápida a revolta da população que já não aguentava perder os seus.

Foi quando, em outubro de 1975, cerca de 30 mil estudantes interromperam as aulas nas principais universidades de São Paulo para alinharem uma mobilização contra ditadura que entraria para história e reunia órgãos como o Sindicato dos Jornalistas, os movimentos estudantis, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Essa frente culminou em um culto ecumênico na Catedral da Sé que, segundo os estudos de Schwarcz e Starling (2015), foi celebrado pelo rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner, D.Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright, e como convidado, o arcebispo de Olinda e Recife, D.Helder Câmara.

O culto ecumênico em memória de Herzog foi o marco a partir do qual a sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição começaram a formar um arco de alianças para dar combate à ditadura. O núcleo aglutinador da aliança oposicionista era a exigência de retorno ao estado de direito e a reivindicação dos direitos de cidadania, e, dali em diante, as oposições iriam avançar persistentemente no rumo da retomada democrática — e não na direção do projeto de abertura controlada proposto pelos generais. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 280).

Até que o último ditador largasse a faixa presidencial, ainda haveria cerca de 10 anos de luta e resistência. Essa luta foi marcada também pelo desenvolvimento da

mídia livre, onde através de publicações em formato tabloide dava espaço para o ativismo das minorias políticas frente a luta contra ditadura militar. Uma das publicações livres mais famosas nessa época foi o jornal “O Pasquim”, que surgiu como uma iniciativa do Jornalista gaúcho Tarso de Castro, com o intuito de “se tornar uma pedra no sapato dos poderosos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, 2021). O Pasquim contava com a contribuição de nomes conhecidos até hoje no cenário midiático brasileiro -e fora dele-, os cartunistas Ziraldo e Fortuna, os jornalistas Paulo Francis e Millôr Fernandes.

O fim do período ditatorial teve seu ponto de partida quando, em março de 1983, o até então desconhecido deputado Dante de Oliveira (PMDB-Mato Grosso) formalizou uma emenda constitucional que visava reestabelecer o voto popular.

Sabendo da grande probabilidade de arquivamento da “Emenda Dante de Oliveira”, como ficou conhecida, lideranças dos partidos PMDB, PT, PDT e PTB, nomes como Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva, Lionel Brizola, Tancredo Neves e Doutel de Andrade, saíram juntos pelo Brasil em uma caravana que bradava pelas DIRETAS JÁ!

Percorreram 22 mil quilômetros, passaram por quinze estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e reuniram quase 1 milhão de pessoas. A campanha das Diretas Já tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa. Jornalistas da TV Globo compareciam ao trabalho com gravatas de intenso amarelo, em protesto contra a decisão da direção da emissora de ignorar os comícios e as manifestações de massa. Até acontecer a campanha das Diretas, a direção da Rede Globo acreditava que um fato não noticiado em seus telejornais era um fato inexistente — e a emissora tomou um susto inesquecível quando percebeu a força do movimento e se viu obrigada a correr atrás e cobrir os comícios. Mas nem a TV Globo nem os partidos de oposição, nem mesmo Ulysses Guimarães, que se tornaria o Sr. Diretas, nada fazia prever a onda dos gigantescos comícios que se seguiram. O primeiro, em Belo Horizonte, reuniu cerca de 300 mil manifestantes na praça Rio Branco; o segundo, no Rio de Janeiro, levou 1 milhão de pessoas para a Candelária; o último, em São Paulo, bateu a marca de 1,5 milhão de participantes. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 280).

Esse movimento tomou as ruas brasileiras e o coração do povo, e mesmo com isso a emenda Dante Oliveira não foi aprovada embora tenha recebido 298 votos a favor e 63 contrários, a emenda foi recusada por não apresentar a mínima de dois terços dos votos, votos esses que somatizariam apenas 22, eram 22 vezes caladas que enterravam a possibilidade de uma transição política.

Mesmo impedida, a “Emenda Dante Oliveira” fez escola, reacendeu a chama de quem queria tornar o país democrático, e mesmo através de eleições diretas, desenhou-se um novo Brasil, imperfeito, mas democrático.

Foi através da promulgação da Constituição de 88, conhecida como “Constituição Cidadã”, fruto de um sonho de Tancredo Neves que ele jamais viu concretizado -em decorrência de sua morte em 21 de abril de 1985-, que se deu início, no Brasil, a um período de onde se priorizava a vigência das liberdades públicas e de sólidas premissas democráticas, e foi nesse momento que se delimitou que todas as eleições presidenciais fossem vencidas nas urnas, pelo poder do povo, e isso jamais tinha sido questionado, até agora, até o surgimento do fenômeno mitológico - tristemente real- ao qual chamamos, ainda na data da escrita dessas palavras, de Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

## **SEÇÃO 2: IDEOLOGIA E HEGEMONIA ENQUANTO PRÁTICAS SOCIAIS**

### **2.1 IDEOLOGIA: CONTORNOS HISTÓRICOS**

Tendo em vista que todas as práticas sociais são permeadas pelo discurso e que esse é dotado de posições identitárias, há um conceito chave quando se fala em análises que possuem como embasamento teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD), o conceito de ideologia.

De acordo com Thompson (1995, p. 43), o conceito de ideologia foi originalmente introduzido pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1776, como um “rótulo para uma suposta ciência das ideias”. Com isto, o termo “ideologia” logo passou a ser uma “arma numa batalha política, travada no terreno da linguagem”. Isto fez com que, como afirma Thompson (1995, p. 43), o conceito acerca do termo ideologia logo se tornasse abusivo, e assim, refletisse a “preguiça e a sofisticação de certas ideias”. Ainda assim, ao ser usado atualmente, o termo ideologia ainda apresenta traços dos muitos usos que assinalou sua história.

Como objetivos para esse novo empreendimento que era conceituar a ideologia, Thompson (1995) explana que o filósofo inferia que não se pode conhecer as coisas em si mesmas, e sim, apenas se pode conhecer as ideias que são formadas sobre tais coisas. Com isso, podendo analisar tais ideias de forma sistemática, se garantiria “uma base segura para todo conhecimento científico”.

Destarte, a ideologia, literalmente a “ciência das ideias” de acordo com Thompson (1995), deveria ser a base de todo conhecimento científico: da gramática, da lógica, da educação e da moralidade, tornando-se finalmente a maior de todas as artes, onde o ser humano encontraria auxílio, e por conseguinte, a compreensão da natureza, o que possibilitaria a reestruturação da ordem social e política.

### **2.2 O IDEÓLOGO MARX SOB A ÓTICA DE THOMPSON**

#### **3.2.1 CONCEPÇÃO POLÊMICA, EPIFENOMÊNICA E LATENTE DE IDEOLOGIA**

Thompson (1995) descreve o trabalho de Marx com a concepção da ideologia como algo instaurado nos moldes da ambiguidade. Por conseguinte, Thompson

(1995, p. 49) afirma que com Marx a concepção de ideologia obteve “um novo status como instrumental crítico e como componente de um novo sistema teórico”.

É então com a escrita da obra “A ideologia Alemã” que Marx e Engels inferem ao termo ideologia um caráter negativo. O que culminou no grande julgamento ao ato do “pensar crítico” dos jovens hegelianos, com isso, Marx e Engels buscavam desacreditar tais ideais ideológicos, os vinculando às doutrinas que foram estreitamente difundidas na França nos séculos anteriores, discute Thompson (1995).

Mediante o exposto, Thompson (1995, p. 51) discute que a partir dos ideais aludidos por Marx e Engels, este uso do termo ideologia pode ser considerado como uma “concepção polemica”, pois:

Ideologia, nesse sentido, é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica. (THOMPSON, 1995, p. 51).

A engenhosidade desta concepção que Thompson (1995) conceitua como concepção polêmica, está na sua ligação com pressupostos pertencentes “à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1995, p. 51). E é a partir de tais pressupostos que o autor elenca o que chama de “possibilidades da concepção polêmica da ideologia”.

Dentre essas possibilidades de concepção, Thompson (1995) elenca três. Na primeira delas, o autor discute que “as formas de consciência dos seres humanos são determinadas pelas condições materiais de sua vida” (THOMPSON, 1995, p. 51), portanto, o desenvolvimento das ideias não deve ser visto como um processo autônomo, quiçá como processos que preceituam o curso da história, mas sim, como processos que estão interligados com “a atividade mundana dos seres humanos produzindo coletivamente seus meios de subsistência” (THOMPSON, 1995, p. 51).

O segundo pressuposto discutido por Thompson (1995) diz respeito à divisão do trabalho, neste, o autor alude que “o desenvolvimento das doutrinas teóricas que veem as ideias como autônomas se torna possível pela divisão, historicamente emergente, entre trabalho material e trabalho mental” (THOMPSON, 1995, p. 51). Nesse contexto, a consciência pôde enfim representar algo mais que consciência da prática, podendo emancipar-se do mundo e então, criar a “teoria pura: a teologia, a filosofia, a ética”, isso demarca a chegada da ideologia “como doutrinas e atividades

teóricas que se consideraram autônomas” (THOMPSON, 1995, p. 53), quando o fato é que não o são.

Por último e não menos importante, o terceiro pressuposto que diz respeito possibilidades da concepção polêmica da ideologia que Thompson (1995) discute baseado nos escritos de Marx e Engels, trata sobre as doutrinas e as atividades teóricas que instituem a ideologia. O autor ainda explana que estas podem ser explicadas através do estudo científico da sociedade e sua história, e por esse estudo devem ser substituídas.

Dessa forma, aquilo que se iniciou uma ciência aparentemente eminente, chamada de “ciências das ideias”, tornou-se parte de um grande enfoque teórico que transpassava seus conceitos iniciais.

Em um segundo momento da obra “A ideologia Alemã” analisada por Thompson (1995), há a inserção de um conceito mais geral na caracterização do termo ideologia, já que neste segundo momento, observa-se a ligação entre a difusão das ideias e o conceito de classes, com isso, surge o que Thompson (1995) denomina de “concepção epifenomênica de ideologia”. Nesta concepção se percebe a ideologia como dependente das condições econômicas, ou seja, a ideologia expressa nesta concepção, os interesses da classe dominante (aquela com maior poder econômico), mesmo essa representação se dando de forma ilusória, exemplificando:

A ideologia expressa os interesses da classe dominante no sentido que as ideias que compõem a ideologia são as ideias que, num período histórico particular, articulam as ambições, os interesses e as decisões otimistas dos grupos sociais dominantes, à medida em que eles lutam para garantir e manter sua posição de dominação. Mas a ideologia representa relações de classe de uma forma ilusória pois que estas ideias não representam acuradamente a natureza e as posições relativas das classes interessadas, ao contrário, elas representam mal estas relações, de uma maneira tal que favorecem os interesses da classe dominante. (THOMPSON, 1995, p. 54).

Com esta concepção, Thompson (1995) defende que o conceito de ideologia alcança um papel sistemático que é referência na obra de Marx. Como na concepção polêmica de ideologia, na concepção epifenomênica Thompson (1995) também elenca três pressupostos que a subjazem. No primeiro deles, Thompson elucida que Marx “assume que as condições econômicas de produção têm um papel primário na determinação do processo de mudança sócio-histórica” (THOMPSON, 1995, p. 55), então desta forma, as condições econômicas devem ser percebidas como o meio mais importante para fundamentar as transformações sócio-históricas.

Esta concepção remete direto ao segundo pressuposto discutido por Thompson (1995), pois neste as formas ideológicas de consciência devem ser explicadas em referência às condições econômicas de produção, destarte, o autor ainda comenta que para entendermos as mudanças sócio-históricas devemos “começar pelo exame do desenvolvimento das condições econômicas de produção” (THOMPSON, 1995, p. 55), então, será possível que consigamos explicar as formas ideológicas de consciência que são características do período sócio-histórico qual se refere.

Portanto, no terceiro pressuposto da concepção epifenomênica de ideologia, Thompson (1995) discute que o desenvolvimento do capitalismo é responsável por criar condições que possibilitam a compreensão das relações sociais e a eliminação luta de classes da qual depende a ideologia, já que, é partir desse pressuposto que pela primeira vez a classe subordinada tem acesso e reconhece sua posição enquanto classe, e por consequência, reconhece sua posição dentro do processo histórico de maneira geral. Isso ajuda a classe subordinada a tornar-se classe revolucionária, que munida de conhecimento é capaz de não somente tornar-se classe dominante, mas de eliminar as classes de forma total, pois, nas palavras de Thompson (1995, p. 55) “o proletariado é uma classe que detém o interesse universal da humanidade dentro de sua potencialidade” e a queda da ideologia burguesa está sustentada pelo próprio curso da história.

Surgindo como uma nova orientação nas concepções já desenvolvidas por Marx e discutidas por Thompson (1995), há neste terceiro momento o que o autor conceitua como sendo uma “concepção latente de ideologia”, nesta, se percebe como as relações de dominação são sustentadas a partir da orientação dos indivíduos para o passado, como a persistência e repetição de construções simbólicas, costume e tradições que perduram, modificam-se e reaparecem como uma força reacionária que ludibria a ponto de torna-se revolução. Sobre a constituição das construções simbólicas, Thompson (1995, p. 58) discorre:

Se constituem em símbolos e “slogans”, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar essas construções unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção. Mais: os fenômenos referidos como sendo concepção latente de ideologia demonstram a persistência de símbolos e valores tradicionais, “deste séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo”. (THOMPSON, 1995, p. 58, grifos do autor).

Com efeito, a concepção latente de ideologia salienta que as relações sociais podem ser amparadas e as mudanças sociais interrompidas através da disseminação de construções simbólicas. Tais construções são reafirmações de costumes, práticas e crenças do passado, e em tempos de crise, como assegura Thompson (1995) pode levar a sociedade de volta ao passado, fazendo com que o povo seja impedido de enxergar seus interesses coletivos e mudar a ordem social que o oprime.

Uma tradição pode aparecer e aprisionar um povo, pode levá-lo a acreditar que o passado é seu futuro, e que o senhor é seu servo, e pode, por isso, manter uma ordem social em que a vasta maioria da população estaria sujeita às condições de exploração e dominação. (THOMPSON, 1995, p. 61).

Isto posto, evidencia-se que a concepção latente de ideologia faz com que nos afastemos de doutrinas filosóficas e teóricas, e ao invés disso, nos leva a perceber como os símbolos são usados e modificados em determinados contextos, fazendo com que as relações sociais sejam criadas, sustentadas e orientadas para direções específicas com o intuito de preservar o poder.

### **2.3 THOMPSON E OS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA**

Antes de conceituarmos os modos de operação da ideologia, precisaremos falar sobre as expressões de um sujeito que perpassam esses modos: as formas simbólicas.

Thompson (1995) esclarece que formas simbólicas, além de serem expressões de um sujeito, são produzidas por agentes que se encontram situados dentro de determinado contexto sócio-histórico específico e onde esse sujeito tem acesso a recursos de diversos tipos para criação de expressões de si para um outro.

Isso implica dizer que formas simbólicas são recebidas por sujeito que também estão inseridos dentro de determinado contexto, e por isso, “o modo como uma forma simbólica particular é compreendida por indivíduos pode depender dos recursos e capacidades que eles são aptos a empregar no processo de interpretá-la” (THOMPSON, 1995, p. 193), por isso, uma forma simbólica pode ser interpretada de diversas formas a depender dos recursos que o sujeito possui e usará para interpretá-la.

Os modos de operação da ideologia, por sua vez, são estratégias típicas de construções simbólicas, por meio das quais a ideologia pode ou não operar, isso quer dizer que, o que definirá se uma determinada forma simbólica é ideológica ou não é como a estratégia dessa construção é “usada e entendida em circunstância particulares” ou de como essa forma simbólica está servindo para “manter ou subverter, estabelecer ou minar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p.82)

Com isso, o que Thompson (1995) propõe ao conceituar os modos de operação da ideologia é entender como o sentido mobilizados por essas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção dessas formas.

### 3.3.1 LEGITIMAÇÃO

Thompson (1995) discute que relações de dominação são estabelecidas e asseguradas quando se tornam legítimas, ou seja, quando são representadas como dignas de apoio. E para que isso aconteça, as relações de dominação legítimas apresentam-se através de estratégias de construções simbólicas específicas.

Dentre estas estratégias, a primeira a ser discutida pelo autor é a estratégia de racionalização. Aqui, o “produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais” (THOMPSON, 1995, p. 83), e com isso objetiva persuadir que sua causa é, de fato, digna de suporte.

Outra estratégia de construção simbólica que está dentro do modo de legitimação é a universalização. Através desta, “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como se servindo ao interesse de todos” (THOMPSON, 1995, p. 83). Estes acordos ainda são apresentados como se estivessem abertos a interferências de todos, ilusoriamente democráticos.

Por último, estratégias de construção simbólicas podem também, de acordo com Thompson (1995), serem expressas através da narrativização: “essas exigências estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 1995, p. 83). Estas tradições, que muitas vezes são criadas com o objetivo de desenvolver um sentimento de pertença de uma comunidade através de histórias que perpassam diferenças e divisões, são contadas e recontadas através de gerações, servindo também como forma de

justificar algo que está além do que o povo consegue, ainda sobre isso, Thompson (1995) esclarece que:

Discursos e documentários, histórias, novelas e filmes são estruturados como narrativas que retratam relações sociais e manifestam as consequências de ações de modo tal que podem estabelecer e sustentar relações de poder. Nas histórias corriqueiras e nas piadas que preenchem muito de nossas vidas cotidianas, estamos, continuamente, engajados em recontar a maneira como o mundo se apresenta e em reforçar, através do humor que lucra às custas dos outros, a ordem aparente das coisas. Pelo fato de contar a história e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação. (THOMPSON, 1995, p. 83).

### 3.3.2 DISSIMULAÇÃO

Como conceitua Thompson (1995), o segundo *modus operandi* da ideologia é a dissimulação. O autor ainda discute que relações de dominação podem ser encobertas através do desvio da atenção, para que isso aconteça, uma das estratégias típicas da construção da dissimulação é o deslocamento. Na estratégia de deslocamento se busca chamar atenção para conotações positivas ou negativas para outrem: “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro” (THOMPSON, 1995, p. 83).

A segunda estratégia discutida por Thompson (1995) que possibilita a operação da dissimulação nas relações sociais é a eufemização: “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valorização positiva” (THOMPSON, 1995, p. 84), esta estratégia pode ser desenvolvida por mudanças, às vezes quase imperceptíveis, no sentido do que está sendo dito.

O tropo, por sua vez, é o grupo de estratégias de operação da ideologia através da dissimulação. Thompson (1995) pontifica que este grupo de estratégias é formado sinédoque, metonímia e metáfora. E como se trata, em geral, do uso figurativo da linguagem, é em sua maioria pertencente ao domínio dos escritos literários.

### 3.3.3 UNIFICAÇÃO

A unificação, outro modo de operação da ideologia discutido por Thompson (1995), trata do modo como as relações de dominação podem ser estabelecidas

através da implantação de uma forma de unidade dentro do nível simbólico que encadeia os sujeitos em uma identidade coletiva.

A padronização é a estratégia da unificação onde as formas simbólicas criadas são moldadas para uma referência padrão “que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 1995, p. 86). A padronização é utilizada, por exemplo, por autoridades de estado que buscam elaborar um tipo de “linguagem nacional”, o que serviria para criar uma identidade de grupo onde se obedece a uma “hierarquia legitimada”, elucida Thompson (1995, p. 86)

Outra legítima estratégia de construção simbólica da unificação é a simbolização da unidade. Nesta estratégia constroem-se símbolos que representam a identificação da coletividade, como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e etc. Thompson (1995) discorre que:

Na prática, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. Isso é muito comum não apenas no caso de organizações sociais de grande porte, tais como os modernos estados-nação, mas também no caso de pequenas organizações e grupos sociais que são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima as diferenças e divisões, a simbolização da unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação. (THOMPSON, 1995, p. 86).

#### 3.3.4 FRAGMENTAÇÃO

O quarto dos cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode operar é denominada por Thompson (1995) de fragmentação. Neste modo o autor explana que relações de dominação também podem ser mantidas quando se segmenta os indivíduos e grupos de modo que estes possam dirigir “forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (THOMPSON, 1995, p. 87).

Uma das típicas estratégias de construção simbólica no *modus operandi* da fragmentação é a diferenciação: “a ênfase que é dada às distinções entre pessoas e grupos, apoiando características que os desunem” (THOMPSON, 1995, p. 87). Outra estratégia pertinente trazida pelo autor é o “expurgo do outro”, onde se cria um inimigo

público que é retratado como perigoso, mau, “ladrão” e ameaçador, para que os cidadãos sejam chamados para resistir, lutar contra, destruí-lo. A fragmentação, por sua vez, pode perpassar à unificação, já que ambas entendem o ‘inimigo’ como um desafio a ser vencido, superado.

### 3.3.5 REIFICAÇÃO

Por último e não menos importante, a reificação explica como relações de dominação podem ser desenvolvidas e firmadas através da “retratação de uma situação histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (THOMPSON, 1995, p. 87). A ideologia como reificação implica a anulação ou ofuscação da história, desenvolvendo assim o reestabelecimento da “dimensão da sociedade ‘sem história’ no próprio coração da sociedade histórica” (LEFORT, 1986, p. 585).

A reificação, segundo Thompson (1995), pode ser evidente em formas simbólicas através de estratégias como a naturalização, eternalização, nominalização e passivização. Na naturalização um acontecimento histórico de criação social é tratado como um resultado inevitável de um acontecimento natural. Do mesmo modo, organizações sociais como, por exemplo, a diferença socialmente estabelecida de trabalho entre homem e mulher, é tida como reflexo natural e resultado inevitável das diferenças fisiológicas.

A eternalização é, portanto, uma estratégia semelhante, pois nela, fenômenos sócio-históricos são “esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 1995, p. 88). Com isso, tradições e costumes prolongam-se tanto em direção ao passado que perdem suas origens, tornando assim, qualquer questionamento social sobre sua finalidade ser inconcebível, revelando um caráter “a-histórico” reafirmado através de formas simbólicas que, “na sua construção, como também na sua pura repetição, externalizam o contingente” (THOMPSON, 1995, p. 88).

A ideologia como reificação pode ser expressa também a partir de recursos gramaticais e sintáticos: as estratégias de nominalização e passivização. A nominalização ocorre quando, em uma sentença, o agente do processo é objetificado e sua ação é nominalizada, já a passivização é a estratégia de utilização de verbos na voz passiva, quando, na organização de uma sentença, o sujeito não pratica, mas

sofre a ação. Essas estratégias, ao excluírem os agentes da ação, representando-os como acontecimentos, fazem com que o interlocutor concentre sua atenção em determinadas informações em detrimento de outras.

## **2.4 HEGEMONIA**

Em meio aos escritos, discussões e análises socioeconômicas quais denominamos de marxismo, surge um conceito base para os estudos das dominações de poder da classe dirigente: a hegemonia. É na obra intitulada “Cadernos de Cárcere” (2000), do filósofo, jornalista e linguista Antonio Gramsci, que conhecemos o conceito mais aprofundando desse fundamento, onde se apresenta uma unidade entre teoria e ação, buscando conceber as ações do proletariado (classe subalterna) para instituir novas relações sociais de produção.

Para entendermos todo o aparato teórico de Gramsci (2000), é preciso que reconheçamos que a associação entre o econômico-social e ético-político se apropria de características específicas em formações sociais e momentos históricos específicos. É desse pressuposto que Gramsci (2000) desenvolve o conceito de “bloco histórico”. Schlesener (1949) explana que é no seio do bloco histórico que se desenvolvem todas as relações hegemônicas e os mecanismos de dominação de um grupo sob toda sociedade, bem como se clarifica a função dos ‘intelectuais’ como autores da hegemonia.

Nesse âmbito, a discussão sobre o que ou quem são os intelectuais dentro da teoria gramsciana, vai muito além do sentido amplo da palavra. Por intelectual compreendemos “aquele que demonstra gosto e interesse pronunciados pelas coisas da cultura, da literatura, das artes etc.”, Gramsci (2000) por sua vez, defende que para que entendamos quem são os intelectuais, precisamos partir da função que estes desenvolvem na conjuntura social, com isso, fica claro que o embasamento da análise de Gramsci (2000) sobre os intelectuais está no papel que desempenham na luta pela hegemonia entre classes, de forma econômica e social.

Sabendo agora a função dos intelectuais dentro de uma sociedade pautada por dominações de classe, compreendamos a organização social onde se estabelece o palco dessas lutas hegemônicas, bem como a mediação dos intelectuais quanto a direção política e cultural de uma determinada classe para a sociedade como um todo.

A configuração social está pautada em uma organização que formula e reproduz relações de poder, denominada por Gramsci (2000) de sociedade política. Schlesener (1949, p. 18), por sua vez, discute que a sociedade política é composta por “aparelhos administrativos-burocrático e político-militar” que são utilizados pela classe que é detentora de algum poder, a fim de reprimir e até disciplinar aqueles grupos sociais que se opõem a relações de domínio.

Ainda nesta configuração está a sociedade civil, que segundo Schlesener (1949) é o conjunto de instituições relativamente dotado de autonomia onde a sociedade representa suas lutas, aspirações e elabora suas concepções de mundo, a autora explana:

São instituições que nasceram a partir da correlação de forças sociais que geraram estes novos Estados, da ampliação de participação política dos cidadãos, dos novos conflitos sociais ligados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista: sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação da massa (jornais, revistas, editoras e todas as instituições ligadas à organização da cultura), bem como o sistema escolar, as igrejas e universidades, organizações antigas que se adaptaram à nova realidade. (SCHLESENER, 1949, p. 18).

Como resultado da intersecção entre a sociedade política, que exerce o comando através do domínio direto, e a sociedade civil, que possui uma função de direção através da formação e perpetuação do consenso, temos o exercício de poder: combinação efetiva entre domínio e direção. Gramsci (2002, p. 63) discorre que:

Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. (GRAMSCI, 2002, p. 63).

A partir disto evidenciamos que este exercício de poder ocorre através da combinação entre domínio e direção, pois mesmo a efetiva formação de um consenso através da difusão de uma concepção de mundo, não possibilita à classe dirigentes total controle. Isto posto, o exercício da hegemonia desenvolve, por sua vez, conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e até do poder mais ou menos coercitivo que o estado emprega, Para Gramsci (2000):

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas

um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 2000, p. 103-104).

Tem-se então, a partir do modo como se configuram as lutas hegemônicas dentro das relações estabelecidas entre a sociedade política e a sociedade civil, o que Gramsci (2000; 2001) denomina de formas de estado. Em linhas gerais, o estado enquanto sociedade política, dentro da teoria gramsciana, é um aparelho representativo onde as ações visam, essencialmente, “à tutela da ordem pública e do respeito às leis” (SCHLESENER, 1949, p. 20), assim sendo, esta concepção incute o verdadeiro poder do estado, já que constrói na sociedade civil uma ideia de “utopia democrática” ao expor que “todos podem tornar-se elementos da classe dirigente, neste direcionamento temos então, o que Gramsci (1978, p. 116) designa de “exercício normal da hegemonia” que

[...] no terremo clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública. (GRAMSCI, 1978, p. 116).

A partir dessa explanação chegamos até um ponto da discussão dentro dos escritos gramscianos onde se difunde o papel dos meios de comunicação como instrumentos de conservação da hegemonia, tendo em vista que estes, assim como outras engrenagens da sociedade civil, desempenham um papel central na formação da opinião pública.

### 3.4.1 HEGEMONIA E MÍDIA

Em seus estudos, Moraes (2016) discute que há seis maneiras de compreender como funciona a hegemonia midiática. O primeiro deles discute a mídia enquanto máquina, o autor defende que a mídia em todo seu conglomerado industrial é também detentora de um meio de produção que tem por finalidade individual manter o maior domínio que conseguir no segmento de processamento e comercialização da informação. Utilizando a tecnologia em favor da obtenção de lucro.

O segundo modo discute como o sistema ratifica sua capacidade de consolidar sentidos e ideologias através do que considera digno de ser visto, lido, ouvido:

Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados, o que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade. (MORAES, 2019, p. 112).

Esse tipo de gestão não é neutro. Moraes (2016) esclarece que a gestão midiática é parcial e chega a defender “com unhas e dentes” o lado que escolheu. Essa parcialidade fica explícita em pontuações ideológicas que são desveladas, por exemplo, na hierarquização das notícias, construções das manchetes e linhas finas, e, como identificamos nesta pesquisa, nos interlocutores que compõem as tramas discursivas das reportagens aqui analisadas.

Com essa discussão, conclui-se que, como afirma Said (2001) os meios de comunicação como os jornais, aplicam certas regras e convenções para que as informações sejam compreensíveis, e são essas regras, mais que a realidade, que ditam a produção midiática, por sua vez, de acordo com o segundo modo de compreender a hegemonia midiática, Moraes (2016) defende que estamos presos em um conceito de ideologia criado pela própria mídia que não encontra resistência no inconsciente coletivo.

No terceiro meio, Moraes (2016), brevemente defende que a hegemonia midiática transparece no que denomina de “Projetos mercadológicos”, o que autor caracteriza como uma regulador da sociedade contemporânea, isso quer dizer que “as corporações operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo os domínios monopólicos e as hegemonias instituídas” (MORAES, 2016, p. 113).

Moraes (2016) afirma que a mídia procura reduzir ao mínimo que consegue o espaço de circulações de visões que possam ser alternativas e contestadoras sobre o fato que expõe, isso fica claro quando, ao realizar um controle seletivo de informações, a mídia faz uso de descontextualizações e generalizações que dificultem a interpretação de seu público sobre o contexto que envolvem determinados fato, então, no quarto modo de como entender a hegemonia midiática: “a meta é deter análises e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações e sua aceitação por parte dos indivíduos” (MORAES, 2016, p. 114).

No que denomina de quinta forma de entender a hegemonia midiática, Moraes (2016) afirma que a mídia se apropria de diferentes léxicos para que esses possam

funcionar como engrenagens dos seus objetivos particulares, como por exemplo, palavras que denomina léxico de esquerda, como “reforma, inclusão revolução” e que foram “usurpadas pelo conservadorismo e ressignificadas” (MORAES, 2016, p. 115) de forma que ignorem totalmente as tradições e identidades políticas dessas palavras.

Na sexta e última questão para se entender a hegemonia midiática, Moraes (2016) discute o papel dos intelectuais, no qual divide em dois tipos: “aqueles formados dentro das próprias empresas” que possuem sintonia com os princípios ideológicos destas, e aqueles que foram escolhidos pelas organizações midiáticas para “exercer autoridade cultural a partir de suas especializações profissionais ou acadêmicas” (MORAES, 2016, p. 116).

No primeiro tipo há uma predisposição a alguém com menos autonomia e criatividade, já que estes constroem seu aprendizado dentro da própria máquina midiática e são organicamente construídos como fruto dela. No segundo caso, a mídia elege esses intelectuais, não os formar, isso faz com que estes, segundo Moraes (2016, p. 117) criem “maniqueísmos ideológicos para tentar desqualificar o pensamento opositor”, através da polarização de debate público que não é – nem busca – ser neutra.

Isto posto, o que se pode concluir é que na mídia há cada vez menos vozes e organizações que representem leques de pontos de vista e interpretações. Seja como discute Moraes (2016, 2019) através da organização enquanto indústria ou da voz de seus intelectuais, a mídia continua perpetuando um sistema de crenças que mobilizam e legitimam saberes a fim de perpetuar a dominação.

## **SEÇÃO 3: A MÍDIA ENQUANTO ENGRENAGEM DO ABUSO DE PODER**

### **3.1 A MÍDIA: COMUNICAÇÃO DE MASSA**

Thompson (1995) explica que atualmente, as experiências humanas estão sendo cada vez mais mediadas através de sistemas de transmissão simbólica, e que com isso, cresce cada vez mais o número de sistemas responsáveis pela difusão da informação em larga escala, o que é denominado pelo autor como comunicação da massa.

A comunicação da massa é responsável por exercer influência sobre o senso comum e as relações sociais, sendo então, segundo Thompson (1995), um dos meios mais importantes para a operação da ideologia na sociedade moderna, já que, como citado anteriormente, é proveniente da ideologia a mobilização de sentidos que serve a um poder dominante, neste caso, o poder da manipulação da informação.

Thompson categoriza a comunicação de massa em quatro características que denomina de “Aspectos das Modalidades de comunicação de Massa”: a produção institucionalizada e difusão de bens simbólicos; a ruptura institucionalizada entre produção e recepção; a extensão das acessibilidades no tempo e espaço e, por fim, a circulação pública de formas simbólicas. A esta pesquisa mais interessa a discussão do quarto aspecto.

Na circulação pública de formas simbólicas a produção é pensada para atingir um grupo de receptores. Esses produtos circulam dentro do que Thompson (1995) chama de “domínio público”, já que são acessíveis a qualquer um que tenha os recursos para possuí-los. Mesmo apresentando características que, a princípio, pareçam ilimitadas, na prática as condições de sócio-históricas de produção, transmissão e recepção limitam esse domínio, já que, as instituições de comunicação de massa que compõem esse domínio, quase sempre têm como objetivo alcançar a maior audiência, dessa forma, a própria capacidade dessas instituições de tornar formas simbólicas acessíveis é também fonte de preocupação para as autoridades que procuram “manter a ordem”.

### 3.2 A ESTRUTURAÇÃO MIDIÁTICA E SUA FINALIDADE

Charaudeau (2006) explana que para reconhecimento de seu interesse social, todo discurso depende das condições específicas e situações nas quais ele surge, dessa forma, o discurso jornalístico é também reconhecido socialmente como um gênero a partir das percepções que a ele são atribuídos pelos sujeitos.

Para conceituar o que chama de gênero de informação midiática, Charaudeau (2006) explana que este é fruto da intersecção entre um tipo de instância enunciativa, um tipo de modo discursivo, um tipo de conteúdo temático e, um tipo de dispositivo.

O tipo de instância enunciativa é caracterizado a partir da origem do sujeito falante e seu grau de implicação. No caso do discurso de domínio jornalístico, a origem pode estar dentro da própria mídia (um jornalista), ou fora dela, como por exemplo uma figura que é convidada a escrever na mídia. Essa origem então é evidenciada pela maneira com a qual o autor do texto é identificado, seja este escrito ou oral, e pela mídia ao qual está inserido.

Ainda nos preceitos de Charaudeau (2006), o modo discursivo é o que transforma o acontecimento midiático em notícia “atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 194).

O autor ainda discute que os modos discursivos se organizam em três categorias: “relatar o acontecimento”, “comentar o acontecimento” e “provocar o acontecimento”. Essas bases são o que permitem a distinção da reportagem (acontecimento relatado), do editorial (acontecimento comentado) e do debate (acontecimento provocado).

O tipo de conteúdo temático, por sua vez, é o que Charaudeau (2006, p. 194) conceitua como “o que constitui o macro domínio abordado pela notícia: acontecimento de política nacional ou estrangeira, acontecimento esportivo, cultural etc.”. Dessa forma, o conteúdo temático é o que permite a distinção, que nem sempre é clara nas mídias, entre o que o autor chama de seções e rubricas.

A seção, por sua vez é o que procede um recorte do acontecimento em macro temas que correspondem a grandes áreas da informação, como por exemplo, política ou cultura. A rubrica é o que corresponde a combinação de um modo discursivo como um tema particular, o que se situa no interior da seção. Para exemplificar podemos dizer que dentro da seção cultura a rubrica seria o cinema, teatro etc. Em suma, é a partir da combinação entre modo discursivo e tema que se poderá distinguir

subgêneros. E com isso “é possível diferenciar tipos de debate segundo o tema, que pode ser ligado a um universo cultural, científico ou de sociedade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 194).

Por fim e não menos importante, o autor nos traz o conceito de tipo de dispositivo, que em sua materialidade, traz aos textos especificações que os diferenciam de acordo com seu suporte midiático: imprensa, televisão, rádio.

Ainda há dentre os postulados teóricos de Charaudeau (2006) a discussão sobre o contrato de comunicação. Levando em consideração que dentro de uma situação comunicacional, tanto o interlocutor quanto o destinatário devem estar cientes das condições e restrições na qual se dá a comunicação, isso não seria diferente em um texto escrito.

A partir disso, o autor elucida que a situação de comunicação, por sua vez, cria um quadro de referência ao qual os sujeitos se reportam quando a iniciam. A partir desses pressupostos, Charaudeau (2006) questiona-se:

Como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência? Como atribuiriam valor a seus atos de linguagem, como construiriam sentido, se não existisse um lugar ao qual referir as falas que emitem, um lugar cujos dados permitissem avaliar o teor de cada fala? (CHARAUDEAU, 2006, p. 59).

Há um jogo de regulamentação das práticas sociais que exibem a situação de comunicação como um lugar de interação no qual se prosperam as trocas sociais e tudo aquilo que constitui o seu valor simbólico, já que, como explana Charaudeau (2013), toda comunicação envolve algum tipo de contrato, seja baseado em restrições da ordem do gênero discursivo ou da instituição que regula as práticas discursivas que são elaboradas pelos sujeitos.

No discurso jornalístico, por sua vez, esta relação entre produtores e interceptores da informação se dá através de um contrato que tem como seu foco a informação. Esta organização contratual que concebe o jornalismo como um gênero de discurso, evidencia-se através do caráter mais ou menos estável das condições de produção e veiculação da informação, o que Charaudeau (2013) denomina de “contrato de informação”, que é o tipo de contrato comunicativo que é característico dos meios voltados a informação.

Dentro das instâncias organizacionais que envolvem os meios de produção e reprodução da informação, há dados internos (espaços) e externos (condição). O autor agrupa os dados externos em quatro categorias, são elas: condição de

identidade, onde se questiona quem troca com quem; condição de finalidade, a saber o objetivo da troca comunicacional; condição de propósito, onde é necessário saber do que se trata a comunicação, e por fim, a condição de dispositivo, onde se deve levar em conta o ambiente onde se dá a troca, suas condições de produção, as técnicas e suportes empregadas. Em conseqüente, os dados internos evidenciam “como se diz” e se constituem a partir de três espaços: de locução, de relação e de tematização.

### **3.30 GÊNERO REPORTAGEM: BREVES DISCUSSÕES SOBRE SUA ESTRUTURA COMPOSICIONAL**

No que diz respeito ao formato organizacional da reportagem, foco desta pesquisa, Kindermann (2003, p. 3) defende que apesar de muitos teóricos que discutem o gênero jornalístico não estabelecerem a reportagem como um gênero explicitamente, ela ainda deve ser caracterizada pelo que o autor chama de “duas linhas gerais”: como uma notícia ampliada e como um gênero autônomo.

Bahia (1990) aponta que a reportagem é uma notícia ampliada, assim sendo, toda reportagem pode ser caracterizada enquanto notícia, porém, uma notícia não pode sempre ser caracterizada como reportagem, já que por ser um tipo de notícia com regras próprias possui um valor próprio, a que se atribui o objetivo de revelar as circunstâncias sem que tome partido. Por isso, a reportagem não se limita as características de uma notícia, já que essa “deve explorar exhaustivamente todas as possibilidades de um acontecimento” (KINDERMANN, 2003, p. 8).

No que diz respeito a sua organização composicional, de acordo com Bahia (1990), a reportagem pode ser dividida em: 1) título – corresponde ao anúncio do fato em si; 2) primeiro parágrafo, cabeça ou *lead* – corresponde ao clímax; 3) desenvolvimento da história, narrativa ou texto – corresponde ao resto da história, à narrativa dos fatos. Além disso, ainda há ainda os modos organizacionais, que consistem em: i) pirâmide; ii) ordem cronológica – o acontecimento é narrado de forma sequencial e iii) clímax ou remate incisivo – onde os elementos de maior significado e os de sequência temporal são combinados.

Em contraponto, para conceituar o gênero notícia Kindermann (2003) discute a relação que há entre ele e a reportagem. Dessa forma, a autora explica que a notícia

é responsável pela cobertura de um fato ou uma série de fatos enquanto a reportagem é responsável pelo levantamento de um tema de acordo com o recorte escolhido.

### **3.40 ABUSO DE PODER**

As relações de poder explanadas por Dijk (2017) são noções centrais da maioria dos trabalhos críticos sobre o discurso, mais precisamente, do poder social por parte de grupos e/ou instituições dominantes. Poder social também caracterizado por Dijk (2017) como controle.

Segundo Dijk (2017), esse tipo de controle acontece porque grupos que possuem maior poder, se forem capazes, poderão exercer maior controle sobre os atos e mentes de grupos que possuem menor poder, de forma que esses serão assim controlados. Essa competência presume que exista, previamente, uma base de poder que permita ao grupo dominante o acesso a recursos sociais privilegiados como dinheiro, fama e conhecimento.

Há, segundo Dijk (2017, p. 117, grifos do autor), “diferentes *tipos de poder* de acordo com os recursos empregados para exercê-lo” como, por exemplo, o poder coercitivo, geralmente usado por militares e homens violentos, que se baseia principalmente na força. Há, ainda, o poder do dinheiro que se firma no número de aquisições materiais e, também, o poder persuasivo, foco desta pesquisa, usado muitas vezes por pais, professores e jornalistas. O poder persuasivo, por sua vez, pode estar baseado, respectivamente, por autoridade, conhecimento e informação. Apesar de o poder raramente ser absoluto, como afirma Dijk (2017), sempre é exercido através de atos notoriamente abusivos.

O autor também alerta sobre a importância de discorrer acerca da característica geral dos estudos críticos do discurso. Dijk (2017) explica que o poder em si não é algo que se deva considerar majoritariamente como negativo, assim sendo, não é objeto de estudo, mas sim o abuso que pode vir proveniente a esse poder é que deve ser estudado. Dessa forma, para o autor, estudos críticos do discurso devem ter um discernimento especial acerca das estruturas sociais e de suas relações de poder, pois só a partir delas poderemos -enquanto analistas críticos- examinar o abuso de poder e o modo como ele pode fomentar a desigualdade social na vida cotidiana.

O abuso de poder é conceituado por Dijk (2017) como uma violação de normas e valores no interesse daqueles que o detém em detrimento dos interesses dos outros.

Dessa forma, abusos de poder são severas violações dos direitos sociais e civis das pessoas. No que diz respeito a área do discurso e da comunicação, isso pode significar o direito trivial de ser ensinado, educado e até bem-informado. Para o autor, se estamos considerando o abuso de tal poder, isso configura sua forma ilegítima. Quanto as suas formas legítimas, o autor questiona, em primeiro lugar, “Quem define o que é legítimo?” (DIJK, 2017, p. 29), para isso, é necessário que estejam explicitas as normas, critérios e padrões da legitimidade do poder, que como afirma Dijk (2017, p. 29), “mudam historicamente e variam através das culturas”.

Na mídia, por exemplo, esse abuso de poder se revela muitas vezes em formas preconceituosas, racistas, sexistas e estereotipadas em textos, ilustrações e fotos, bem como no uso de ferramentas linguísticas, de acordo com Fowler (1991), como a análise da transitividade na sintaxe, a estrutura lexical, na modalidade e nos atos de fala.

As relações entre discurso e poder atestam, em primeiro lugar, que o acesso a diferentes formas de discurso - como o da mídia sobre a política, foco desta pesquisa - já “é em si um recurso de poder” (DIJK, 2017, p. 118). Em segundo lugar, Dijk (2017) assegura que ações são controladas através da mente. Assim sendo, se somos capazes de influenciar mentes, conseqüentemente também somos capazes de influenciar ações a partir da persuasão e manipulação feitas por meio do discurso.

Em suma, isso significa que os grupos que detêm o controle – a saber, os jornais – que possuem o controle através da informação, têm mais chances de controlar as mentes do grupo que têm menos poder – neste caso, os leitores, que se tornam controlados por meio de artifícios utilizados por esses jornais em suas manchetes.

## SEÇÃO 4: ANÁLISES DAS REPORTAGENS

Nesta seção, poderemos elucidar os modos gerais de operação da ideologia que são encontrados em cada uma das reportagens aqui analisadas. Para que entendamos a proposta dessas análises, precisamos estar atentos aos sentidos, significados e contextos de cada uma das escolhas que formam o texto de cada uma das reportagens, já que, graças ao que discutimos neste trabalho acerca do conceito de ideologia, buscamos entender o significado de cada uma dessas escolhas e como elas trabalham a serviço do abuso poder.

É necessário lembrar também que todo discurso que permeia as análises dessa pesquisa perpassam o discurso político, dessa forma, perpassam as construções simbólicas que cada interlocutor constrói. Seja através das falas transcritas ou citadas pelo jornal, cada um desses agentes tem um papel significativo na construção, estabelecimento e perpetuação das relações de poder e dominação, por isso devem ser evidenciados.

Sobre isso, Dijk (2017) explica que o discurso só pode ser analisado enquanto “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”, por isso, é necessário que dentro das análises ancoradas pelo viés da Análise Crítica do Discurso sejam evidenciados todos os dados relevantes que formam os eventos comunicativos, como os interlocutores desses eventos e seus papéis sociais.

Isto posto, relembremos agora as categorias de análise ao qual classificamos os dados dessa pesquisa, sendo estes as reportagens dos jornais Diário de Pernambuco e Folha de S.Paulo, bem como as falas dos interlocutores nas reportagens veiculadas.

Quadro 2 – Categorias de análise

<i>Modos Gerais de operação de ideologia</i>	<i>Algumas estratégias típicas da construção simbólica</i>
Legitimação	Racionalização: Segundo Thompson (1995), nessa estratégia constrói-se uma cadeia de raciocínio que busca defender, justificar e persuadir uma causa digna de suporte.
	Universalização: Aqui são criados acordos que servem aos interesses de alguns, mas são apresentados como servindo aos interesses de todos, ou seja, ilusoriamente democráticos, defende Thompson (1995).
	Narrativização:

<i>Modos Gerais de operação de ideologia</i>	<i>Algumas estratégias típicas da construção simbólica</i>
	Nessa estratégia, o passado é contado através de histórias que transformam o presente em uma “tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 1995, p. 83).
Dissimulação	<p>Deslocamento: Para este tipo de estratégia, Thompson (1995) esclarece que a um objeto ou pessoa é atribuído um termo que já era atribuído a outrem, objetivando a transferência de conotações positivas ou negativas para o sujeito/objeto.</p> <p>Eufemização: Através de mudanças sutis no que está sendo dito, “ações, instituições e relação sociais” são reescritas buscando provocar essencialmente uma valorização positiva. (THOMPSON, 1995, p. 84)</p> <p>Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora): Uso figurativo da linguagem que, segundo Thompson (1995), se apresenta normalmente nos escritos literários.</p>
Unificação	<p>Estandardização: Também chamada de padronização, nessa estratégia, formas simbólicas são criadas e moldadas à uma referência padrão. Thompson (1995, p. 86) também explana que são utilizadas principalmente por autoridades de estados que buscam elaborar um tipo de “linguagem nacional” que funcione como identidade de grupo onde se obedece a uma hierarquia legitimada.</p> <p>Simbolização da unidade: Segundo Thompson (1995), nessa estratégia símbolos como bandeiras, hinos e <i>slogans</i> são construídos para gerar uma identificação coletiva.</p>
Fragmentação	<p>Diferenciação: Essa é a estratégia de construção simbólica onde se enfatiza as diferenças entre os grupos, criando divisões entre as pessoas</p> <p>Expurgo do outro: Thompson (1995) esclarece que nesse tipo de estratégia constrói-se um inimigo público que é retratado como mau, perigoso, alguém a ser combatido.</p>
Reificação	<p>Naturalização: Um acontecimento histórico nessa estratégia é, segundo Thompson (1995), tratado como um resultado inevitável, um acontecimento de ordem natural.</p> <p>Eternalização: Semelhante a naturalização, nessa estratégia fenômenos sócio-históricos são esvaziados do seu caráter histórico ao serem apresentados como “permanentes, imutáveis e recorrentes”, o que cria um caráter de sociedade “a-histórica” (THOMPSON, 1995, p. 88)</p> <p>Nominalização / passivização: “Concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas em prejuízos de outros”, através de recursos gramaticais como uso do gerúndio, apagamento do agente através do uso da voz passiva e foco no agente através do uso de voz ativa. (THOMPSON, 1995, p. 86)</p>

Fonte: Thompson (1995, p. 81).

Relembradas as categorias de análise, partiremos agora para análise individual de cada uma das reportagens escolhidas, a saber, 5 sendo do jornal Diário de Pernambuco e 5 do jornal Folha de S.Paulo. Todas elas abordando as

“comemorações devidas” proposta pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro, em março de 2019, quando o golpe militar completou 55 anos no Brasil.

Previamente à análise, tem-se acesso a captura de tela da reportagem diretamente do portal *online* do jornal, e logo após, o texto da reportagem transcrito na íntegra. Após o texto analítico, a tabela que foi categorizará os excertos de cada reportagem conforme cada Modo de Operação da Ideologia propostos por Thompson (1995) e evidenciados nas reportagens analisada. A tabela conta ainda com uma coluna a mais a qual denominamos de “Comentários”.

## 4.1 DIARIO DE PERNAMBUCO

### 6.1.1 Reportagem 1 do Diario de Pernambuco (2019a): Bolsonaro compara relação entre ditaduras e vítimas com casamento desfeito<sup>3</sup>

Figura 3 – Reportagem 1 do Diario de Pernambuco

**DIARIO de PERNAMBUCO**

---

**Bolsonaro comparara relação entre ditadura e vítimas com casamento desfeito**

Por: AE Publicado em: 28/03/2019 14:06



O presidente Jair Bolsonaro voltou a comparar o debate sobre o período da ditadura militar e vítimas do regime com o fim de um casamento. Ao falar sobre eventuais excessos no período, Bolsonaro disse que não se deve voltar "naquele assunto do passado, aquele mal-entendido".

"Vamos supor que fôssemos casados, tivéssemos um problema, resolvêsemos nos perdoar lá na frente... É para não voltar naquele assunto do passado, que houve aquele mal entendido entre nós. A Lei da Anistia está aí e valeu para todos", disse Bolsonaro. Ele respondeu a um questionamento sobre a falta de um mea-culpa na ordem do dia das Forças Armadas, que será lida em alusão aos 55 anos da ditadura.

Bolsonaro afirmou que não pediu para que os quartéis "comemorassem" a data de 31 de março, e sim que rememorassem. "Não foi comemorar. Rememorar, rever, ver o que está errado, o que está certo. E usar isso para o bem do Brasil no futuro", declarou após participar de cerimônia de aniversário da Justiça Militar, na qual foi condecorado.

Apesar do recuo, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, confirmou no início da semana que Bolsonaro pediu ao Ministério da Defesa que faça as "comemorações devidas" do aniversário do 31 de março de 1964, quando o golpe militar derrubou o então presidente João Goulart e iniciou um período ditatorial que durou 21 anos.

Conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo o último domingo, 24, a orientação foi repassada a quartéis pelo País.

Fonte: Diario de Pernambuco (2019a).

O presidente Jair Bolsonaro voltou a comparar o debate sobre o período da ditadura militar e vítimas do regime com o fim de um casamento. Ao falar sobre eventuais excessos no período, Bolsonaro disse que não se deve voltar "naquele assunto do passado, aquele mal-entendido".

<sup>3</sup> A apresentação das reportagens será realizada com a reprodução de suas imagens seguidas de suas respectivas transcrições.

"Vamos supor que fôssemos casados, tivéssemos um problema, resolvêssemos nos perdoar lá na frente... É para não voltar naquele assunto do passado, que houve aquele mal entendido entre nós. A Lei da Anistia está aí e valeu para todos", disse Bolsonaro. Ele respondeu a um questionamento sobre a falta de um mea-culpa na ordem do dia das Forças Armadas, que será lida em alusão aos 55 anos da ditadura.

Bolsonaro afirmou que não pediu para que os quartéis "comemorassem" a data de 31 de março, e sim que rememorassem. "Não foi comemorar. Rememorar, rever, ver o que está errado, o que está certo. E usar isso para o bem do Brasil no futuro", declarou após participar de cerimônia de aniversário da Justiça Militar, na qual foi condecorado.

Apesar do recuo, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, confirmou no início da semana que Bolsonaro pediu ao Ministério da Defesa que faça as "comemorações devidas" do aniversário do 31 de março de 1964, quando o golpe militar derrubou o então presidente João Goulart e iniciou um período ditatorial que durou 21 anos.

Conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo o último domingo, 24, a orientação foi repassada a quartéis pelo País. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019a).

Em sua manchete, o jornal Diario de Pernambuco (2019a) opta por enfatizar a relação que o presidente faz entre as vítimas da ditadura e o fim de um enlace matrimonial: "Bolsonaro comparara relação entre ditadura e vítimas com casamento desfeito". Para contextualizar a relação que estabelece, o presidente cita, no trecho trazidos pelo jornal, o Decreto de Lei Nº 6.683 de 1979, ou "Lei da Anistia" que em seu artigo 1º concede:

Anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979).

O jornal opta por enfatizar essa comparação ao trazê-la para sua manchete. É notável que a escolha léxica do termo 'vítimas' por parte do jornal, busca conceder um caráter de seriedade ao marco histórico que foi a ditadura militar, já que, segundo o dicionário Oxford Languages (2022), por vítima, se compreende uma pessoa que foi "ferida, violentada, torturada, assassinada ou executada por outra", diferentemente do texto da lei, citado por Bolsonaro, onde não há vítimas, mas sim, um perdão a todos aqueles que cometeram crimes políticos e/ou eleitorais. Com essa comparação, o presidente almeja demonstrar que a relação entre a ditadura e as pessoas que passaram por ela é igual à relação entre pessoas que findaram seu enlace matrimonial e decidiram se perdoar, viver em harmonia:

[...] vamos supor que fôssemos casados, tivéssemos um problema, resolvêssemos nos perdoar lá na frente... É para não voltar naquele assunto do passado, que houve aquele mal-entendido entre nós. A Lei da Anistia está aí e valeu para todos. (BOLSONARO, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019a).

Durante todo o texto da reportagem, há muitos empregos de aspas, o que elucida que o texto traz muitas falas do próprio presidente, além da fala retratada acima, o jornal traz outros 4 trechos onde delinea *ipsis litteris* frases e termos proferidos por Bolsonaro, dentre eles, o trecho onde o presidente explica que seu objetivo “não foi comemorar. Rememorar, rever, ver o que está errado, o que está certo. E usar isso para o bem do Brasil no futuro” (BOLSONARO, 2019 *apud* Diario de Pernambuco, 2019a), o que o próprio jornal contradiz quando manifesta que:

[...] o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, confirmou no início da semana que Bolsonaro pediu ao Ministério da Defesa que faça as "comemorações devidas" do aniversário do 31 de março de 1964. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019a).

O constante uso das aspas em todo texto da reportagem demonstra que o jornal escolhe usar o espaço de sua reportagem para reafirmar o que já foi dito, é, em grande parte das vezes, realizada uma propagação e não uma discussão daquela informação.

Com essa afirmação, bem como a análise de todas as falas, frases e termos proferidos pelo presidente e membros de seu governo e baseados, bem como as formas simbólicas que o jornal constrói a partir de cada uma delas, pudemos identificar alguns modos de operação da ideologia, analisados e comentados individualmente através do quadro abaixo, modelo primeiramente postulado por Thompson (1995).

Quadro 3 – Análise da Reportagem 1 do Diario de Pernambuco

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	“ <b>não foi comemorar. Rememorar, rever, ver</b> o que está <b>errado</b> , o que <b>está certo</b> .”	Neste trecho, percebemos que há uma intenção na fala do presidente de desinstituir o valor semântico do verbo “comemorar”, já que por comemorar se compreende o ato de festejar, segundo o dicionário Michaelis (2022), e ao rememorar não se festeja, apenas se traz a um fato à memória. Ricoeur (1990), vai além e discute que ao

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			rememorarmos, partimos de um “processo de elaboração individual” de memória, ao contrário da comemoração, onde se estabelece a construção de uma memória coletiva.
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	“A Lei da Anistia <b>está aí e valeu para todos</b> ”	Ao trazer para o momento de fala, onde compara a ditadura militar ao fim de um enlace matrimonial, a conhecida ‘lei da anistia’ o presidente visa difundir a ideia de que ‘o perdão está aí e valeu para todos’. Este perdão que a lei da anistia defende, desconsidera, por exemplo, que houve vítimas e criminosos, agrupando todos em um único grupo: aqueles que cometeram crimes políticos e/ou eleitorais. Questiona-se, por fim: a lei da anistia ignora declaradamente que existiram pessoas que tentaram defender-se de agressões e, em um ato de boa fé, simplesmente as perdoa? Não houveram então, por todo período, aqueles que deveriam ser chamados de criminosos e aqueles que deveriam ser chamados de vítimas? O exemplo dado pelo presidente em sua fala responde a todos esses questionamentos: é fato que não houve para aqueles que defendem o período ditatorial como um simples regime, uma divisão de grupo onde se encaixem vítimas e criminosos. Assim, como não há certo e errado em um casamento que chega ao fim, o divórcio “está aí”, vale para os dois, o perdão “está aí”, vale pra todos, não há certo ou errado quando todos são perdoados.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	“(…) <b>E usar isso para o bem</b> do Brasil no futuro”	Para análise desse trecho, voltemos aos significados dos verbos comemorar e rememorar: ao comemorar, festejamos algo; ao rememorar, relembremos algo. Nesta fala o presidente defende que devemos rememorar, lembrar do fato, e usá-lo para o bem, com isso notamos que há uma tentativa de justificar o fato tentando recontá-lo de uma forma onde as pessoas acreditem nos benefícios que virão. Thompson (1995) defende que essa estratégia também busca transcender o conflito, e com isso, continuar sustentando relações de dominação que, neste caso, giram em torno da criação de uma nova narrativa, onde um fato passado beneficiará a toda sociedade.
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	“Bolsonaro compara relação entre ditaduras e <b>vítimas</b> com casamento desfeito”	Neste trecho percebemos uma construção simbólica ideológica por parte do jornal já que há uma escolha muito específica do termo vítimas, em destaque na coluna ao lado. A escolha desse termo evidencia que o jornal possui o objetivo de atestar o seu posicionamento que o período foi sim de crimes e que, por consequência, houve sim vítimas.
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.	“Ao falar sobre <b>eventuais excessos</b> no período	A escolha dos termos em destaque na coluna ao lado, assim como foi observado na análise acima, também atesta um posicionamento ideológico, mas que dessa vez visa desacreditar a seriedade dos eventos do período ditatorial. São escolhas quase imperceptíveis, mas

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			dotadas de ideologias que não passam (e não devem passar) despercebidas aos olhos dos analistas críticos do discurso, mas, como objetiva, passam despercebidas muitas vezes aos olhares dos leitores, da massa que consome tais informações. Essa é uma das estratégias que Dijk conceitua como uso ilegítimo de poder, pois são providas de “informações incompletas, distorcidas, ou tendenciosas pelos meios de comunicação de massa” (DIJK, 2006, p. 366) que visam perpetuar relações de poder através do que está sendo dito, levando os leitores à crença que houve apenas “eventuais” excessos e não crimes neste período.
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes.	“vamos <b>supor</b> que fôssemos casados”	O uso de metáforas para os estudiosos da linguística cognitiva como Lakoff e Johnson (2002), possui um caráter automático e inconsistente na linguagem cotiada. No trecho evidenciado ao lado, que se trata do pronunciamento de uma figura pública em exercício do maior cargo político em uma república federativa, é dotado de várias construções simbólica, uma delas é claramente construída através do uso da metáfora “ditadura – relação matrimonial”. Essa relação evidencia que há, mais uma vez, o objetivo de descredibilizar o momento histórico ditatorial, o relacionando a uma questão matrimonial mal resolvida.
Reificação	Naturalização: acontecimento	“vamos supor que fôssemos casados (...)”	A escolha dos termos em destaque na coluna ao lado

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	para não voltar naquele <b>assunto do passado</b> , que houve aquele <b>mal-entendido</b> entre nós”	evidencia que há um pressuposto ideológico na construção frasal que, como em todos os trechos observados, é dotado de características que objetivam a retextualização do fato histórico, o tornando natural, um simples ‘mal-entendido’.
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente através do uso de voz ativa.	“ <b>Bolsonaro</b> compara relação entre ditaduras e vítimas com casamento desfeito”  “o <b>porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros</b> , confirmou no início da semana que <b>Bolsonaro</b> pediu”	Através do uso da estratégia de nominalização, podemos evidenciar nos trechos ao lado que se busca atribuir responsabilidade do que está sendo dito ao topicalizar o agente.
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	Não observado.	-

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

## 6.1.2 Reportagem 2 do Diario de Pernambuco (2019b): Confira dicas de livros e filmes para entender os anos de chumbo da ditadura militar

Figura 4 – Reportagem 2 do Diario Pernambuco

**DIARIO**de**PERNAMBUCO**

história

Confira dicas de livros e filmes para entender os anos de chumbo da Ditadura Militar

Por Agência Estado Por Diário de Pernambuco Publicado em 30/03/2019 11:39



Prestes a completar 55 anos, o golpe militar de 1964 no Brasil voltou a ficar em evidência no país após o presidente da República, Jair Bolsonaro, ordenar que os quartéis comemorassem a data nesta semana. Além de causar uma forte reação da sociedade civil - órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) repudiaram a decisão, e o Ministério Público Federal (MPF) classificou o ato como passível de crime contra o Estado de Direito -, o comando causou mal-estar mesmo entre os militares. Na literatura e no audiovisual, há um vasto material sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) ou que têm o período como pano de fundo. Das sessões de tortura aos fantasmas dos Anos de Chumbo, a arte lança luz sobre personagens, fatos e consequências do golpe, de veteranos como o cineasta baiano Gláuber Rocha até estreantes. A seguir, estão listados filmes e livros de ficção e não-ficção, de diversos anos de lançamento, autores e abordagens.

Fonte: Diario de Pernambuco (2019b).

Prestes a completar 55 anos, o golpe militar de 1964 no Brasil voltou a ficar em evidência no país após o presidente da República, Jair Bolsonaro, ordenar que os quartéis comemorassem a data nesta semana. Além de causar uma forte reação da sociedade civil - órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) repudiaram a decisão, e o Ministério Público Federal (MPF) classificou o ato como passível de crime contra o Estado de Direito -, o comando causou mal-estar mesmo entre os militares. Na literatura e no audiovisual, há um vasto material sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) ou que têm o período como pano de fundo. Das sessões de tortura aos fantasmas dos Anos de Chumbo, a arte lança luz sobre personagens, fatos e consequências do golpe, de veteranos como o cineasta baiano Gláuber Rocha até estreantes. A seguir, estão listados filmes e livros de ficção e não-ficção, de diversos anos de lançamento, autores e abordagens. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019b).

Nesta reportagem, o jornal Diario de Pernambuco (2019b), ainda retomando o marco polêmico que foi a ordem do então presidente, Jair Messias Bolsonaro, de

comemorar os 55 anos da ditadura militar no Brasil, em 31 de março de 2019, traz dicas de obras literárias e cinematográficas que, supostamente, podem ajudar os cidadãos a entender o que foi e o que aconteceu durante o período de ditadura militar no Brasil.

Algo interessante de se observar neste texto é a escolha da expressão “anos de chumbo”, que ficou popularmente conhecida por denominar períodos de guerra ao redor do mundo, como os anos de guerra fria, e claro, o período ditatorial no Brasil:

Nos últimos anos da década de 60 e início dos anos 70, ao mesmo tempo em que vivia seu período de milagre econômico e de ufanismo modernizante, o Brasil, governado por militares, montava o mais cruel sistema repressor que o país já viveu. Foram os chamados “anos de chumbo” (TRAMARIM, 2022).

A escolha dessa expressão logo em sua manchete, reforça um viés ideológico explícito quanto ao que o jornal acredita acerca da seriedade desse período. Ao unificar o uso da expressão “anos de chumbo” ao verbo “confira” em seu modo imperativo logo em sua manchete, o jornal busca validar esse seu posicionamento ideológico ao criar indiretamente, uma construção simbólica defendendo que, quando os cidadãos entenderem o que foi, de fato, a ditadura, poderão enfim, repudiá-la.

Além disso, o texto da reportagem ainda elenca, que, além da sociedade civil, órgãos de grande prestígio social, como a OAB, e político, como o Ministério Público Federal (MPF), teriam classificado o ato de ordenar comemorações devidas ao aniversário de 55 anos de golpe militar, um ato “passível de crime contra o Estado de Direito” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019b).

Não falaremos aqui da lista completa de filmes que a reportagem indica, já que esta pode ser encontrada diretamente no texto da reportagem, mas é interessante citar que esta traz nomes de produções documentais como “Jango” lançado em 1984 e dirigido por Silvio Tendler, que mostra as articulações da direita para destituir o recente então presidente João Goulart, que, segundo o próprio jornal, é “um dos documentários de maior sucesso” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019b).

Ainda nessa lista há o documentário “Que bom te ver viva”, onde a cineasta Lúcia Murat, conta sua história e as memórias do grupo de mulheres que lutaram a mão armada contra a ditadura no Brasil, e, na extensa lista de livros, o jornal volta o olhar para seu estado de nascimento ao indicar a obra “Direita, volver - O golpe de 1964 em Pernambuco”, onde o autor Fernando Coelho, funcionário de confiança do governo de Miguel Arraes, conta, a partir do que presenciou, como se deu a chegada

do golpe militar ao estado de Pernambuco e tudo que aconteceu ao seu então governador, Miguel Arraes, a partir daí.

Isto em vista e ainda baseados nos estudos de Thompson, identificamos os modos de operação da ideologia a partir das estratégias de construção simbólicas categorizadas no quadro abaixo.

Quadro 4 – Análise da Reportagem 2 do Diário de Pernambuco

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>“<b>Confira</b> dicas de livros e filmes para <b>entender os anos de chumbo da ditadura militar</b>”</p> <p>“Na literatura e no audiovisual, há um vasto material sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) ou que têm o período como pano de fundo. <b>Das sessões de tortura aos fantasmas dos Anos de Chumbo</b>, a arte lança luz sobre personagens, <b>fatos e consequências do golpe</b>”</p>	Neste trecho o emprego do verbo no modo imperativo (confira), e a escolha da expressão ‘anos de chumbo’ busca atestar, exemplificando através das obras literárias e audiovisuais, que além de existir, de fato, legalidade nesta causa, se faz um apelo para que a sociedade a apoie. Esse apelo fica ainda mais evidente quando são citadas as ‘sessões de tortura’ e os ‘fantasmas’, o que podemos interpretar como se referindo às mortes dos militantes. A partir dessa rogativa que interpela o emocional do leitor, constrói-se a ideia, que, caso o leitor obedeça a ordem de ‘conferir’, ele de fato, <b>irá entender</b> os fatos e consequências do golpe e, conseqüentemente, apoiar a causa de ‘repudiá-la’.
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	Não observado.	-
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	“o golpe militar de 1964 no Brasil voltou a ficar em evidência no país após o presidente da República, Jair Bolsonaro, ordenar que os quartéis	Quando um representante de uma nação ordena que militares comemorem o que foi um grande período de repressão ideológica destes mesmos militares para

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p><b>comemorassem</b> a data nesta semana”</p>	<p>com a população, ele se coloca de um lado da história, o lado do repressor. Essa forma de recontar um fato histórico como a ditadura, como se este momento fosse digno de algum tipo de celebração, é uma forma de criar na população um sentimento de pertença. Além disso, Thompson (1995), explana que o processo simbólico de trazer ao presente fatos passados recontando-os de forma que estes transcendam a experiência única e exclusiva do conflito, da violência e da repressão, objetivam, através da criação do sentimento de pertença, justificar o exercício de poder, neste caso, dos militares, para então, sustentar a propagação de poder que já vem de uma outra época.</p>
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	<p>”Prestes a completar 55 anos, o <b>golpe militar</b> de 1964 no Brasil”</p> <p>“o golpe militar de 1964 no Brasil voltou a ficar em evidência no país após o presidente da República, Jair Bolsonaro, ordenar que os quartéis <b>comemorassem</b> a data nesta semana”</p> <p>“Das <b>sessões de tortura aos fantasmas</b> dos Anos de Chumbo, a arte lança luz sobre personagens, fatos e consequências do <b>golpe</b>”</p>	<p>Nesta reportagem o jornal emprega em todo seu texto o uso do termo ‘golpe’ para nomear o período ditatorial. Tal escolha é importante de se observar pois existem determinados grupos de ‘defensores’ desse período que o nomeiam ‘regime militar’, ou ainda aqueles que, como explana Napolitano (2014), conceituam o golpe como a tomada de poder propriamente dita, e o regime como os anos subseqüentes a tomada de poder que resultou na instauração de um</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p>regime de governo. Em linhas gerais, a palavra regime, empregada nesse contexto, nomearia um período organizado em regras e regimentos. Logo, entende-se que tal regime, advindo de um período histórico onde a democracia já era estabelecida, viria para organizar, reger um modelo de governo já preestabelecido democraticamente. Através desse conceito já poderíamos excluir 'regime' como nomenclatura correta para esse período, já que, como nos mostra a história, a imposição do poder através da instauração militar e destituição de um presidente eleito democraticamente, já foge completamente do sentido da palavra regime. Chamamos de golpe, bem como chama o jornal nessa reportagem, por entender que esse foi um período marcado pela derrubada de um governo democrático e constitucional, com o objetivo -único e exclusivo- de estabelecer o poder, através de violência e repressão, na mão de um grupo que não representava o interesse geral da população.</p> <p>No segundo trecho, diferente da reportagem 1 (analisada acima), o jornal não traz a fala do presidente, mas a menciona. Essa citação poderia ser reescrita de uma forma onde o verbo</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p><b>'comemorassem'</b> fosse trocado por uma palavra que causasse uma 'menor reação' na sociedade civil. Ao invés disso, o jornal apesar de não escolher reescrever a fala do presidente, opta por usar o mesmo verbo utilizado em seu pronunciamento. Ele, "o presidente da República, Jair Bolsonaro," ordenou que fosse comemorado, não lembrado, não rememorado, não solenizado, mas sim, comemorado. Ao constatar o valor ideológico dessa escolha, podemos entendê-la como uma estratégia de deslocamento, já que fica claro que aqui, se busca construir uma valorização negativa, não com a escolha lexical, mas com a repetição da escolha lexical.</p> <p>Se no trecho acima, a estratégia de operação ideológica é a repetição do termo comemorar, nesta, além de mais uma vez utilizar a palavra golpe para nomear o período, o jornal nomeia explicitamente algumas ações que ocorreram durante a ditadura, como quando cita as sessões de tortura e os fantasmas desse período, para referir-se àqueles que foram mortos pelos ditadores, criando mais uma vez, uma valorização negativa a partir de escolhas lexicais.</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.	<p>“Além de causar uma <b>forte reação</b> da sociedade civil”</p> <p>“o comando causou <b>mal-estar mesmo</b> entre os militares”</p>	Tendo em vista que essa reportagem trata da ordem de comemoração dada pelo presidente Jair Bolsonaro quando a ditadura militar completa 55 anos no Brasil, podemos perceber que a escolha desses termos por parte do jornal tem um único objetivo: camuflar reações de total revolta que foram evidenciadas não só pela população através das redes sociais, mas também através de notas de repúdio por parte de instituições como a OAB, MPF e várias outras, bem como instituições de ensino, famosos e estudiosos de diversas áreas <sup>2</sup> . Esse processo de camuflagem, chega a grande massa que é consumidora dessas informações, como algo que parece menor do que deveria ser, como se a revolta causada por essa ordem fosse mínima, apenas um mal-estar, mesmo que tenha afetado negativamente até aqueles que, historicamente, permanecem em um lugar de repressor, como afirma a matéria, os próprios militares.
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes.	“Das sessões de tortura aos fantasmas dos <b>Anos de Chumbo</b> , a arte lança luz sobre personagens...”	Como já citado anteriormente na análise dessa reportagem, o termo ‘anos de chumbo’ ficou popularmente conhecido por denominar períodos de guerra e opressão ao redor do mundo. No Brasil, não foi diferente, denominamos ‘anos de chumbo’ o período de

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			21 anos de ditadura militar no Brasil, um período marcado por violência e morte para aqueles contra os ideais militaristas. A escolha dessa expressão nesse trecho da reportagem, busca conferir determinado grau de seriedade a esse período. Não foram anos comuns, foram anos de chumbo, termo que remete a munições de armas, algo muito utilizado pelos militares na época de opressão.
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	Não observado.	-
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p>“O golpe militar de 1964 no Brasil voltou a ficar em evidência no país após <b>o presidente da República, Jair Bolsonaro, ordenar</b> que os quartéis comemorassem a data nesta semana”</p> <p>“<b>órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) repudiaram a decisão, e o Ministério Público Federal (MPF) classificou o ato como passível de crime</b> contra o Estado de Direito”</p>	Em todos os trechos aqui destacados, percebemos que o jornal personifica agentes de determinadas ações. Isso confere ao texto um caráter pessoal, uma ênfase, o que vai fazer com que o leitor concentre sua atenção no agente, conferindo a este total reponsabilidade pelos atos na reportagem apresentados.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	Não observado.	-

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

### 6.1.3 Reportagem 3 do Diário de Pernambuco (2019c): Deputado recorrerá a órgão internacional por “comemoração” ao golpe de 64

Figura 5 – Reportagem 3 do Diário de Pernambuco

**DIÁRIO de PERNAMBUCO**

---

Câmara f t i g v

## Deputado recorrerá a órgão internacional por "comemoração" do golpe de 64

Por: Correlio Braziliense Publicado em: 26/03/2019 19:46



decisão do presidente de "comemorar" o golpe de 1964 tem sido um dos assuntos mais comentados na Câmara, nesta terça-feira (26/3). O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) anunciou que recorrerá à Corte Interamericana de Direitos Humanos para questionar o pedido do presidente Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa comemore a data.

O órgão internacional é "claro em questionar os Estados que promovem e difundem a ditadura", explicou o parlamentar, em discurso no plenário. Padilha disse que já apresentou um requerimento de informações à Presidência da República para que detalhe as sugestões e orientações dadas pelo presidente ao Ministério da Defesa quanto à comemoração da data. O objetivo é "saber que sugestões foram dadas, qual ordem, qual órgão, quais os custos envolvidos nessa comemoração".

"Não só o Brasil, mas o mundo quer saber quais são essas orientações do presidente da República anunciadas pelo seu porta-voz para comemorações do dia do golpe militar no Brasil e da ditadura militar no Brasil", afirmou Padilha. Para finalizar o discurso, feito no plenário da Câmara, o deputado disse que "quem defende ditadura não tem moral para criticar Maduro e a Venezuela".

#### Debates

Ao longo da sessão, outros deputados condenaram a ideia do presidente e mencionaram os abusos da época da ditadura militar. Mas alguns aliados do governo defenderam a comemoração da data e até negaram que existiu ditadura.

A maioria dos defensores faz parte do partido de Bolsonaro, o PSL. A deputada Bia Kicis (PSL-DF) afirmou que os militares "nos salvaram" de "nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes". "Quero celebrar o 31 de março", declarou.

O Coronel Christóstomo (PSL-RO) fez um dos discursos mais inflamados em defesa da ditadura, que considera ter sido apenas um "governo militar". Ele considera o período "uma guinada para que o Brasil hoje tivesse uma democracia". "Não vivi esse tempo, mas meu pai viveu. O que queriam naquele período, até 1964, era transformar este país com paredão: mandando matar, mandando fazer qualquer coisa que não fosse democracia", disse o deputado.

"Nós vamos ter que disponibilizar aqui vários livros que definem o que é comunismo, o que é democracia e o que é ditadura, porque há pessoas que não sabem o que é ditadura. Foi o governo militar. Não foi ditadura", continuou Christóstomo.

Carlos Jordy, (PSL-RJ), do mesmo partido, também parabenizou o presidente pela decisão de "retomar as comemorações" do que chamou de "contrarrevolução de 31 de Março de 1964". Para defender o regime, ele usou o discurso de que era "um momento em que o Brasil passava pela ameaça comunista, em que se tentou implantar, neste país, a ditadura do proletariado financiada pela União Soviética e treinada em Cuba".

Jordy disse ainda que, naquele momento, a população foi às ruas pedir que o presidente João Goulart fosse retirado da Presidência. "Hoje, nós não somos um Cubão", concluiu.

#### **Repúdio**

Dizer que o golpe de 64 deve ser comemorado, na visão do deputado Marcelo Freixo (PSol-RJ), "é uma vergonha" e "um atentado contra diversas pessoas que foram torturadas, desaparecidas". Ele também apontou a incoerência dos deputados que defendem o regime ditatorial, ao lembrar durante a ditadura o Congresso foi fechado.

Pompeo de Mattos (PDT-RS) também protestou contra a decisão de Bolsonaro "de comemorar como um grande feito o golpe de 64, que tirou o presidente Jango, um trabalhista do poder". Para o pedetista, a ditadura foi "a coisa mais grave que aconteceu no país na sua história". "Dezenas, centenas de pessoas foram mortas, outras, foram banidas, foram para o estrangeiro, exiladas. Na minha casa, bateram militares, dezenas deles, para prender meu pai, um humilde agricultor", contou.

"Como concordar com isso, se assisti a meu pai ser preso? Fui à cadeia levar comida para ele, e quem o prendeu nunca disse por que o prendeu e ele morreu sem saber por que foi preso", relatou Pompeo de Mattos. O deputado Daniel Coelho (PE), líder do Cidadania (ex-PPS) na Câmara também defendeu a democracia e se colocou contra os discursos a favor da ditadura.

No mesmo sentido, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) classificou a possível comemoração como "um escárnio ao povo brasileiro". "Se tratou de uma ditadura vil, afrontou as instituições democráticas e a memória e afrontou esta Casa, inclusive, sendo responsável pelo assassinato de Rubens Paiva, pela cassação de parlamentares, pelo fechamento do Congresso Nacional", reforçou.

#### **Entenda**

Na última segunda-feira (25/3), o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que Bolsonaro pediu para que o Ministério da Defesa faça as "comemorações devidas" pelos 55 anos do golpe militar, que deu início a uma ditadura no país. Na semana anterior, Rêgo Barros havia dito que a data não seria comemorada.

Em Washington, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, disse que a data é histórica e precisa ser explicada para os mais jovens, como forma de "relembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito". Para ele, "os mais jovens precisam saber o que aconteceu naquela data".

Fonte: Diário de Pernambuco (2019c).

A decisão do presidente de "comemorar" o golpe de 1964 tem sido um dos assuntos mais comentados na Câmara, nesta terça-feira (26/3). O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) anunciou que recorrerá à Corte Interamericana de Direitos Humanos para questionar o pedido do presidente Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa comemore a data.

O órgão internacional é "claro em questionar os Estados que promovem e difundem a ditadura", explicou o parlamentar, em discurso no plenário. Padilha disse que já apresentou um requerimento de informações à Presidência da República para que detalhe as sugestões e orientações dadas pelo presidente ao Ministério da Defesa quanto à comemoração da data. O objetivo é "saber que sugestões foram dadas, qual ordem, qual órgão, quais os custos envolvidos nessa comemoração".

"Não só o Brasil, mas o mundo quer saber quais são essas orientações do presidente da República anunciadas pelo seu porta-voz para comemorações do dia do golpe militar no Brasil e da ditadura militar no Brasil",

afirmou Padilha. Para finalizar o discurso, feito no plenário da Câmara, o deputado disse que "quem defende ditadura não tem moral para criticar Maduro e a Venezuela".

#### Debates

Ao longo da sessão, outros deputados condenaram a ideia do presidente e mencionaram os abusos da época da ditadura militar. Mas alguns aliados do governo defenderam a comemoração da data e até negaram que existiu ditadura.

A maioria dos defensores faz parte do partido de Bolsonaro, o PSL. A deputada Bia Kicis (PSL-DF) afirmou que os militares "nos salvaram" de "nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes". "Quero celebrar o 31 de março", declarou.

O Coronel Christóstomo (PSL-RO) fez um dos discursos mais inflamados em defesa da ditadura, que considera ter sido apenas um "governo militar". Ele considera o período "uma guinada para que o Brasil hoje tivesse uma democracia". "Não vivi esse tempo, mas meu pai viveu. O que queriam naquele período, até 1964, era transformar este país com paredão: mandando matar, mandando fazer qualquer coisa que não fosse democracia", disse o deputado.

"Nós vamos ter que disponibilizar aqui vários livros que definem o que é comunismo, o que é democracia e o que é ditadura, porque há pessoas que não sabem o que é ditadura. Foi o governo militar. Não foi ditadura", continuou Christóstomo.

Carlos Jordy, (PSL-RJ), do mesmo partido, também parabenizou o presidente pela decisão de "retomar as comemorações" do que chamou de "contrarrevolução de 31 de Março de 1964". Para defender o regime, ele usou o discurso de que era "um momento em que o Brasil passava pela ameaça comunista, em que se tentou implantar, neste país, a ditadura do proletariado financiada pela União Soviética e treinada em Cuba".

Jordy disse ainda que, naquele momento, a população foi às ruas pedir que o presidente João Goulart fosse retirado da Presidência. "Hoje, nós não somos um Cubão", concluiu.

#### Repúdio

Dizer que o golpe de 64 deve ser comemorado, na visão do deputado Marcelo Freixo (PSol-RJ), "é uma vergonha" e "um atentado contra diversas pessoas que foram torturadas, desaparecidas". Ele também apontou a incoerência dos deputados que defendem o regime ditatorial, ao lembrar durante a ditadura o Congresso foi fechado.

Pompeo de Mattos (PDT-RS) também protestou contra a decisão de Bolsonaro "de comemorar como um grande feito o golpe de 64, que tirou o presidente Jango, um trabalhista do poder". Para o pedetista, a ditadura foi "a coisa mais grave que aconteceu no país na sua história". "Dezenas, centenas de pessoas foram mortas, outras, foram banidas, foram para o estrangeiro, exiladas. Na minha casa, bateram militares, dezenas deles, para prender meu pai, um humilde agricultor", contou.

"Como concordar com isso, se assisti a meu pai ser preso? Fui à cadeia levar comida para ele, e quem o prendeu nunca disse por que o prendeu e ele morreu sem saber por que foi preso", relatou Pompeo de Mattos. O deputado Daniel Coelho (PE), líder do Cidadania (ex-PPS) na Câmara também defendeu a democracia e se colocou contra os discursos a favor da ditadura.

No mesmo sentido, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) classificou a possível comemoração como "um escárnio ao povo brasileiro". "Se tratou de uma ditadura vil, afrontou as instituições democráticas e a memória e afrontou esta Casa, inclusive, sendo responsável pelo assassinato de Rubens Paiva, pela cassação de parlamentares, pelo fechamento do Congresso Nacional", reforçou.

#### Entenda

Na última segunda-feira (25/3), o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que Bolsonaro pediu para que o Ministério da

Defesa faça as "comemorações devidas" pelos 55 anos do golpe militar, que deu início a uma ditadura no país. Na semana anterior, Rêgo Barros havia dito que a data não seria comemorada.

Em Washington, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, disse que a data é histórica e precisa ser explicada para os mais jovens, como forma de "relembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito". Para ele, "os mais jovens precisam saber o que aconteceu naquela data". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

A reportagem acima, publicada em 26 de março de 2019, traz uma discussão maior e mais acalorada sobre os envolvidos na ordem dada pelo presidente Jair Bolsonaro, dias antes do 31 de março de 2019, com trechos de falas de deputados, favoráveis e contrárias as "celebrações devidas" durante uma reunião plenária na Câmara dos Deputados.

Para iniciarmos esta análise, começaremos evidenciando na manchete, um modo de operação da ideologia que Thompson (1995) denomina de passivização: "Deputado recorrerá a órgão internacional por 'comemoração' do golpe de 64", não há aqui a intenção de atribuir a responsabilidade do ato a um sujeito específico, já que se opta por não citar seu nome.

Por outro lado, podemos interpretar que essa estratégia de construção simbólica pode estar buscando conferir um grau de responsabilidade a pessoa que está praticando a ação, já que, não foi um cidadão comum que decidiu recorrer ao órgão internacional, mas sim, um deputado, alguém com um cargo que confere determinado prestígio social e possibilita tomada de certas decisões. Ainda no título podemos perceber mais um uso da estratégia de passivização quando o jornal opta por não trazer o nome do órgão, apenas o denomina de órgão internacional.

Apesar de iniciar a reportagem deixando essas informações subentendidas, o jornal, no corpo no texto, traz informações como o nome do deputado que recorreu ao órgão internacional, Alexandre Padilha (PT-SP), bem como finalmente nomeia qual será o órgão ao qual o deputado Alexandre Padilha recorrerá, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A CIDH é um órgão judicial autônomo que pertence à Organização dos Estados Americanos e foi "criado para promover a observância e a defesa dos direitos humanos e para servir como órgão consultivo da organização nesta matéria" (CIDH, 1979). Foi estabelecida em 1959 e sua estrutura atual é regida pela "Convenção Americana sobre Direitos Humanos", assinada em 1969 e vigente desde 1978.

Atribui-se pelo seu próprio estatuto, como sendo uma das suas maiores funções encorajar a consciência acerca dos direitos humanos nos povos da América, para que haja a responsabilidade social por parte dos cidadãos de fiscalizar possíveis promoções de ações que firam os tais direitos. Quando acionada, a CIDH intervém ao

formular recomendações aos Governos dos Estados no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos, no âmbito de sua legislação, de seus preceitos constitucionais e de seus compromissos internacionais, bem como disposições apropriadas para promover o respeito a esses direitos (CIDH, 1979).

Apesar do deputado Alexandra Padilha (PT-SP) ter boa intenção ao recorrer a esta comissão, já que, como ele mesmo afirma em trecho trazido pelo jornal, este órgão é “claro em questionar os Estados que promovem e difundem a ditadura” (PADILHA, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c), o Brasil, apesar de ser membro da Organização dos Estados Americanos juntamente com outros 34 países, não é um dos países que ratificaram esta convenção afirmando estarem legalmente comprometidos a observar e respeitar os direitos nela mencionados, por consequência, não reconheceram a sua jurisdição enquanto órgão de fiscalização de conduta, o que torna a possível solicitação de Padilha, inviável.

Seguindo com o corpo do texto, o jornal traz agora uma divisão de tópicos, de nominados de “Debates”; “Repúdio” e “Entenda”, respectivamente.

O tópico “Debate” começa com a afirmação que outros deputados se mostraram contrários à decisão do presidente de comemorar os 55 anos de ditadura militar, assim como o deputado citado anteriormente. Mas, há uma ênfase ao citar que existem também parlamentares que, além de se mostrarem favoráveis as comemorações negam que tenha existido uma ditadura. Para exemplificar, o jornal traz falas como esse trecho proferido pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), onde ela afirma que “os militares ‘nos salvaram’ de ‘nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes’. ‘Quero celebrar o 31 de março’, declarou” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

O jornal ainda faz questão de nominalizar os apoiadores da causa: Bia Kicis, Coronel Christóstomo e Carlos Jordy, deixando claro que todos são aliados políticos do presidente, já que fazem parte do PSL, partido que era, no momento da publicação desta reportagem, o partido do presidente em vigência Jair Messias Bolsonaro.

Além da fala da deputada Bia Kicis, o jornal transcreve trechos de falas destes parlamentares, como a do Coronel Christóstomo, que é considerada pelo jornal como

sendo “um dos discursos mais inflamados em defesa da ditadura, que considera ter sido apenas um ‘governo militar’” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c). Na fala deste deputado há ainda afirmações como:

Ele considera o período "uma guinada para que o Brasil hoje tivesse uma democracia". "Não vivi esse tempo, mas meu pai viveu. O que queriam naquele período, até 1964, era transformar este país com paredão: mandando matar, mandando fazer qualquer coisa que não fosse democracia", disse o deputado (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

Sobre esta fala do deputado Coronel Christóstomo, podemos perceber afirmações que vão contra tudo que se sabe historicamente sobre a ditadura e que foi comprovado em três volumes do relatório fruto de Comissão Nacional da Verdade de 2014.

Para que entendamos a relação da fala do parlamentar com o relatório citado acima, precisaremos voltar ao ano de 2011, quando a presidente eleita democraticamente, Dilma Rousseff, instaura oficialmente através da Lei 12.528 a Comissão Nacional da Verdade:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.  
Art. 2º A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos. (BRASIL, 2011)

Comissões da Verdade são órgãos temporários criados pelo estado para que crimes contra a humanidade sejam investigados. Mais de 30 países já criaram suas comissões, geralmente pós-período de guerra, transição política e mudança na forma de governo instituído antidemocraticamente, como as ditaduras militares. Apesar de se apresentarem com diversos nomes como “Comissão sobre Desaparecidos” criada na Argentina e “Comissão de Esclarecimento Histórico” criada na Guatemala, todas possuem o mesmo objetivo, como esclarece Pinto (2010), de “não permitir que a amnésia política e social afete o futuro da democratização” (PINTO, 2010, p.3), e não foi diferente no Brasil.

Mesmo sendo criada após 30 anos dos ‘desaparecimentos’ frutos do período ditatorial, a Comissão Nacional da Verdade brasileira conseguiu, em seus três volumes, i) explicar quão graves foram as violações aos direitos humanos durante o

período ditatorial (BRASIL, 2014a); ii) apresentar como tais violações ocorreram em diferentes segmentos sociais, como o meio militar, igrejas cristãs e universidade (BRASIL, 2014b); e iii) catalogar e relacionar as vítimas que até então eram denominadas de 'desaparecidos políticos' no período de 1964 a 1988 (BRASIL, 2014c). Com esse relatório, foram contadas, ao total 434 histórias, dados biográficos, causas e circunstância da morte e, em alguns casos inclusive, identificação da autoria dos crimes.

Esta comissão, apesar de apurar e catalogar dados referentes a este período histórico, explicar desaparecimentos e buscar oferecer paz às famílias das vítimas até então tidas como "desaparecidas" não tem a função de punir pessoas, já que esta comissão não possui poder judicial. A Comissão Nacional da Verdade oferece então, recomendações que devem ser cumpridas pelo Estado, divididas em "Medidas institucionais"; "Reformas constitucionais e legais" e Medidas de seguimento das ações e recomendações da CNV", totalizando vinte nove recomendações, que não foram cumpridas totalmente pelo Estado, ou foram cumpridas parcialmente.

Com essas explicações, voltemos agora a fala do parlamentar Coronel Christóstomo, onde este afirma que, o que os supostos comunistas queriam fazer no país era "transformar este país com paredão: mandando matar, mandando fazer qualquer coisa que não fosse democracia" (MOURA, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c), em linhas gerais, o que o coronel descreve é a própria ditadura, já que sabemos que o período ditatorial foi marcado por tudo que o parlamentar cita: mortes e decisões antidemocráticas.

Esse discurso do parlamentar atesta o que Djik (2006) chama de controle da mente. Nesse tipo de estratégia, o que é dito busca suggestionar processos de compreensão, influenciando a formação de modelos mentais que são tendenciosos e favorecem e legitimam relações de poder. Também podemos caracterizar dentro destes preceitos, a escolha do jornal desse trecho em detrimento de outros tantos, buscando exercer seu papel de detentor do poder da informação, propagando a trazendo aos leitores apenas os trechos que convém para corroborar com o que o próprio jornal chama de "um dos discursos mais inflamados em defesa da ditadura"; "Foi o governo militar. Não foi ditadura", continuou Christóstomo" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

Outro parlamentar citado pelo jornal como favorável as "comemorações devidas" foi o deputado Carlos Jordy, que em sua fala afirma coisas como "a

população foi às ruas pedir que o presidente João Goulart fosse retirado da Presidência” e afirma que graças a isso “Hoje, nós não somos um Cubão”.

O segundo tópico denominado “Repúdio”, traz agora opiniões de parlamentares que foram contra as “comemorações devidas” aos 55 anos da ditadura militar propostas pelo presidente Bolsonaro, entre estes parlamentares, o jornal nominaliza quatro: Marcelo Freixo (PSol-RJ); Pompeo de Mattos (PDT-RS); Daniel Coelho (PSDB) e Maria do Rosário (PT-RS), um parlamentar a mais que no tópico anterior, tópico dos parlamentares favoráveis.

Outra nuance interessante de ser observada é que, no tópico anterior, o jornal transcreve apenas falas de parlamentares que, além de serem favoráveis ao que foi proposto pelo presidente, são, naquele recorte histórico, pertencentes ao mesmo partido político; comungam das mesmas crenças, pontos de vistas e ideologias.

No tópico “Repúdio” parlamentares de partidos diferentes, sendo estes classificados como de esquerda e centro-direita, também comungam da mesma ideologia: não há nada que se comemorar quando o assunto é ditadura militar, como afirma o deputado Marcelo Freixo em sua fala, celebrar os 55 anos de ditadura militar "é uma vergonha" e "um atentado contra diversas pessoas que foram torturadas, desaparecidas" (FREIXO, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

A fala do parlamentar Pompeo de Mattos é uma daquelas que apela ao emocional, já que o mesmo conta através da experiência próprias como ele e sua família vivenciaram esse período: "Como concordar com isso, se assisti a meu pai ser preso? Fui à cadeia levar comida para ele, e quem o prendeu nunca disse por que o prendeu e ele morreu sem saber por que foi preso" (MATTOS, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

O deputado Daniel Coelho, único centro-direita dessa lista de parlamentares contrários às “comemorações devidas”, tem seu discurso transcrito pelo jornal de maneira breve, resumida, sem muito apelo ou inflamação. O jornal apenas cita que este “também defendeu a democracia e se colocou contra os discursos a favor da ditadura” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

O jornal também transcreve falas da deputada Maria do Rosário, que classificou as “comemorações devidas” como um "um escárnio ao povo brasileiro" (NUNES, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c). Ela também cita como a ditadura afetou os parlamentares, trazendo a memória o assassinato do, àquela época

deputado, Rubens Paiva e como essas comemorações ferem diretamente o que acredita -ou deveria acreditar- o Congresso Nacional.

O último tópico, denominado de “Entenda”, retoma a fala do porta-voz oficial da presidência Otávio Rêgo Barros onde o mesmo afirma que “Bolsonaro pediu para que o Ministério da Defesa faça as ‘comemorações devidas’ pelos 55 anos do golpe militar” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c) e traz a fala do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, onde o mesmo relata que datas históricas como o 31 de março, que marca o início da ditadura militar no Brasil precisa ser explicada aos mais jovens: "relembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito", pois para ele, "os mais jovens precisam saber o que aconteceu naquela data" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019c).

A partir do que foi evidenciado na análise acima, partiremos agora para a análise individual comentada das formas simbólicas construídas pela reportagem categorizadas a partir do quadro de modos gerais de operação da ideologia, postulado primeiramente por Thompson (1995) e aqui reorganizado.

Quadro 5 – Análise da Reportagem 3 do Diario de Pernambuco

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>“O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) <b>anunciou que recorrerá à Corte Interamericana de Direitos Humanos para questionar</b> o pedido do presidente Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa comemore a data”</p> <p>“Não só o Brasil, <b>mas o mundo quer saber quais são essas orientações</b> do presidente da República anunciadas pelo seu porta-voz <b>para comemorações do dia do golpe militar no Brasil e da ditadura militar no Brasil</b>”, afirmou Padilha.”</p>	Nos trechos em destaque na coluna ao lado, notamos que o jornal escolhe os trechos que vai citar buscando criar uma linha de raciocínio baseada na história dos interlocutores, que clarifique para o leitor que a causa, que neste caso evidencia-se como “ser contra as comemorações devidas”, é uma causa digna do suporte do leitor. Esse suporte deve se basear nas formas simbólicas e modelos mentais que o leitor construirá ao consumir essas informações, que, como é característico da mídia, podem inclusive apelar para o lado emocional do leitor.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p>“Ao longo da sessão, <b>outros deputados condenaram a ideia do presidente e mencionaram os abusos da época da ditadura militar. Mas alguns aliados do governo defenderam a comemoração</b> da data e até negaram que existiu ditadura.</p> <p>Dizer que o golpe de 64 deve ser comemorado, na visão do deputado Marcelo Freixo (PSol-RJ), <b>"é uma vergonha" e "um atentado contra diversas pessoas que foram torturadas, desaparecidas"</b>. Ele também <b>apontou a incoerência dos deputados</b> que defendem o regime ditatorial, ao lembrar durante a ditadura o Congresso foi fechado.</p> <p>“Para o pedetista, <b>a ditadura foi "a coisa mais grave que aconteceu no país na sua história". "Dezenas, centenas de pessoas foram mortas, outras, foram banidas, foram para o estrangeiro, exiladas."</b></p> <p>"Como concordar com isso, <b>se assisti a meu pai ser preso? Fui à cadeia levar comida para ele, e quem o prendeu nunca disse por que o prendeu e ele morreu sem saber por que foi preso"</b>, relatou Pompeo de Mattos”</p> <p>“No mesmo sentido, a deputada Maria do Rosário (PT-RS)</p>	

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p>classificou a possível comemoração como "um escárnio ao povo brasileiro". <b>"Se tratou de uma ditadura vil, afrontou as instituições democráticas e a memória e afrontou esta Casa, inclusive"</b></p> <p>"Na minha casa, bateram militares, dezenas deles, para prender meu pai, <b>um humilde agricultor</b>", contou."</p>	
	<p>Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.</p>	<p>"A maioria dos defensores faz parte do partido de Bolsonaro, o PSL. A deputada Bia Kicis (PSL-DF) <b>afirmou que os militares "nos salvaram" de "nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes"</b>. "Quero celebrar o 31 de março", declarou."</p> <p>"Jordy disse ainda que, naquele momento, <b>a população foi às ruas pedir</b> que o presidente João Goulart fosse retirado da Presidência. "Hoje, nós não somos um Cubão", concluiu."</p>	<p>A estratégia de usar o movimento "anti-jango" como uma estratégia para justificar a tomada de poder por parte dos militares é antiga e bem elaborada. Constrói-se um inimigo iminente e se leva a população a aderir acordos que foram, ilusoriamente, pensados e planejados pela população, e com isso se justifica a tomada de poder como resultado do clamor popular.</p>
	<p>Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.</p>	<p>"A maioria dos defensores faz parte do partido de Bolsonaro, o PSL. A deputada Bia Kicis (PSL-DF) afirmou que os militares "nos salvaram" de "nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes". <b>"Quero celebrar o 31 de março"</b>, declarou."</p> <p><b>"Para defender o regime, ele usou o discurso</b> de que era</p>	<p>Aqui, se constrói a narrativa onde é aceitável que se comemore o 31 de março pois, como evidenciado na análise acima, o inimigo em comum -a saber, o comunismo- levou o povo as ruas para que clamassem a Deus por proteção. Sendo assim, é natural que se institua uma tradição que comemore a data em que o povo clamou e bradou por defesa.</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p>"um momento em que o Brasil passava pela ameaça comunista, em <b>que se tentou implantar, neste país</b>, a ditadura do proletariado financiada pela União Soviética e treinada em Cuba".</p> <p>"Em Washington, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, <b>disse que a data é histórica e precisa ser explicada para os mais jovens como forma de "relembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito". Para ele, "os mais jovens precisam saber o que aconteceu naquela data".</b></p>	
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	<p>"A decisão do presidente de <b>"comemorar" o golpe</b> de 1964 tem sido um dos assuntos mais comentados na Câmara"</p> <p>"O Coronel Christóstomo (PSL-RO) fez um dos discursos mais inflamados em <b>defesa da ditadura, que considera ter sido apenas um "governo militar"</b></p>	Aqui temos duas escolhas que partem do jornal e, diferente da maioria dos trechos apontados nessa reportagem, não são análises de transcrições de falas dos interlocutores. O jornal por duas vezes escolhe chamar o período ditatorial de <b>golpe</b> e <b>ditadura</b> , terminologias que são veementemente negadas pelos apoiadores do atual governo brasileiro e seus simpatizantes. Essas escolhas não são apenas lexicais, são ideológicas. Aqui o jornal esclarece que considera a tomada de poder por parte dos militares um golpe, que considera esse período como sendo um período

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			ditatorial e que não haveria outra forma de chamá-lo senão essa.
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de mudanças lexicais quase imperceptíveis.	<b>“Foi o governo militar. Não foi ditadura”</b> , continuou Christóstomo”	Para que entendamos a nem tão sutil diferença entre governo militar e ditadura militar, partimos do princípio que rege a organização política do nosso país atualmente, o Estado Democrático de direito. O Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988) é o fundamento que determina que as leis devem ser criadas para e pelo povo, visando com isso o respeito total à integridade e dignidade humana. Mesmo esse preceito atribuindo todo poder ao povo, nós não criamos as leis, já que nossa forma de governo consiste no que chamamos de democracia representativa. A nós é dado o poder de escolher aqueles que nos representarão na criação das leis. Isso quer dizer que, se vivemos em um Estado Democrático de direito onde a organização política é representativa, ainda é do povo a soberania, o que não acontece em um governo onde a soberania é militar. Nesse tipo de governo, apenas é dado ao povo o papel de mero coadjuvante que deve aceitar as escolhas que lhe foram impostas. Essa diferença é clara e evidente para aqueles grupos privilegiados pelo conhecimento, a grande massa, por sua vez, pode não interpretar e perceber o abismo que se existe entre as denominações

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			governo e ditadura militar, por esse motivo, aqui evidenciamos que o objetivo do interlocutor com a escolha dessas palavras é despertar uma forma simbólica onde se, através da mudança de 'ditadura' para 'governo' se desperte uma valorização positiva do fato.
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	Não observado.	-
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	<p><b>"Ele considera o período "uma guinada para que o Brasil hoje tivesse uma democracia."</b></p> <p>Carlos Jordy, (PSL-RJ), do mesmo partido, também parabenizou o presidente pela decisão de <b>"retomar as comemorações" do que chamou de "contrarrevolução de 31 de Março de 1964".</b></p>	Nestes trechos a estratégia objetiva naturalizar o evento que é denominado de 'período' e 'contrarrevolução' que torna a ditadura militar o resultado inevitável de uma ameaça iminente, destituindo com essa fala, todo o caráter sócio-histórico do período.
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p><b>"O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) anunciou que recorrerá à Corte Interamericana de Direitos Humanos para questionar o pedido do presidente Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa comemore a data"</b></p> <p><b>A maioria dos defensores faz parte</b></p>	Atribuição de responsabilidade ao agente pelo que foi proferido.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p><b>do partido de Bolsonaro</b>, o PSL. <b>A deputada Bia Kicis (PSL-DF) afirmou</b> que os militares "nos salvaram" de "nos transformar em um país comunista, de pessoas tristes". "Quero celebrar o 31 de março", declarou.</p> <p><b>"O Coronel Christóstomo (PSL-RO) fez um dos discursos mais inflamados</b> em defesa da ditadura, que considera ter sido apenas um "governo militar"</p> <p><b>"Carlos Jordy, (PSL-RJ), do mesmo partido, também parabenizou o presidente"</b></p> <p><b>"Pompeo de Mattos (PDT-RS) também protestou contra a decisão de Bolsonaro"</b></p> <p><b>"Em Washington, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, disse</b> que a data é histórica e precisa ser explicada para os mais jovens."</p>	
	<p>Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.</p>	<p><b>"Deputado</b> recorrerá a <b>órgão internacional</b> por "comemoração" do golpe de 64"</p> <p><b>"A decisão do presidente</b> de "comemorar" o golpe de 1964 tem sido um dos assuntos mais comentados na Câmara"</p> <p><b>"O órgão internacional</b> é "claro em questionar os Estados que</p>	<p>Destituição de responsabilidade ao não nominalizar o agente.</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		promovem e difundem a ditadura", explicou o parlamentar, em discurso no plenário"	

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

#### 6.1.4 Reportagem 4 do Diario de Pernambuco (2019d): Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Velez a jornal

Figura 6 – Reportagem 4 do Diario do Pernambuco

## DIARIO de PERNAMBUCO

### Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Vélez a jornal



O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada nesta quarta-feira (3).

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verdadeira, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro. "A Abrale é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões."

Fonte: Diario de Pernambuco (2019d).

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder,

em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada nesta quarta-feira (3).

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro. "A Abrale é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019d).

Logo em sua manchete, podemos evidenciar que a reportagem acima é iniciada com a transcrição de uma fala do então ministro da educação do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre a necessidade de possíveis mudanças no que conteúdo trazido pelos livros didáticos sobre a ditadura militar.

Apesar de evidenciar na manchete o autor dessa fala, é apenas no corpo do texto que temos a informação que responde à pergunta: Quem é Vélez? Logo em sua primeira linha, o jornal deixa claro que ele é uma peça importante no jogo do governo Bolsonaro, além disso, uma importante peça também dentro do jogo das decisões no âmbito da educação nacional, já que Ricardo Vélez Rodríguez é a peça que, por 3 meses (em média), representou o Ministério da Educação (MEC).

Tanto na manchete quanto no corpo no texto o jornal evidencia que, na construção da fala de Vélez há, de fato, uma ordem: "livros didáticos **devem** revisar" e "Ricardo Vélez Rodríguez, **disse que haverá** mudanças" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019d, grifos nossos). Isso evoca uma reflexão: será que representantes de um ministério podem interferir tão direta e incisivamente em temáticas já consolidadas e comprovadas, inclusive, pela história?

Apesar de ter o poder de reger, organizar e fiscalizar o Plano Nacional de Educação (PNE), o MEC, ou seu representante geral no papel do ministro da educação, não tem o poder de interferir tão diretamente em temáticas e conteúdos já

consolidadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que desde 1996 é responsável por nortear o trabalho das instituições de ensino, do nível básico ao superior, com base nos preceitos regidos pela Constituição Federal.

Essa informação não é trazida pelo jornal, mas este busca outros artifícios para exemplificar ao leitor que, rever a forma como a ditadura é tratada nos livros didáticos não é uma opção. Para isso, o jornal traz falas como a do presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, onde afirma que “todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019d), já que a revisão ordenada pelo então ministro da educação, baseando-se no que o próprio chama de "regime democrático de força" é, como afirma o próprio jornal, uma tese “refutada por historiadores que estudaram o período” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019d).

Isto posto, no quadro abaixo, categorizaremos e comentaremos os modos de operação da ideologia identificados pelas construções simbólicas do jornal e das falas de seus interlocutores, baseados nos estudos de Thompson (1995).

Quadro 6 – Análise da Reportagem 4 do Diário de Pernambuco

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>“Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". <b>A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.</b>”</p> <p>“O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, <b>ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.</b>”</p>	Aqui se busca construir uma linha de raciocínio que refuta com base na ciência o que está sendo defendido pelos interlocutores.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	Não observado.	-
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	“Vélez disse, segundo o Valor, que as <b>mudanças em livros didáticos seriam "progressivas"</b> , e devem ocorrer "na medida em que seja <b>resgatada uma versão mais ampla da história</b> ". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático <b>de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história</b> ".”	A estratégia nestes trechos é de manipular o passado para que se transforme a mudança dos livros didáticos em uma tradição aceitável.
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	“Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco <b>não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força"</b> .”	Apesar do objetivo aqui ser de atribuir uma valorização positiva que minimize o fato ao mudar os termos, podemos evidenciar que o objetivo não foi concluído, já que “regime democrático de força” é sinônimo de ditadura
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de mudanças lexicais quase imperceptíveis.	“O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que <b>haverá mudanças em livros didáticos para revisar</b> a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu.”  “Segundo o jornal, Vélez <b>diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional"</b> .”	No contexto da reportagem ao qual o trecho foi retirado, percebemos com a leitura completa que o objetivo não é apenas revisar, como é dito ao lado, mas sim reescrever o fato justificando seus acontecimentos. Dessa forma, a relação evidenciada sutilmente entre as construções ‘haverá mudanças’ e ‘revisar’ é uma tentativa de valorizar positivamente o que está sendo proposto.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		“Além disso, <b>teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força"</b> . A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.”	
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	Não observado.	-
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	Não observado.	-
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	“O ministro da Educação, <b>Ricardo Vélez Rodríguez, disse</b> que haverá mudanças em livros didáticos(…)”  “ <b>Vélez diz acreditar</b> que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional".”	Atribuição de responsabilidade ao agente pelo que foi proferido.
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	Não observado.	-

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

## 6.1.5 Reportagem 5 do Diário de Pernambuco (2019e): MPF fala em crime de responsabilidade de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64.

Figura 7 – Reportagem 5 do Diário de Pernambuco

### DIÁRIO de PERNAMBUCO

#### MPF fala em crime de responsabilidade de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64

Por: [Correio Braziliense](#)

Publicado em: 26/03/2019 19:48



O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (DFPC), aponta eventual crime de responsabilidade do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao autorizar e incentivar que as Forças Armadas realizem "as devidas comemorações" em relação a instauração do regime militar, que se abateu sobre o Brasil em 1964.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, confirmou, em comunicado oficial, que o presidente Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que organize os atos em quartéis. "O nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", afirmou Rêgo Barros.

Para os procuradores do MPF, esse tipo de ato representa crime de responsabilidade, por se enquadrar no que prevê o artigo 85 da Constituição Federal. Este tipo de delito, de acordo com a Carta Magna, pode resultar na suspensão do mandato e até no afastamento definitivo do cargo. "O apoio de um presidente da República ou altas autoridades seria, também, crime de responsabilidade (artigo 85 da Constituição, e Lei nº 1.079, de 1950). As alegadas motivações do golpe – de acirrada disputa narrativa – são absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto", destaca a nota da PFDC.

Os procuradores afirmam, na nota pública divulgada na noite desta terça-feira (26), que se confirmadas como uma exaltação ao regime, o presidente comete uma grave ilegalidade no exercício do cargo. "Embora o verbo comemorar tenha como um significado possível o fato de se trazer à memória a lembrança de um acontecimento, inclusive para criticá-lo, manifestações anteriores do atual presidente da República indicam que o sentido da comemoração pretendida refere-se à ideia de festejar a derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 e a instauração de uma ditadura militar. Em se confirmando essa interpretação, o ato se reveste de enorme gravidade

atual presidente da República indicam que o sentido da comemoração pretendida refere-se à ideia de festejar a derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 e a instauração de uma ditadura militar. Em se confirmando essa interpretação, o ato se reveste de enorme gravidade constitucional, pois representa a defesa do desrespeito ao Estado Democrático de Direito", diz um trecho da nota.

"É preciso lembrar que, em 1964, vigorava a Constituição de 1946, a qual previa eleições diretas para presidente da República. O mandato do então presidente João Goulart seguia seu curso normal, após a renúncia de Jânio Quadros e a decisão popular, via plebiscito, de não dar seguimento à experiência parlamentarista. Ainda que sujeito a contestações e imerso em crises, não tão raras na dinâmica política brasileira e em outros Estados Democráticos de Direito, tratava-se de um governo legítimo constitucionalmente", lembra o MPF.

### **Março de 1964**

Sob o argumento de combater o comunismo, militares mudaram a Constituição e retiraram das mãos da Justiça a tarefa de julgar cidadãos em todo o país. O Ato Institucional Nº 05 retirou os direitos políticos dos brasileiros, de acordo com interesse do Poder Executivo. Direitos como o de votar, ser votado e do povo de exercer seu poder soberano deixou de existir. Até mesmo discussões sobre política e direito de reunião foram revogados. Na época, opositores do governo foram cassados, torturados e mortos.

A imprensa foi censurada de forma severa, com tropas sendo enviadas às redações de jornais, emissoras de rádio e TV para controlar o conteúdo publicado e fechar esses veículos, como a TV Tupi, que na época era líder de audiência. Professores, artistas e até militares de baixo escalão foram presos, mortos ou expulsos para o exterior, assim como jornalistas e qualquer cidadão que ousasse questionar os atos do regime.

O governo ocultou dados econômicos, sociais e a corrupção dos olhos da sociedade. O porta-voz do Planalto, Otávio Rêgo Barros, disse que o presidente "não considera que houve um golpe militar no Brasil".

Veja a prévia de apresentação do Ato Institucional Nº 5, que pode ser encontrada no site do Planalto:

"Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências".

Fonte: Diário de Pernambuco (2019e).

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (DFPC), aponta eventual crime de responsabilidade do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao autorizar e incentivar que as Forças Armadas realizem "as devidas comemorações" em relação à instauração do regime militar, que se abateu sobre o Brasil em 1964.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, confirmou, em comunicado oficial, que o presidente Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que organize os atos em quartéis. "O nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", afirmou Rêgo Barros.

Para os procuradores do MPF, esse tipo de ato representa crime de responsabilidade, por se enquadrar no que prevê o artigo 85 da Constituição Federal. Este tipo de delito, de acordo com a Carta Magna, pode resultar na suspensão do mandato e até no afastamento definitivo do cargo. "O apoio de um presidente da República ou altas autoridades seria, também, crime de responsabilidade (artigo 85 da Constituição, e Lei nº 1.079, de 1950). As alegadas motivações do golpe – de acirrada disputa narrativa – são

absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto", destaca a nota da PFDC.

Os procuradores afirmam, na nota pública divulgada na noite desta terça-feira (26), que se confirmadas como uma exaltação ao regime, o presidente comete uma grave ilegalidade no exercício do cargo. "Embora o verbo comemorar tenha como um significado possível o fato de se trazer à memória a lembrança de um acontecimento, inclusive para criticá-lo, manifestações anteriores do atual presidente da República indicam que o sentido da comemoração pretendida refere-se à ideia de festejar a derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 e a instauração de uma ditadura militar. Em se confirmando essa interpretação, o ato se reveste de enorme gravidade constitucional, pois representa a defesa do desrespeito ao Estado Democrático de Direito", diz um trecho da nota.

"É preciso lembrar que, em 1964, vigorava a Constituição de 1946, a qual previa eleições diretas para presidente da República. O mandato do então presidente João Goulart seguia seu curso normal, após a renúncia de Jânio Quadros e a decisão popular, via plebiscito, de não dar seguimento à experiência parlamentarista. Ainda que sujeito a contestações e imerso em crises, não tão raras na dinâmica política brasileira e em outros Estados Democráticos de Direito, tratava-se de um governo legítimo constitucionalmente", lembra o MPF.

Março de 1964

Sob o argumento de combater o comunismo, militares mudaram a Constituição e retiraram das mãos da Justiça a tarefa de julgar cidadãos em todo o país. O Ato Institucional Nº 05 retirou os direitos políticos dos brasileiros, de acordo com interesse do Poder Executivo. Direitos como o de votar, ser votado e do povo de exercer seu poder soberano deixou de existir. Até mesmo discussões sobre política e direito de reunião foram revogados. Na época, opositores do governo foram cassados, torturados e mortos.

A imprensa foi censurada de forma severa, com tropas sendo enviadas as redações de jornais, emissoras de rádio e TV para controlar o conteúdo publicado e fechar esses veículos, como a TV Tupi, que na época era líder de audiência. Professores, artistas e até militares de baixo escalão foram presos, mortos ou expulsos para o exterior, assim como jornalistas e qualquer cidadão que ousasse questionar os atos do regime.

O governo ocultou dados econômicos, sociais e a corrupção dos olhos da sociedade. O porta-voz do Planalto, Otávio Rêgo Barros, disse que o presidente "não considera que houve um golpe militar no Brasil".

Veja a prévia de apresentação do Ato Institucional Nº 5, que pode ser encontrada no site do Planalto:

"Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências". (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e).

A construção da manchete dessa reportagem mais uma vez recorre a nominalização como artifício para atribuição de responsabilidade, Thompson (1995) discute que recursos gramaticais como a nominalização tendem a concentrar a atenção do leitor em determinada informação em detrimento de outra. Neste caso, há também o objetivo de conferir mais responsabilidade à corporação que 'fala' em crime

de responsabilidade do então presidente Jair Bolsonaro ao ordenar as ‘comemorações devidas’ aos 55 anos de ditadura militar no Brasil, já que, é de conhecimento de uma parcela da população, que o Ministério Público Federal (MPF) é responsável por atuar na sociedade como fiscal das leis.

Ainda na manchete, o jornal traz um conceito, até então, pouco conhecido pelos brasileiros, o “crime de responsabilidade”. Este é nome que se dá ao conjunto de atos considerados ilícitos e danosos para o exercício da democracia, da cidadania e da existência da união praticados por parte do alto-escalão político: o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Governadores e seus Secretários, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu Art. 85 prevê que:

São crimes de responsabilidade os atos que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária;

VII — o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento. (BRASIL, 1988).

A Lei nº 1.079 promulgada em 1950, antes mesmo da Constituição Federal, já definia os crimes de responsabilidade e regulava o processo de julgamento de seus atores, trazendo condutas específicas a cada um dos incisos do art. 85: “Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo” (BRASIL, 1950). A lei ainda complementa que, caso comprovado o crime de responsabilidade por parte Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal ou Procurador Geral da República, deve-se ocorrer a inabilitação de até cinco anos para o exercício de qualquer função pública.

Embora seja conhecida como “Crime de responsabilidade” a conduta assim comprovada não ocorre em instância jurídica, o que quer dizer que, mesmo comprovado, o crime de responsabilidade não leva seu autor a reclusão, a ‘pena’, se assim pode ser chamada, ocorre apenas no âmbito político, como citado anteriormente, a inatividade do exercício de função pública, no caso do presidente da república, chegando até ao *impeachment*.

No corpo do texto da reportagem, o jornal substitui a escolha dos termos “MPF fala em crime de responsabilidade” que está presente na manchete e opta agora por usar os termos “O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (DFPC) aponta eventual crime de responsabilidade” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e, grifos nossos). Embora nenhuma das escolhas exprima um tom de certeza, a escolha da manchete funciona como uma forma de citação, é como se o jornal apenas quisesse evidenciar que um primeiro passo foi dado para a constatação do crime, o que fica claro com a escolha do verbo “fala”, conjugado na terceira pessoa do presente do indicativo, tempo e modo verbal utilizado para que o leitor consiga aproximar o máximo o fato da realidade, o tornando mais verossímil possível.

Na construção “aponta eventual”, percebemos que há uma intenção de distanciar o acontecido da realidade, conseqüentemente da comprovação do fato, já que, com esta construção, o jornal objetiva dizer em outras palavras que o MPF apontou um possível crime de responsabilidade que pode ou não ser comprovado, que pode ou não ser investigado.

Após contextualizar para o leitor a atitude do presidente Jair Bolsonaro que fez o Ministério Público Federal citar um possível crime de responsabilidade, propor que os quartéis realizassem as “comemorações devidas” aos 55 anos de ditadura militar no Brasil, o MPF explana:

Embora o verbo comemorar tenha como um significado possível o fato de se trazer à memória a lembrança de um acontecimento, inclusive para criticá-lo, manifestações anteriores do atual presidente da República indicam que o sentido da comemoração pretendida refere-se à ideia de festejar a derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 e a instauração de uma ditadura militar. Em se confirmando essa interpretação, o ato se reveste de enorme gravidade constitucional, pois representa a defesa do desrespeito ao Estado Democrático de Direito. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019d)

Ainda em trecho da nota do MPF<sup>4</sup>, somos levados a entender o motivo -que deveria ser obvio- pelo qual o governo, na pessoa do Presidente da República, não pode instaurar o 31 de março de 2019 como uma data festiva:

O apoio de um presidente da República ou altas autoridades seria, também, crime de responsabilidade (artigo 85 da Constituição, e Lei nº 1.079, de 1950). As alegadas motivações do golpe – de acirrada disputa narrativa – são absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada

---

<sup>4</sup> A nota, na íntegra, está disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/recomendacoes-forcas-armadas-comemoracao-do-golpe-militar/view>. Acesso em 14 set. 2022.

inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e)

Após um grande espaço do corpo do texto dedicado a trechos da nota oficial do Ministério Público Federal, o jornal agora traz um tópico que intitula de “Março de 1964”. Neste espaço, o jornal faz um apanhado histórico do período ditatorial, onde apresenta ao leitor como esse período da história afetou os cidadãos, a política de bases democráticas e claro, a imprensa.

O jornal inicia este segundo tópico afirmando que “sob o argumento de combater o comunismo” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e), militares moldaram a Constituição Federal aos seus próprios interesses, tirando das mãos da justiça a tarefa de apontar e/ou julgar crimes. No que diz respeito a população, o jornal também explica que, neste período, o direito do povo de “exercer seu poder soberano deixou de existir” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e).

No que diz respeito a censura realizada pelos militares para com a imprensa, o jornal defende que essa se deu de forma severa, com “tropas sendo enviadas as redações de jornais, emissoras de rádio e TV para controlar o conteúdo publicado e fechar esses veículos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e). O jornal ainda argumenta citando as mortes, prisões e exílios que ocorreram neste período, afirmando que “professores, artistas e até militares de baixo escalão foram presos, mortos ou expulsos para o exterior” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e), e claro, o jornal cita que jornalistas também foram alvo de perseguições, mas não só eles, e sim “qualquer cidadão que ousasse questionar os atos do regime” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e).

O jornal Diario de Pernambuco cita o Ato Institucional nº 5 (AI-5) para contestar uma das afirmações do então porta-voz do Planalto, Otávio Rêgo Barros, onde, ao tornar pública a ordem das “comemorações devidas” propostas pelo presidente em vigência, Jair Bolsonaro, este explana que o presidente “não considera que houve um golpe militar no Brasil” (BARROS, 2019 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019e). Como uma forma de tentar responder a essa afirmação, o jornal encerra essa reportagem com um trecho deste mesmo ato onde ficam claros os parâmetros ditatoriais que configuram, explicitamente, que a tomada do poder pelos militares foi sim um golpe:

Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967 intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. (BRASIL, 1968 *apud* DIARIO DE PERNAMBUCO, 2019d).

Trazer para o texto o Ato Institucional nº 5, mais popularmente conhecido como sendo o decreto mais severo do período ditatorial, é também um direito de reposta do jornal as informações proferidas por Rêgo Barros em nome de Jair Messias Bolsonaro, quando aquele afirma que o presidente não acredita que houve um golpe militar no Brasil. Aqui, o jornal constrói uma estratégia de modo de operação da ideologia em que busca atestar um fato, trazendo documentos históricos que o legitimam, visando mostrar para o leitor que sim, houve uma ditadura, ela foi cruel e esta é uma das provas, mesmo que os atos institucionais não estejam mais em vigor.

No quadro abaixo, veremos este e outros modos gerais de operação da ideologia através de estratégias postuladas por Thompson (1995), analisados e comentados individualmente.

Quadro 7 – Análise da Reportagem 5 do Diário de Pernambuco

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>“Para os procuradores do MPF, <b>esse tipo de ato representa crime de responsabilidade, por se enquadrar no que prevê o artigo 85 da Constituição Federal. Este tipo de delito, de acordo com a Carta Magna</b>, pode resultar na suspensão do mandato e até no afastamento definitivo do cargo.”</p> <p>Todo o tópico da reportagem intitulado “Março de 64” se encaixa nesta seção.</p>	<p>Aqui evidenciamos que é uma estratégia do jornal de constituir a linha de raciocínio que legitimará sua causa: ser contra a instituição das “comemorações devidas”.</p> <p>Diferentemente de outras reportagens onde há um uso excessivo de transcrições de falas dos interlocutores, aqui, o jornal usa essas falas para basear seu ponto, mostrando ao leitor que sua causa é digna de suporte pois está baseada em fatos comprovados historicamente.</p>
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	Não observado.	-

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	Não observado.	-
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	Não observado.	-
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de mudanças lexicais quase imperceptíveis.	<p><b>“MPF fala em crime de responsabilidade</b> de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64.”</p> <p>“O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (DFPC), <b>aponta eventual crime de responsabilidade</b> do presidente da República, Jair Bolsonaro”</p>	No primeiro trecho evidenciamos a escolha do termo <b>fala</b> . Aqui interpretamos que o jornal busca representar positivamente a ação, minimizando sua seriedade. A mesma coisa acontece na escolha dos termos <b>eventual crime</b> , já que por eventual temos algo que ainda não está comprovado.
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	Não observado.	-
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	Não observado.	-
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p><b>“O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, confirmou,</b> em comunicado oficial, <b>que o presidente Bolsonaro determinou</b> ao Ministério da Defesa que organize os atos em quartéis. <b>“O nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações</b></p>	Atribuição de responsabilidade ao nomear o agente.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p><b>devidas com relação a</b> 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que <b>já foi aprovada pelo nosso presidente</b>", afirmou <b>Rêgo Barros.</b>"</p> <p>"<b>Para os procuradores do MPF</b>, esse tipo de ato representa crime de responsabilidade(...)"</p>	
	<p>Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.</p>	<p>Não observado.</p>	-

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

## 4.2 FOLHA DE S.PAULO

4.2.1 Reportagem 1 da Folha de S.Paulo (2019a): Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz. Linha fina: Rêgo Barros não detalhou como serão feitas tais celebrações pelo Ministério da Defesa

Figura 8 – Reportagem 1 da Folha de S.Paulo

uol INSCRIÇÃO COM UOL HOST PAGELINK PROSEQUIRO CURSOS UOL PLAY BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

### Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz

Rêgo Barros não detalhou como serão feitas tais celebrações pelo Ministério da Defesa

**BRASÍLIA** O porta-voz da Presidência, general [Otávio Rêgo Barros](#), afirmou nesta segunda-feira (25) que o presidente [Jair Bolsonaro](#) determinou ao Ministério da Defesa que sejam feitas comemorações em unidades militares em referência a 31 de março de 1964, data que marca o golpe que deu início à ditadura militar no Brasil.

Rêgo Barros disse que será feita uma celebração "devida" seguindo a ordem de Bolsonaro, mas não detalhou como será feito. Segundo relatos feitos à **Folha**, a orientação será de que ela seja feita intramuros, ou seja, dentro de quartéis e batalhões, com a leitura da ordem do dia, realização de formaturas e palestras sobre o tema.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", afirmou.



O presidente Jair Bolsonaro participa da cerimônia de transmissão de cargo do Comandante da Aeronáutica Pedro Ladeira - 4 jan.2019/Folhapress

O presidente foi convencido pela cúpula militar sobre a necessidade de que as celebrações sejam feitas de maneira discreta, sem manifestações públicas, como era costume antes do início dos governos petistas. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, a data foi retirada do calendário oficial de comemorações do Exército.

A cautela, conforme mostrou reportagem da Folha no dia 19, deve-se a um receio de que comemorações efusivas do golpe militar possam tensionar o clima político no país e ofuscar a reforma previdenciária, considerada a prioridade da atual gestão. A ordem do dia será divulgada apenas no dia 31.

O porta-voz disse ainda que Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe. O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.

A ditadura, que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.

"O presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém", afirmou.

Com a vitória de Bolsonaro, as Forças Armadas avaliam agora reincluir o 31 de março no calendário oficial do Exército. Procurado pela **Folha**, o Ministério da Defesa disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que por enquanto "não dispõe de informações a respeito".

Neste ano, ao menos três estabelecimentos militares incluíram a efeméride em seus calendários, como o dia da "[Revolução Democrática de 1964](#)": a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, o Comando de Operações Terrestres e o Colégio Militar de Santa Maria. No Clube Militar do Rio de Janeiro, foi marcado um almoço em homenagem aos 55 anos.

Apesar do receio da cúpula militar, a expectativa é de que o presidente se manifeste, nem que seja pelas redes sociais, em homenagem à data. Para auxiliares palacianos, na tentativa de evitar críticas da opinião pública, seria ideal que, no mesmo posicionamento, ele fizesse uma defesa da democracia.

No ano passado, no dia da efeméride, Bolsonaro publicou vídeo no Facebook em que aparecia estourando um rojão em frente ao Ministério da Defesa, acompanhado de uma faixa que agradecia os militares por não terem permitido que o Brasil se transformasse em Cuba. "O 7 de Setembro nos deu a independência e o 31 de Março, a liberdade", disse.

---

Fonte: Folha de S.Paulo (2019a).

Rêgo Barros não detalhou como serão feitas tais celebrações pelo Ministério da Defesa

O porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, afirmou nesta segunda-feira (25) que o presidente Jair Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que sejam feitas comemorações em unidades militares em referência a 31 de março de 1964, data que marca o golpe que deu início à ditadura militar no Brasil.

Rêgo Barros disse que será feita uma celebração "devida" seguindo a ordem de Bolsonaro, mas não detalhou como será feito. Segundo relatos feitos à Folha, a orientação será de que ela seja feita intramuros, ou seja, dentro de quartéis e batalhões, com a leitura da ordem do dia, realização de formaturas e palestras sobre o tema.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", afirmou.

O presidente foi convencido pela cúpula militar sobre a necessidade de que as celebrações sejam feitas de maneira discreta, sem manifestações públicas, como era costume antes do início dos governos petistas. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, a data foi retirada do calendário oficial de comemorações do Exército.

A cautela, conforme mostrou reportagem da Folha no dia 19, deve-se a um receio de que comemorações efusivas do golpe militar possam tensionar o clima político no país e ofuscar a reforma previdenciária, considerada a prioridade da atual gestão. A ordem do dia será divulgada apenas no dia 31.

O porta-voz disse ainda que Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe. O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.

A ditadura, que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.

"O presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém", afirmou.

Com a vitória de Bolsonaro, as Forças Armadas avaliam agora reincluir o 31 de março no calendário oficial do Exército. Procurado pela Folha, o Ministério da Defesa disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que por enquanto "não dispõe de informações a respeito".

Neste ano, ao menos três estabelecimentos militares incluíram a efeméride em seus calendários, como o dia da "Revolução Democrática de 1964": a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, o Comando de Operações Terrestres e o Colégio Militar de Santa Maria. No Clube Militar do Rio de Janeiro, foi marcado um almoço em homenagem aos 55 anos.

Apesar do receio da cúpula militar, a expectativa é de que o presidente se manifeste, nem que seja pelas redes sociais, em homenagem à data. Para auxiliares palacianos, na tentativa de evitar críticas da opinião pública, seria ideal que, no mesmo posicionamento, ele fizesse uma defesa da democracia.

No ano passado, no dia da efeméride, Bolsonaro publicou vídeo no Facebook em que aparecia estourando um rojão em frente ao Ministério da Defesa, acompanhado de uma faixa que agradecia os militares por não terem permitido que o Brasil se transformasse em Cuba. "O 7 de Setembro nos deu a independência e o 31 de Março, a liberdade", disse. (FOLHA DE S.PAULO, 2019a).

Nessa manchete, percebemos que logo de início há reponsabilidade de nominalizar o idealizador da ação de realizar "comemorações devidas", já que, na disposição do texto, vemos o nome "Bolsonaro" como agente da ação, trazido em primeiro plano, e apenas ao final da reportagem, o leitor recebe a informação que, apesar de ter sido o presidente a idealizar a ação, ela foi dita por alguém, que nesse momento é chamado apenas de porta-voz.

Esse ocultamento é deixado de lado quando, na linha fina desta reportagem, temos um complemento das informações trazidas no texto. Agora, em primeiro plano temos o nome do porta-voz, Rêgo Barros, e apesar dessa nominalização, a informação que vem a seguir é fruto de uma forma simbólica que, em outras palavras, constrói no leitor a ideia que o porta-voz Rego Barros não sabe de detalhes sobre a proposta das comemorações devidas, apenas é responsável por transmitir a informação, já que ele "não detalhou como serão feitas tais celebrações" (FOLHA DE S.PAULO, 2019a).

No corpo do texto, percebemos que o jornal busca mostrar para o leitor que está em busca de informações, no trecho “segundo relatos feitos à Folha (...)” (FOLHA DE S.PAULO, 2019a), percebemos que o jornal foi em busca das informações não trazidas pelo porta-voz, e que com isso, obteve a informação que, a orientação que foi dada aos quartéis é que comemoração devida “seja feita intramuros, ou seja, dentro de quartéis e batalhões, com a leitura da ordem do dia, realização de formaturas e palestras sobre o tema” (FOLHA DE S.PAULO, 2019a)

Ainda visando dar detalhes sobre as tais “comemorações devidas”, o jornal Folha de S.Paulo conta que o presidente precisou ser convencido de realizar as comemorações intramuros, visando não “tensionar o clima político no país”, evitando um possível ofuscamento da reforma previdenciária, que era naquele momento a prioridade do atual governo, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo.

O jornal traz ainda uma informação que não foi observada em nenhuma das reportagens aqui analisadas e publicadas pelo jornal Diário de Pernambuco, o leitor agora tem conhecimento de que as “comemorações devidas” não foram idealizadas pelo então presidente Jair Bolsonaro, elas já eram realizadas no país antes da ‘ascensão do mito’, mas só até o início dos governos petistas, e o jornal complementa essa informação dizendo que “no primeiro mandato de Dilma Rousseff, a data foi retirada do calendário oficial de comemorações do Exército” (FOLHA DE S.PAULO, 2019a).

Não podemos deixar de perceber, enquanto cidadãos e pesquisadores, o quanto essa informação reflete as ideologias de cada lado da história. De um lado, temos um presidente que precisa ser convencido a não fazer festa em homenagem aos 55 anos do período ditatorial que matou cerca de 434 pessoas segundo dados do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) – já citada anteriormente nessa pesquisa –, do outro, temos um governo que além de destituir a data como sendo digna de comemoração, ainda desenvolveu uma comissão responsável por investigar, apurar e categorizar as torturas, os mortos e os desaparecidos vítimas da ditadura, afim de oferecer as famílias -pelo menos- a sensação de ‘justiça feita’.

Após essas informações onde percebemos que há uma delimitação de formas simbólicas que visam comparar as escolhas ideológicas de cada governo, como elucidado no parágrafo acima, temos agora no corpo do texto dessa reportagem o momento em que o jornal, mostrando sua voz, afirma que

Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe. O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional. (FOLHA DE S.PAULO, 2019a)

Diferente do que é observado na maioria das vezes nas reportagens do jornal Diário de Pernambuco, onde há um excesso de transcrições de falas com usos de aspas que constroem uma imagem de apagamento da voz do jornal, temos na reportagem em questão, uma tentativa de expor uma tomada de posição que aparenta construir uma discordância a respeito da informação que está sendo noticiada, já que a construção frasal busca, em primeiro plano, mostrar que ele, Bolsonaro, não considera que houve um golpe, mas indiretamente, o jornal questiona o leitor: como não considerar a tomada de poder um golpe se esse episódio deu início a um período de censura, cassação de direitos, tortura e fechamento do Congresso Nacional?

Ainda sobre as escolhas de palavras e como seus significados funcionam a serviço da construção de imagens simbólicas, podemos evidenciar a escolha da palavra **efeméride** que o jornal utiliza duas vezes para se referir ao 31 de março. Tendo em vista que, segundo o dicionário Oxford Languages (2021), essa palavra denomina a “comemoração de um fato importante”, podemos perceber que a escolha dessa palavra inserida no contexto da crítica que o jornal, timidamente, constrói acerca das comemorações devidas, busca consolidar o tom de crítica que já vinha sendo construído ao longo do texto.

Para entendermos como o que foi analisado acima é percebido segundo os preceitos de Thompson (1995), observemos o quadro abaixo.

Quadro 8 – Análise da Reportagem 1 da Folha de S.Paulo

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	“O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, <b>marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.</b> ”	Aqui, o jornal busca exemplificar para o leitor quais os motivos que o fazem considerar esse episódio como sendo de fato, um golpe, usando a construção de raciocínio lógico para desmistificar a informação dita anteriormente: “Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe”

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	No ano passado, no dia da efeméride, Bolsonaro publicou vídeo no Facebook em que aparecia estourando um rojão em frente ao Ministério da Defesa, <b>acompanhado de uma faixa que agradecia os militares por não terem permitido que o Brasil se transformasse em Cuba.</b>	Neste trecho identificamos uma construção simbólica que parte do jornal, mas que tem um foco nos interlocutores das ações descritas, nesse caso, o momento de agradecimento do então presidente Jair Bolsonaro aos militares do período ditatorial no Brasil. Analisando o fato em si, percebemos que, como figura que representa os interesses de toda população, elabora-se uma construção simbólica que institucionaliza esse agradecimento como sendo de todos os brasileiros, mesmo tendo sido realizado por um único agente, o então presidente Jair Bolsonaro. Nessa estratégia, Thompson (1995) discute que a criação desses acordos objetiva apresentar interesses de alguns como sendo de todos. Se analisarmos isso dentro do contexto sócio-histórico das eleições para presidente do Brasil, podemos identificar que, essa forma de operação da ideologia, nada mais é que a sequência de um plano que visa construir um inimigo em comum, e com isso, construir o herói que o derrota, o mito. Sendo, neste caso, o inimigo em comum o PT, o Lula e todos esses comunistas que transformarão o país em Cuba, e, conseqüentemente, o herói, que vem em nome de Deus para proteger a família,

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			quase como um Deus mitológico, o “mito”, único capaz de derrotar a ameaça iminente.
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	<p>O porta-voz disse ainda que <b>Bolsonaro não considera</b> a tomada de poder pelos militares, em 1964, <b>um golpe</b>.</p> <p>O presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar. Ele considera que <b>a sociedade reunida</b> e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, <b>juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar</b> o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, <b>se tudo isso não tivesse ocorrido</b>, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém”, afirmou</p>	Nos trechos destacados na coluna ao lado, vemos uma estratégia ideológica comum aos apoiadores da direita, a manipulação da história. Aqui, ainda vamos além de discute Thompson (1995) ao classificar esse <i>modus operandi</i> da ideologia, pois podemos evidenciar que, além de manipular o passado para tornar o presente aceitável, ao retomar fatos como a ditadura questioná-la enquanto período ditatorial e caracterizá-la como sendo uma revolução civil onde se recuperou os rumos da país, se busca construir uma forma simbólica com o objetivo de justificar para a grande massa que consome tais informações que o poder deve ser tomado de novo, a população deve recolocar o país no rumo, pois há (mais uma vez) uma ditadura comunista se aproximando. Essa é, além de uma estratégia de construção simbólica onde se opera a narrativização ideológica, uma estratégia de governo que ainda em 2019 já buscava construir um inimigo em comum: o comunismo.
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	“ <b>A ditadura</b> , que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da	A escolha da palavra ditadura, vem neste trecho atestar o que foi observado na estratégia de racionalização, já que a

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p>República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.”</p> <p>“Neste ano, ao menos três estabelecimentos militares <b>incluíram a efeméride</b> em seus calendários, como o dia da “Revolução Democrática de 1964”: a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, o Comando de Operações Terrestres e o Colégio Militar de Santa Maria. No Clube Militar do Rio de Janeiro, foi marcado um almoço <b>em homenagem aos 55 anos.</b>”</p>	<p>escolha desse termo constrói uma forma simbólica negativa, já que a carga da palavra é, historicamente negativa. As escolhas subsequentes já nos mostram outra forma simbólica, tendo em vista que, sendo efeméride uma data importante, nada mais óbvio que atribui-la uma homenagem.</p>
	<p>Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.</p>	<p>“No primeiro mandato de Dilma Rousseff, <b>a data foi retirada</b> do calendário oficial de comemorações do Exército.”</p> <p>“<b>Apesar do receio</b> da cúpula militar, a expectativa é de que o presidente se manifeste, nem que seja pelas redes sociais, em homenagem à data.</p>	<p>Neste trecho percebemos a intenção do jornal de retomar um fato de um outro governo buscando, com a comparação indireta, criar uma valorização positiva do Governo Dilma.</p> <p>No segundo trecho da coluna ao lado, vemos as escolhas “apesar”; “receio”, que, no contexto ao qual estão inseridas possuem o objetivo de minimizar reações à proposta das comemorações devidas. O jornal busca com isso, construir a imagem que a cúpula militar não tem medo da reação da população, apenas receio.</p>
	<p>Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes</p>	<p>(...) a expectativa é de que o presidente se manifeste, nem que seja pelas redes sociais, em homenagem à data. Para auxiliares palacianos, <b>na tentativa de evitar</b></p>	<p>Aqui o que denominamos de metáfora foge um pouco do conceito da figura de linguagem didaticamente conhecida. Aqui, identificamos que os efeitos de sentido aqui</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<b>críticas</b> da opinião pública, seria ideal que, no mesmo posicionamento, ele fizesse uma <b>defesa da democracia.</b> ”	construídos desenvolvem uma tensão semântica quando se fala em posicionamento em homenagem a ditadura militar e defesa da democracia. Tendo em vista o que discute Thompson (1995) e já discutido nesta pesquisa, formas simbólicas são expressões de um sujeito que está inserido, historicamente em um contexto social. Isso em vista como podemos relacionar, racionalmente, um pronunciamento que visa homenagear um período em que, a única coisa que não ocorreu foi a defesa da democracia?
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	Não observado.	-
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	<p>“O presidente foi convencido pela cúpula militar sobre a <b>necessidade de que as celebrações sejam feitas de maneira discreta, sem manifestações públicas</b>, como era costume antes do início dos governos petistas.”</p> <p>“<b>A cautela</b>, conforme mostrou reportagem da Folha no dia 19, <b>deve-se a um receio de que comemorações efusivas do golpe militar possam tensionar o clima político</b> no país e ofuscar a reforma previdenciária, considerada a prioridade da atual gestão. A ordem do dia</p>	As escolhas do jornal nestes trechos formulam uma construção simbólica onde há um ofuscamento de todo o caráter histórico do período, já que serão feitas apenas celebrações discretas, com cautela, timidamente. Na estratégia de eternalização são evidenciados, por exemplo, “costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado” (THOMPSSON, 1995, p. 88), fazendo com que todo questionamento sobre sua origem seja

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		será divulgada apenas no dia 31.”	perdido, transformando então esse acontecimento em algo a-histórico.
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p>“<b>Bolsonaro determinou</b> 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz.”</p> <p>“<b>Rêgo Barros não detalhou</b> como serão feitas tais celebrações pelo Ministério da Defesa.”</p> <p>“<b>Procurado pela Folha</b>, o Ministério da Defesa disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que por enquanto "não dispõe de informações a respeito".</p>	A nominalização do agente clarifica a responsabilidade do mesmo sobre o que está sendo ou da informação que se busca.
	Passivização: destituição de responsabilidade da ação através da voz passiva.	<p>“Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, <b>diz porta-voz.</b>”</p> <p>“Com a vitória de Bolsonaro, <b>as Forças Armadas avaliam</b> agora reincluir o 31 de março no calendário oficial do Exército. Procurado pela Folha, <b>o Ministério da Defesa disse, por meio de sua assessoria de imprensa</b>, que por enquanto "não dispõe de informações a respeito".</p>	Contrária a nominalização, a passivização destitui a responsabilidade do agente, muitas vezes a colocando em um órgão, como é o caso de “o Ministério da Defesa disse”, fazendo com que a responsabilidade seja atribuída a uma coletividade.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

- 4.2.2 Reportagem 2 da Folha de S.Paulo (2019b): Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964. Linha fina: Porta-voz afirmou na segunda (25) que presidente ordenou 'comemorações devidas' na data

Figura 9 – Reportagem 2 da Folha de S.Paulo



**uol** INGRESSO COM UOL HOST PAGELINK PROSEGURO CURSOS UOL PLAY BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

## Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964

Porta-voz afirmou na segunda (25) que presidente ordenou 'comemorações devidas' na data

**BRASÍLIA** Em evento de comemoração dos 211 anos da Justiça Militar, o presidente Jair Bolsonaro negou que tenha determinado ao Ministério da Defesa que fosse comemorado no domingo (31) os 55 anos do golpe de 1964.

"Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro", afirmou nesta quinta-feira (28).



O presidente Jair Bolsonaro (PSL) participa de cerimônia de aniversário da Justiça Militar, em Brasília - Marcos Corrêa - 28.mar.2019/Divulgação Presidência

A fala diverge de declaração feita pelo porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, na segunda-feira (25).

O general afirmou aos jornalistas que o presidente havia determinado à Defesa que fossem feitas "comemorações devidas" no domingo, quando se completam 55 anos do golpe militar.

O porta-voz disse ainda que Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe.

O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.

A ditadura, que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.

Na quarta (27), em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro voltou a negar que tenha havido ditadura e golpe e afirmou que, assim como em todo casamento, todo regime tem alguns "probleminhas".

Na terça (26), o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, rechaçou o uso da palavra "comemoração". Segundo o ministro, a data é histórica e deve ser explicada para os mais jovens.

Após ter sido intimado pela Justiça a prestar esclarecimentos sobre a ordem de comemoração, Bolsonaro minimizou o caso.

Ele disse que haverá leitura na Ordem do Dia (discurso do comando das Forças Armadas em dias de comemorações) em um contexto do que foi a data há 55 anos.

"Contexto de Guerra Fria, houve o 31 de março e há uma cobrança das vítimas e instituições que acabaram prejudicando", disse.

Bolsonaro afirmou que isso é história e, então, começou a ler em tom provocativo um editorial publicado pelo Grupo Globo em 1984, no fim da ditadura, assinado por Roberto Marinho e divulgado pelo presidente no Twitter na quarta (27).

"Você quer que eu repita para você aqui (o editorial)? Eu repito", disse, sorrindo em tom de deboche a duas repórteres do grupo, após uma delas fazer uma pergunta sobre o que ele faria em 31 de março.

"Participamos da revolução de março... quer que eu continue?", repetiu o presidente.

Capitão reformado do Exército, ele comparou ainda a [Lei da Anistia](#) a um namoro.

"Imagine que nós fôssemos casados e tivéssemos problemas e resolvemos nos perdoar na frente. É para não voltar naquele assunto do passado que houve aquele mal-entendido entre nós. A Lei da Anistia tá aí e valeu para todos. Inclusive o governo militar fez com a Lei da Anistia fosse ampla, geral e irrestrita. E alguns setores dentro do Parlamento não queriam que certas pessoas voltassem a Brasília porque atrapalhariam seus projetos. Lei da Anistia vamos respeitar", disse.

Fonte: Folha de S.Paulo (2019b).

Em evento de comemoração dos 211 anos da Justiça Militar, o presidente Jair Bolsonaro negou que tenha determinado ao Ministério da Defesa que fosse comemorado no domingo (31) os 55 anos do golpe de 1964.

"Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro", afirmou nesta quinta-feira (28).

A fala diverge de declaração feita pelo porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, na segunda-feira (25).

O general afirmou aos jornalistas que o presidente havia determinado à Defesa que fossem feitas "comemorações devidas" no domingo, quando se completam 55 anos do golpe militar.

O porta-voz disse ainda que Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe.

O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.

A ditadura, que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.

Na quarta (27), em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro voltou a negar que tenha havido ditadura e golpe e afirmou que, assim como em todo casamento, todo regime tem alguns "probleminhas".

Na terça (26), o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, rechaçou o uso da palavra "comemoração". Segundo o ministro, a data é histórica e deve ser explicada para os mais jovens.

Após ter sido intimado pela Justiça a prestar esclarecimentos sobre a ordem de comemoração, Bolsonaro minimizou o caso.

Ele disse que haverá leitura na Ordem do Dia (discurso do comando das Forças Armadas em dias de comemorações) em um contexto do que foi a data há 55 anos.

"Contexto de Guerra Fria, houve o 31 de março e há uma cobrança das vítimas e instituições que acabaram prejudicando", disse.

Bolsonaro afirmou que isso é história e, então, começou a ler em tom provocativo um editorial publicado pelo Grupo Globo em 1984, no fim da ditadura, assinado por Roberto Marinho e divulgado pelo presidente no Twitter na quarta (27).

"Você quer que eu repita para você aqui (o editorial)? Eu repito", disse, sorrindo em tom de deboche a duas repórteres do grupo, após uma delas fazer uma pergunta sobre o que ele faria em 31 de março.

"Participamos da revolução de março... quer que eu continue?", repetiu o presidente.

Capitão reformado do Exército, ele comparou ainda a Lei da Anistia a um namoro.

"Imagine que nós fôssemos casados e tivéssemos problemas e resolvemos nos perdoar na frente. É para não voltar naquele assunto do passado que houve aquele mal-entendido entre nós. A Lei da Anistia tá aí e valeu para todos. Inclusive o governo militar fez com a Lei da Anistia fosse ampla, geral e irrestrita. E alguns setores dentro do Parlamento não queriam que certas pessoas voltassem a Brasília porque atrapalhariam seus projetos. Lei da Anistia vamos respeitar", disse. (FOLHA DE S.PAULO, 2019b).

Na manchete desta reportagem, evidenciamos de início o uso da expressão "muda tom". A construção simbólica ao qual essa expressão é dotada, clarifica o efeito semântico de algo que foi contradito, ou até, interpretado de forma errônea. Com essa escolha, o jornal busca atribuir ao presidente a imagem de alguém que esta, de fato, se contradizendo, já que na linha fina desta manchete temos uma comprovação do que foi dito anteriormente: "Porta-voz afirmou na segunda (25) que presidente ordenou 'comemorações devidas' na data" (FOLHA DE S.PAULO, 2019b).

No corpo do texto, logo em seu primeiro parágrafo, o jornal retoma a construção simbólica de contradição do presidente ao afirmar que este "negou que tenha determinado ao Ministério da Defesa" (FOLHA DE S.PAULO, 2019b) que os 55 anos de ditadura militar fossem comemorados nos quartéis do Brasil, e ainda complementa com a transcrição da fala do então presidente: "Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro" (BOLSONARO *apud* FOLHA DE S.PAULO, 2019b).

O jogo entre as palavras comemorar e rememorar é uma estratégia do presidente para tentar atribuir um novo significado à proposta das “comemorações devidas”. Para deixar ainda mais claro a estratégia do presidente de “mudar o tom”, o jornal retoma o pronunciamento do porta-voz Coronel Rêgo Barros, através do uso de um *hiperlink* no corpo do texto, recurso clicável que redireciona o leitor a outra página, sendo essa página a reportagem: “Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz”, onde é noticiado que o presidente determinou que todos os quartéis celebrassem o 31 de março de 2019, data em que a ditadura militar no Brasil completou 55 anos.

Figura 10 – Recorte da reportagem 2 da Folha de S.Paulo

A fala diverge de [declaração feita pelo porta-voz da Presidência](#), general Otávio Rêgo Barros, na segunda-feira (25).

↓  
Hiperlink

Fonte: adaptado de Folha de S.Paulo (2019b).

Ainda no corpo no texto, percebemos que o jornal adota um posicionamento ideológico quando usa estratégias de construções simbólicas para contradizer e/ou explicar o que o presidente tenta minimizar. Após, trazer mais uma fala do porta-voz Rêgo Barros, também elucidada na análise acima (reportagem 1), quando este afirma que “Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe” (FOLHA DE S.PAULO, 2019b), o jornal, explica:

O episódio deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.

A ditadura, que se estendeu até 1985, foi marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988. (FOLHA DE S.PAULO, 2019b)

Essa retomada histórica busca fornecer ao leitor a construção de um raciocínio lógico que mostra, através de fatos, o motivo pelo qual não se deve comemorar ou até rememorar um período ditatorial. O jornal ainda traz passagens da fala do presidente onde faz questão de descrever para o leitor que, quando se trata da ditadura militar, o que o presidente tem a oferecer é o “tom provocativo” e o “deboche”:

Bolsonaro afirmou que isso é história e, então, começou a ler em tom provocativo um editorial publicado pelo Grupo Globo em 1984, no fim da ditadura, assinado por Roberto Marinho e divulgado pelo presidente no Twitter na quarta (27).

“Você quer que eu repita para você aqui (o editorial)? Eu repito”, disse, sorrindo em tom de deboche a duas repórteres do grupo, após uma delas fazer uma pergunta sobre o que ele faria em 31 de março (FOLHA DE S.PAULO, 2019b).

O jornal, além de iniciar sua manchete evidenciando o jogo entre as palavras comemorar e rememorar, traz também outras escolhas lexicais onde o presidente em vigência (até o dia da escrita dessas palavras), (re)denomina o período ditatorial como um reflexo das suas próprias ideologias: “Bolsonaro voltou a negar que tenha havido ditadura e golpe”, pois para ele, “como em todo casamento, todo regime tem alguns “probleminhas”, não houve ditadura, “participamos da revolução de março... quer que eu continue?”, repetiu o presidente” (FOLHA DE S.PAULO, 2019b).

A retomada do jornal dessas falas e os momentos que busca construir uma linha de raciocínio que contesta afirmações do presidente acerca do fato, é também um reflexo ideológico do jornal. Há, nesta reportagem, a responsabilidade de construir formas simbólicas que levem o leitor a questionar se a carga ideológica construída pelas palavras do presidente é, de fato, a carga ideológica que o representa ou não.

Ainda nesta reportagem o jornal também cita algo que foi foco da reportagem 1 do jornal Diário de Pernambuco, analisada no início desta seção, que é a relação que o presidente constrói entre o período ditatorial e um casamento, sendo a lei da anistia, dentro de toda essa metáfora, algo como uma espécie de divórcio. Com isso, o presidente tenta explicar que, quando um casamento passa por problemas, o divórcio resolve, bem como a lei da anistia resolveu os ‘probleminhas’ da ditadura, e claro, valeu para todos:

“Imagine que nós fôssemos casados e tivéssemos problemas e resolvemos nos perdoar na frente. É para não voltar naquele assunto do passado que houve aquele mal-entendido entre nós. A Lei da Anistia tá aí e valeu para todos” (BOLSONARO *apud* FOLHA DE S.PAULO, 2019b, grifos do jornal)

No quadro abaixo, categorizaremos essas e outras escolhas dos interlocutores baseados nos preceitos de Thompson (1995).

Quadro 9 – Análise da Reportagem 2 da Folha de S.Paulo

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia	“O episódio deu início no Brasil a um período	Há, no primeiro trecho demarcado ao lado,

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>de exceção, <b>marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.</b></p> <p>“Na terça (26), o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, rechaçou o uso da palavra "comemoração". Segundo o ministro, <b>a data é histórica e deve ser explicada para os mais jovens.</b>”</p>	<p>uma construção simbólica do jornal que objetiva mostrar ao leitor quais os motivos, comprovados historicamente, que mostram que não apoiar as “comemorações devidas” é uma causa digna de apoio.</p> <p>Já o segundo trecho, traz a fala do ministro Fernando Azevedo onde este defende que, a data deve ser comemorada sim, por ser histórica. Percebemos através da construção “deve ser explicada aos mais jovens”, que o ministro difere da construção ideológica que o jornal atribui ao período ditatorial, já que, ao afirmar que a data deve ser explicada, o ministro assume a posição de quem não acredita que o que já é explicado sobre este período é, de fato, a verdade.</p>
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	“A Lei da Anistia tá aí e <b>valeu para todos.</b> ”	<p>Aqui, retomaremos o que foi elucidado no quadro 2, onde categorizamos os dados da análise de reportagem número 1 do jornal Diário de Pernambuco. Identificamos que essa relação estabelece um acordo que é, ilusoriamente democrático, pois agrupa todos os ‘envolvidos’ na ditadura em um único grupo, desconsiderando o fato que houve vítimas e criminosos, torturadores e torturados, todos são apenas, dignos de perdão.</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	<p>Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.</p>	<p>“<b>Bolsonaro muda tom</b> e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964”</p> <p>“Após ter sido intimado pela Justiça a prestar esclarecimentos sobre a ordem de comemoração, <b>Bolsonaro minimizou o caso.</b>”</p> <p>"Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo <b>e usar isso para o bem do Brasil no futuro</b>", afirmou nesta quinta-feira (28).”</p>	<p>Ainda retomando o quadro dois, atribuímos a este trecho uma outra categorização, já que aqui partimos da escolha do jornal quanto a escolha dos termos ‘muda tom’. No quadro 2, por sua vez, identificamos o trecho onde o presidente afirma que "não foi comemorar, foi rememorar" publicado pelo jornal Diário de Pernambuco (2019a), como sendo uma estratégia de racionalização, pois ao tentar destituir o valor semântico de comemorar atribuindo a palavra rememorar, o presidente busca construir uma forma simbólica onde o que é proposto não é uma comemoração, mas sim, uma lembrança, uma saudação. O jornal Diário de Pernambuco, nesta reportagem, foi apenas o veículo da informação, não atribuindo, neste trecho, nenhuma forma simbólica que lhe atribuía um ponto de vista, sendo isso também um reflexo de seu posicionamento ideológico.</p> <p>Aqui, partimos da escolha do jornal e não da fala do interlocutor, identificamos que há uma construção simbólica do jornal que busca manipular a fala do interlocutor, evidenciando que houve uma mudança no ‘tom’, o que indica que, após a intervenção da justiça, o agente da ação ‘minimizou’ o caso. Com a escolha do termo minimizou,</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p>podemos inferir que o jornal busca esclarecer que antes, havia um tom positivo, festivo, alegre. Então, após a retaliação houve a mudança para um tom mais ameno.</p> <p>Assim como identificado no quadro número 2 das análises de reportagens do jornal Diário de Pernambuco, aqui percebemos que há uma tentativa de justificar ao recontá-lo através de formas simbólicas que façam as pessoas acreditarem nos benefícios que virão, o que faz com relações de poder sejam ainda mais perpetuadas, já que se cria uma nova narrativa que beneficiará toda sociedade.</p>
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	<p>“A fala diverge de declaração feita pelo porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, na segunda-feira (25). O general afirmou aos jornalistas que o presidente havia determinado à Defesa que fossem feitas <b>"comemorações devidas"</b> no domingo, quando se completam 55 anos do golpe militar.”</p> <p>“<b>A ditadura</b>, que se estendeu até 1985, for marcada por um período sem eleições diretas para presidentes da República, o que só foi retomado em 1989, após a Constituição Federal de 1988.”</p>	<p>Nos trechos aqui observados identificamos que há uma estratégia de operação da ideologia onde se busca atribuir conotações positivas ou negativas que foram deslocadas de um acontecimento para outro, ou de uma pessoa para outra. Isso fica evidente em escolhas como “comemoração devida”, onde se há uma transferência de palavras que busca atribuir um sentido positivo ao fato que se está propondo, já que comemoração devida é um sinônimo de celebração.</p> <p>Já na escolha do termo ditadura, percebemos que a construção simbólica evidencia um</p>

Modos Gerais	Estratégias	Trecho	Comentários
		<p>“Na terça (26), o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, <b>rechaçou o uso da palavra "comemoração"</b>. Segundo o ministro, a data é histórica e deve ser explicada para os mais jovens.”</p> <p>“Bolsonaro afirmou que isso é história <b>e, então, começou a ler em tom provocativo</b> um editorial publicado pelo Grupo Globo em 1984, no fim da ditadura, assinado por Roberto Marinho e divulgado pelo presidente no Twitter na quarta (27).”</p> <p>“Você quer que eu repita para você aqui (o editorial)? Eu repito”, <b>disse, sorrindo em tom de deboche</b> a duas repórteres do grupo, após uma delas fazer uma pergunta sobre o que ele faria em 31 de março.”</p>	<p>posicionamento ideológico por parte de jornal, que opta por chamar esse período de ditadura e não de ‘regime’, como muito militares, veículos de mídia e apoiadores do atual presidente chamam.</p> <p>As construções “<b>tom provocativo</b>” e “<b>sorrindo em tom de deboche</b>” são formas simbólicas escolhidas pelo jornal que buscam expressar, até que exageradamente, reações do presidente no momento da fala. Esse tipo de estratégia, atesta, para o leitor, que se há o interesse por parte do jornal de, ao construir expressões como ‘rindo em tom de deboche’ se cria uma valorização negativa do agente da fala.</p>
	<p>Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.</p>	<p>“Bolsonaro <b>muda tom</b> e diz que ideia é <b>rememorar</b>, e não <b>comemorar</b>, golpe de 1964”</p> <p>“<b>O episódio</b> deu início no Brasil a um período de exceção, marcado por censura, torturas a adversários políticos, cassação de direitos e fechamento do Congresso Nacional.”</p>	<p>Aqui evidenciamos a escolha da expressão ‘muda tom’ categorizando-a em um outro <i>modus operandi</i> da ideologia, pois como afirma Thompson (1995) as estratégias podem funcionar também ao perpassarem umas pelas outras. Nesse sentido, percebemos que há, por parte do jornal, uma preocupação em retomar fatos já descritos na mesma reportagem só que agora atribuindo a esses fatos novas denominações, como é o caso da escolha da expressão ‘muda tom’ para mostrar ao leitor</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p>que houve uma mudança de palavras, o que pode significar uma mudança de opinião ou até mesmo um erro de interpretação, portanto, ainda há aqui, mesmo que timidamente, o objetivo de construir uma valorização positiva do sujeito.</p> <p>No modo de operação acima, nesta mesma tabela, comentamos que a escolha do termo ditadura atesta um posicionamento ideológico do jornal, a esse mesmo período histórico temos agora a denominação 'episódio' atribuída pelo jornal. Essa escolha singela e que muitas vezes passa despercebida, tem uma intenção muito clara de atribuir uma valorização exclusivamente positiva ao que está sendo descrito.</p>
	<p>Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes</p>	<p>“Na quarta (27), em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro voltou a negar que tenha havido ditadura e golpe e afirmou que, <b>assim como em todo casamento, todo regime tem alguns "probleminhas".</b>”</p> <p>“Capitão reformado do Exército, <b>ele comparou ainda a Lei da Anistia a um namoro.</b>”</p>	<p>O uso de metáforas, como já discutido anteriormente, é um artifício na construção de formas simbólicas que estabelece uma tensão entre a escolha de termos que, se analisados em seu contexto literal, não funcionariam juntos. No trecho evidenciado ao lado, percebemos que a combinação entre 'ditadura' e 'casamento'; 'casamento' e 'probleminha', constrói uma forma simbólica onde a carga histórica do fato em questão, passa a ter um outro peso, não é mais uma ditadura, um golpe militar, apenas uma relação social que</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p>passou por pequenos problemas.</p> <p>Nesse mesmo sentido, temos a relação lei da 'anistia' e 'namoro', onde se evidencia no corpo do texto da reportagem que houve a intenção de evidenciar a lei da anistia como a solução para problemas de relacionamento.</p> <p>Esses termos explorados dentro de seus sentidos que são construídos aqui, metaforicamente, criam um sentido novo aos acontecimentos, um sentido onde se contesta a gravidade dos fatos comparando-os a problemas de relacionamento.</p>
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	<p>"Na quarta (27), em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro <b>voltou a negar</b> que tenha havido ditadura e golpe e afirmou que, assim como em todo casamento, todo regime tem alguns "probleminhas"."</p>	<p>Ao 'voltar a negar' a ditadura militar, evidenciamos que o jornal busca expor que o agente da fala, o presidente Bolsonaro, busca destituir o caráter histórico do fato em questão. Além de minimizar, voltar a negar significa também que esse período histórico é fruto de uma ameaça, como sabemos historicamente que, têm-se a ideia que a tomada de poder por parte dos militares nada mais foi que a tentativa de proteger o país de uma ameaça comunista que se aproximava, a partir disso, voltar a negar é também fruto de uma crença ideológica que acredita na ditadura enquanto um resultado inevitável de uma ameaça iminente, destituindo com essa</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			fala, todo o caráter sócio-histórico do período.
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	“O porta-voz disse ainda que Bolsonaro não considera a <b>tomada de poder pelos militares</b> , em 1964, um golpe.”	Perpassando o que foi identificado na análise acima, nesse <i>modus operandi</i> temos mais uma vez a destituição do caráter histórico do fato, o que aqui, busca na repetição da narrativa ‘tomada de poder’ cristalizar uma forma simbólica onde a origem do fato seja perdida, mais uma vez se objetiva perpetuar as relações de poder através da perda do caráter histórico do fato em questão.
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	“O porta-voz <b>disse ainda que Bolsonaro</b> não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe.”	Atribuição de responsabilidade ao agente pelo que foi proferido.
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	“ <b>O porta-voz</b> disse ainda que Bolsonaro não considera a tomada de poder pelos militares, em 1964, um golpe.”	Destituição de responsabilidade ao não nominalizar o agente.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

### 4.2.3 Reportagem 3 da Folha de S.Paulo (2019c): Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas Linha fina: Presidente diz em entrevista à Band que golpe de 1964 não existiu no Brasil

Figura 11 – Reportagem 3 da Folha de S.Paulo

uol INGRESSO COM UOL HOST PAGBANK PAGSEGURO CURSOS UOL PLAY BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

## Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas

Presidente diz em entrevista à Band que golpe de 1964 não existiu no Brasil

SÃO PAULO O presidente [Jair Bolsonaro](#) (PSL) disse em entrevista ao jornalista José Luiz Datena no programa Brasil Urgente, na TV Bandeirantes, que [não houve ditadura no Brasil](#). Ele ainda afirmou que, assim como um casamento, todo regime tem alguns "probleminhas".

"Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha, é coisa rara um casal não ter um problema, tá certo?", disse.

2 / 4 Crimes da ditadura



Corpo de Henning Albert Boilesen, empresário dinamarquês naturalizado brasileiro, morto por extremistas de esquerda no dia 15 de abril de 1... MAIS

Na última segunda-feira (25), [Bolsonaro](#) determinou ao Ministério da Defesa que sejam feitas "comemorações devidas" relacionadas ao 31 de março de 1964.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, afirmou que 423 pessoas foram mortas ou desapareceram no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, os crimes foram resultado de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, e não abusos cometidos por agentes isolados. A comissão pediu a punição de 377 pessoas pelos crimes cometidos pelo regime militar.

Na entrevista, Bolsonaro minimizou o que ele próprio chamou de "probleminhas" ao longo do regime.

"Agora, entre os probleminhas que nós tivemos, e que outros países tiveram, olha aí a Venezuela a que ponto chegou? Se esse pessoal que no passado tentou chegar ao poder usando as armas [se referindo a grupos de esquerda] e que hoje em dia grande parte tá preso ou sendo processado por corrupção, as mais variadas possíveis, como estaria o Brasil?"

Bolsonaro também afirmou durante a entrevista que o processo de entrega do poder pelos militares para os civis é um exemplo da inexistência de uma ditadura no Brasil durante o governo militar.

"E onde você viu uma ditadura entregar pra oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura".

A transição de poder dos militares para os civis citada por Bolsonaro também foi lembrada na ordem do dia do Ministério da Defesa, assinada pelo ministro Fernando Azevedo —que é general da reserva— e coassinado pelos três comandantes militares. O texto não chama o regime militar de ditadura, mas celebra a "transição para uma democracia" a partir da Lei de Anistia de 1979.

Entre 1964 e 1985 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas —513 deputados, senadores e vereadores perderam os mandatos.

Em 1968, o AI-5 (Ato Institucional nº 5) inaugurou a fase mais repressiva dos 21 anos de ditadura militar. Nos primeiros dois dias de vigência da medida, presos políticos processados nas auditorias da Justiça Militar denunciaram mais de 2.200 casos de tortura.

Nesta quarta, a juíza federal Irani Silva da Luz, da 6ª Vara Cível em Brasília, deu cinco dias de prazo para que a União e o presidente Bolsonaro se manifestem sobre a ação que tenta proibir os quartéis, em caráter liminar, de festejar o aniversário de 55 anos do golpe militar.

Fonte: Folha de S.Paulo (2019c).

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse em entrevista ao jornalista José Luiz Datena no programa Brasil Urgente, na TV Bandeirantes, que não houve ditadura no Brasil. Ele ainda afirmou que, assim como um casamento, todo regime tem alguns "probleminhas".

"Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha, é coisa rara um casal não ter um problema, tá certo?", disse.

Na última segunda-feira (25), Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que sejam feitas "comemorações devidas" relacionadas ao 31 de março de 1964.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, afirmou que 423 pessoas foram mortas ou desapareceram no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, os crimes foram resultado de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, e não abusos cometidos por agentes isolados. A comissão pediu a punição de 377 pessoas pelos crimes cometidos pelo regime militar.

Na entrevista, Bolsonaro minimizou o que ele próprio chamou de "probleminhas" ao longo do regime.

"Agora, entre os probleminhas que nós tivemos, e que outros países tiveram, olha aí a Venezuela a que ponto chegou? Se esse pessoal que no passado tentou chegar ao poder usando as armas [se referindo a grupos de esquerda] e que hoje em dia grande parte tá preso ou sendo processado por corrupção, as mais variadas possíveis, como estaria o Brasil?"

Bolsonaro também afirmou durante a entrevista que o processo de entrega do poder pelos militares para os civis é um exemplo da inexistência de uma ditadura no Brasil durante o governo militar.

"E onde você viu uma ditadura entregar pra oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura".

A transição de poder dos militares para os civis citada por Bolsonaro também foi lembrada na ordem do dia do Ministério da Defesa, assinada pelo ministro Fernando Azevedo —que é general da reserva— e coassinado pelos três comandantes militares. O texto não chama o regime militar de ditadura, mas celebra a "transição para uma democracia" a partir da Lei de Anistia de 1979.

Entre 1964 e 1985 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas —513 deputados, senadores e vereadores perderam os mandatos.

Em 1968, o AI-5 (Ato Institucional nº 5) inaugurou a fase mais repressiva dos 21 anos de ditadura militar. Nos primeiros dois dias de vigência da medida, presos políticos processados nas auditorias da Justiça Militar denunciaram mais de 2.200 casos de tortura.

Nesta quarta, a juíza federal Irani Silva da Luz, da 6ª Vara Cível em Brasília, deu cinco dias de prazo para que a União e o presidente Bolsonaro se manifestem sobre a ação que tenta proibir os quartéis, em caráter liminar, de festejar o aniversário de 55 anos do golpe militar. (FOLHA DE S.PAULO, 2019c).

Na manchete da reportagem, o jornal Folha de S.Paulo faz uso do verbo ‘negar’ em seu modo indicativo “Bolsonaro nega”. De acordo com gramáticos como Paschoalin e Spadoto (2014, p. 112), o uso do modo indicativo revela a “indicação da atitude de quem fala em relação ao fato expresso pelo verbo”, sendo assim esse modo verbal responsável por indicar uma certeza do sujeito, aquele que está praticando com veemência a ação de negar, o presidente Jair Messias Bolsonaro.

Diferentemente do jornal Diário de Pernambuco -reportagem 1 aqui analisada, a saber: “Bolsonaro comparara relação entre ditadura e vítimas com casamento desfeito” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO 2019a)-, nesta, não há a exposição na manchete da comparação feita pelo presidente entre vítimas da ditadura – casamento desfeito, aqui, a construção da manchete dita o foco do leitor para o ato de negar a ditadura “Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas”, que é complementado pela linha fina “Presidente diz em entrevista à Band que golpe de 1964 não existiu no Brasil” (FOLHA DE S.PAULO 2019c).

Partindo para o corpo do texto, percebemos que toda construção ainda gira em torno do mesmo foco, mostrar para o leitor que para Bolsonaro a ditadura militar no Brasil não aconteceu. Para atestar a veracidade da informação, o jornal traz a transcrição de uma fala do presidente onde ele afirma que

Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha, é coisa rara um casal não ter um problema, tá certo?”, disse. (FOLHA DE S.PAULO 2019c)

Se analisarmos esse trecho percebemos que há, por parte do presidente, uma tentativa de recontar a narrativa esvaziando seu caráter histórico e atribuindo a ela um novo significado “e onde você viu uma ditadura entregar pra oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura” (FOLHA DE S.PAULO 2019c).

Na visão do presidente, a transição de poder dos militares para os civis ocorreu de forma pacífica, por isso, não se pode considerar que os 21 anos em que o Brasil foi comandado pelos militares que censuravam artistas, perseguiram civis e matavam ativistas, como uma ditadura. O jornal usa documentos frutos de investigações sobre esse período, como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, já citada nesta pesquisa, para contestar tais falas do presidente:

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, afirmou que 423 pessoas foram mortas ou desapareceram no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, os crimes foram resultado de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, e não abusos cometidos por agentes isolados. A comissão pediu a punição de 377 pessoas pelos crimes cometidos pelo regime militar. (FOLHA DE S.PAULO 2019c)

Ainda sobre a posição de Bolsonaro, o jornal Folha de S.Paulo defende que ele tem minimizado o período ao se referir aos crimes da ditadura como probleminhas: “na entrevista, Bolsonaro minimizou o que ele próprio chamou de "probleminhas" ao longo do regime” (FOLHA DE S.PAULO 2019c), para mostrar que esse período passou por algo mais que simples probleminhas, o jornal fala sobre o Ato institucional número 5 (AI-5), que foi responsável por inaugurar “a fase mais repressiva dos 21 anos de ditadura militar” (FOLHA DE S.PAULO 2019c), o jornal ainda aponta que dentre os presos políticos que foram processados nas auditorias da justiça militar nos primeiros dias de vigência do AI-5 denunciaram cerca de 2.200 casos de tortura causada por militares.

Com isso, identificamos que em toda sua construção essa reportagem objetiva construir formas simbólicas que contestam as falas do presidente através da citação de fatos históricos e documentos oficiais. Para que possamos entender como essas formas funcionam enquanto estratégias de operação ideológica baseados nos preceitos de Thompson (1995), partiremos agora para análise e categorização das escolhas dos interlocutores e os efeitos simbólicos que estas constroem.

Quadro 10 – Análise da Reportagem 3 da Folha de S.Paulo

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>O relatório final da <b>Comissão Nacional da Verdade</b>, apresentado em 2014, <b>afirmou que</b> 423 pessoas foram mortas ou desapareceram no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, <b>os crimes foram resultado</b> de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, e não abusos cometidos por agentes isolados. <b>A comissão pediu a punição</b> de 377 pessoas pelos crimes cometidos pelo regime militar.”</p> <p>“Entre 1964 e 1985 <b>foram punidas</b>, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas —513 deputados, senadores e vereadores perderam os mandatos.”</p> <p>“Em 1968, o AI-5 (Ato Institucional nº 5) <b>inaugurou a fase mais repressiva dos 21 anos de ditadura militar</b>. Nos primeiros dois dias de vigência da medida, presos políticos processados nas auditorias da Justiça Militar <b>denunciaram mais de 2.200 casos de tortura.</b>”</p>	Nesta estratégia a construção dos trechos aqui destacados visam construir uma forma simbólica que conteste as falas do presidente através de uma cadeia de raciocínio que se baseia em documentos legais como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que além de catalogar crimes, aponta nome dos responsáveis e aconselha punições, bem como citações de fatos que circundam a instituição de um poder militar, como o ato institucional número 5.
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	Não observado	-
	Narrativização: manipulação de uma	“Na entrevista, <b>Bolsonaro minimizou</b>	Neste trecho a forma simbólica responsável

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	o que ele próprio chamou de <b>"probleminhas" ao longo do regime."</b>	por funcionar como um modo de operação da ideologia gira em torno do significado que aqui está a serviço do poder, ou seja, há uma intenção de recontar o fato de modo que a experiência do conflito seja transcendida, ao minimizar as consequências do período, como afirma o próprio jornal, o presidente transcende o conflito, o manipulando e transformando o presente em algo aceitável.
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	"O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, afirmou que 423 pessoas <b>foram mortas</b> ou <b>desapareceram</b> no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, <b>os crimes</b> foram resultado de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, <b>e não abusos cometidos por agentes isolados."</b>	Aqui a forma simbólica construída expressa claramente que o jornal é contra os ideais e conceitos expostos pelo presidente ao comparar a ditadura militar a 'probleminhas' em um relacionamento. As escolhas lexicais como "pessoa foram mortas", "os crimes" e "abuso cometidos" atestam um caráter negativo as falas do presidente, com isso, criando formas simbólicas onde o jornal contraria o que foi dito pelo presidente
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.	Não observado.	-
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	"Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. <b>Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha</b> , é coisa rara um casal não ter	A metáfora aqui fica explícita na relação entre os termos ditadura-casamento, casamento-probleminhas. Como já evidenciado no quadro 11 da reportagem dois aqui analisada evidenciamos que a combinação desses

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		um problema, tá certo?", disse."	termos é responsável pela construção de uma forma simbólica que minimiza o caráter histórico em questão atribuindo a este um novo significado.
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	A <b>transição de poder</b> dos militares para os civis citada por Bolsonaro também foi lembrada na ordem do dia do Ministério da Defesa, assinada pelo ministro Fernando Azevedo —que é general da reserva— e coassinado pelos três comandantes militares. O texto <b>não chama o regime militar de ditadura, mas celebra a "transição para uma democracia"</b> a partir da Lei de Anistia de 1979."	A escolha do termo "transição de poder" para denominar o fim do período ditatorial cria para a grande massa uma forma simbólica que explica o fim da ditadura militar como sendo o fim pacífico de uma forma de governo que foi também pacífica. Essa forma de recontar a história transforma a chegada da democracia no resultado de um bom governo que levou o país avançar tanto ao ponto de transformá-lo em uma democracia. Objetivando mostrar que é a ordem natural que um bom governo traga bons frutos para a sociedade.
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	"Presidente diz em entrevista à Band que <b>golpe de 1964 não existiu no Brasil.</b> "  "Bolsonaro também afirmou durante a entrevista que o <b>processo de entrega do poder pelos militares para os civis</b> é um <b>exemplo da inexistência de uma ditadura</b> no Brasil durante o governo militar."	Nos trechos destacados ao lado percebemos mais uma vez a estratégia de operação de ideologia que busca destituir o caráter histórico da ditadura com a repetição da ideia 'não houve ditadura no Brasil'. Essa repetição constante com narrativas que a expliquem, mesmo que de uma forma não fundamentada, faz com essa ideia se cristalice tanto que a sua explicação verdadeira seja perdida. Isso faz com que se crie uma sociedade sem história que acreditará em qualquer estória que lhe for apresentada.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p>“<b>Bolsonaro nega</b> ditadura e diz que regime viveu probleminhas.”</p> <p>“<b>Presidente diz</b> em entrevista à Band que golpe de 1964 não existiu no Brasil.”</p>	<p>No primeiro trecho temos explicitamente o uso do substantivo próprio para nominalizar o agente, o que deixa claro a responsabilidade que se está atribuindo a ele pela sua fala. Já no trecho seguinte poderíamos ter uma classificação de passivização, já que ao não utilizar o nome de destitui a responsabilidade do sujeito, mas, nesse caso, o uso do substantivo <b>presidente</b> busca atribuir ainda mais responsabilidade ao agente, já que ele está no mais alto cargo de uma república federativa, e deveria ser aquele que mais preza pelas retratações históricas passadas pelos civis brasileiros, por isso, classificamos a escolha dessa forma simbólica como sendo uma nominalização e não passivização.</p>
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	Não observado.	-

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

4.2.4 Reportagem 4 da Folha de S.Paulo (2019d): Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista. Linha Fina: Governo Bolsonaro envia resposta a críticas que relator especial havia feito

Figura 12 – Reportagem 4 da Folha de S.Paulo

uol INSCRIÇÃO COM LIGAR HOJE FACEBOOK PROSECUIÇÃO CURSOS LIGAR PLAY RATE-R&PQ EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

**BRASIL**

## Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista

Governo Bolsonaro envia resposta a críticas que relator especial havia feito

WASHINGTON | **BBC NEWS BRASIL** O governo de Jair Bolsonaro enviou telegrama à ONU (Organização das Nações Unidas) afirmando que "não houve golpe de Estado" em 31 de março de 1964 e que os 21 anos de governos militares foram necessários "para afastar a crescente ameaça de uma tomada comunista do Brasil e garantir a preservação das instituições nacionais, no contexto da Guerra Fria".

O governo afirma que "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que o golpe contou com o apoio da "maioria da população".



Protesto contra a ditadura militar no último domingo (31), em São Paulo - Marlene Bergamo/Folhapress

A BBC News Brasil teve acesso ao conteúdo integral do telegrama confidencial enviado pelo Itamaraty nesta quarta-feira (3) a Fabian Salvioli, relator especial da ONU sobre Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição. O conteúdo do texto foi confirmado por membros do governo Bolsonaro e fontes que atuam dentro das Nações Unidas.

O texto é uma resposta a críticas feitas pelo relator Salvioli na última sexta-feira aos planos do governo de celebração do 31 de março, então classificadas como "imorais e inadmissíveis".

Na oportunidade, o argentino afirmou em comunicado que "tentativas de revisar a história e justificar ou relevar graves violações de direitos humanos do passado devem ser claramente rejeitadas por todas as autoridades e pela sociedade como um todo".

"Comemorar o aniversário de um regime que trouxe tamanho sofrimento à população brasileira é imoral e inadmissível em uma sociedade baseada no Estado de Direito. As autoridades têm a obrigação de garantir que tais crimes horrendos nunca sejam esquecidos, distorcidos ou deixados impunes", escreveu Salvioli.

Em sua resposta, o governo brasileiro subiu o tom e classificou as críticas como "sem fundamento". Também disse à autoridade das Nações Unidas que ele "deve respeitar os processos nacionais e procedimentos internos em suas deliberações".

## **DISPUTA JUDICIAL**

Segundo o telegrama do Itamaraty, o "governo defende o direito à liberdade de expressão e de pensamento e saúda o debate público sobre os eventos ocorridos no período 1964-1985 no Brasil".

"Neste contexto, o presidente Bolsonaro está convencido da importância de colocar em perspectiva a data de 31 de março de 1964", continua o texto.

"O presidente reafirmou em várias ocasiões que não houve um golpe de Estado, mas um movimento político legítimo que contou com o apoio do Congresso e do Judiciário, bem como a maioria da população. As principais agências de notícias nacionais da época pediram uma intervenção militar para enfrentar a ameaça crescente da agitação comunista no país."

Segundo a gestão Bolsonaro, a decisão de instruir as Forças Armadas brasileiras a lembrar a data de 31 de março de 1964 "foi tomada com pleno respeito à lei nacional, incluindo a Constituição Federal".

O governo também destaca que a instrução para a comemoração do golpe foi confirmada pelo Poder Judiciário em 30 de março, "quando o Tribunal Regional Federal declarou que a decisão do presidente é compatível com as prerrogativas de seu alto cargo, respeita a legislação nacional e não viola as obrigações de direitos humanos, de acordo com o direito internacional".

Horas após o comunicado enviado pelo relator da ONU, no último dia 29, uma juíza federal de Brasília atendeu a um pedido da Defensoria Pública da União e proibiu que o governo realizasse eventos relacionados aos 55 anos do golpe militar.

Na decisão, a juíza Ivani Silva da Luz argumentava que a proibição pretendia "a não repetição de violações contra a integridade da humanidade, preservando a geração presente e as futuras do retrocesso a Estados de exceção".

No dia seguinte, um sábado, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), revogou a liminar e liberou comemorações, argumentando que "tendo em vista que existem eventos agendados para amanhã e domingo, dado o tamanho do Brasil e capilaridade das Forças Armadas, algumas unidades estão devidamente preparadas para a realização das cerimônias, as decisões recorridas colocam em risco gravemente a organização da administração, devendo a suspensão das mesmas ser imediata".

No comunicado enviado nesta quarta à ONU, o governo brasileiro ressaltou seu "compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais" e ressaltou que "atos semelhantes (as comemorações do 31 de março neste ano) foram realizados por unidades militares em anos anteriores, sem qualquer efeito deletério ao corpo político brasileiro".

Fonte: Folha de S.Paulo (2019d).

O governo de Jair Bolsonaro enviou telegrama à ONU (Organização das Nações Unidas) afirmando que "não houve golpe de Estado" em 31 de março de 1964 e que os 21 anos de governos militares foram necessários "para afastar a crescente ameaça de uma tomada comunista do Brasil e garantir a preservação das instituições nacionais, no contexto da Guerra Fria".

O governo afirma que "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que o golpe contou com o apoio da "maioria da população".

A BBC News Brasil teve acesso ao conteúdo integral do telegrama confidencial enviado pelo Itamaraty nesta quarta-feira (3) a Fabian Salvioli, relator especial da ONU sobre Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição. O conteúdo do texto foi confirmado por membros do governo Bolsonaro e fontes que atuam dentro das Nações Unidas.

O texto é uma resposta às críticas feitas pelo relator Salvioli na última sexta-feira aos planos do governo de celebração do 31 de março, então classificadas como "imorais e inadmissíveis".

Na oportunidade, o argentino afirmou em comunicado que "tentativas de revisar a história e justificar ou relevar graves violações de direitos humanos do passado devem ser claramente rejeitadas por todas as autoridades e pela sociedade como um todo".

"Comemorar o aniversário de um regime que trouxe tamanho sofrimento à população brasileira é imoral e inadmissível em uma sociedade baseada no Estado de Direito. As autoridades têm a obrigação de garantir que tais crimes horrendos nunca sejam esquecidos, distorcidos ou deixados impunes", escreveu Salvioli.

Em sua resposta, o governo brasileiro subiu o tom e classificou as críticas como "sem fundamento". Também disse à autoridade das Nações Unidas que ele "deve respeitar os processos nacionais e procedimentos internos em suas deliberações".

#### DISPUTA JUDICIAL

Segundo o telegrama do Itamaraty, o "governo defende o direito à liberdade de expressão e de pensamento e saúda o debate público sobre os eventos ocorridos no período 1964-1985 no Brasil".

"Neste contexto, o presidente Bolsonaro está convencido da importância de colocar em perspectiva a data de 31 de março de 1964", continua o texto.

"O presidente reafirmou em várias ocasiões que não houve um golpe de Estado, mas um movimento político legítimo que contou com o apoio do Congresso e do Judiciário, bem como a maioria da população. As principais agências de notícias nacionais da época pediram uma intervenção militar para enfrentar a ameaça crescente da agitação comunista no país."

Segundo a gestão Bolsonaro, a decisão de instruir as Forças Armadas brasileiras a lembrar a data de 31 de março de 1964 "foi tomada com pleno respeito à lei nacional, incluindo a Constituição Federal".

O governo também destaca que a instrução para a comemoração do golpe foi confirmada pelo Poder Judiciário em 30 de março, "quando o Tribunal Regional Federal declarou que a decisão do presidente é compatível com as prerrogativas de seu alto cargo, respeita a legislação nacional e não viola as obrigações de direitos humanos, de acordo com o direito internacional".

Horas após o comunicado enviado pelo relator da ONU, no último dia 29, uma juíza federal de Brasília atendeu a um pedido da Defensoria Pública da União e proibiu que o governo realizasse eventos relacionados aos 55 anos do golpe militar.

Na decisão, a juíza Ivani Silva da Luz argumentava que a proibição pretendia "a não repetição de violações contra a integridade da humanidade, preservando a geração presente e as futuras do retrocesso a Estados de exceção".

No dia seguinte, um sábado, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), revogou a liminar e liberou comemorações, argumentando que "tendo em vista que existem eventos agendados para amanhã e domingo, dado o tamanho do Brasil e capilaridade das Forças Armadas, algumas unidades estão devidamente preparadas para a realização das cerimônias, as decisões recorridas colocam em risco gravemente a organização da administração, devendo a suspensão das mesmas ser imediata".

No comunicado enviado nesta quarta à ONU, o governo brasileiro ressaltou seu "compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais" e ressaltou que "atos semelhantes (as comemorações do 31 de março neste ano) foram realizados por unidades militares em anos anteriores, sem qualquer efeito deletério ao corpo político brasileiro". (FOLHA DE S.PAULO, 2019d).

Na manchete da reportagem acima, o jornal mais uma vez escolhe seus termos com a finalidade de concentrar o foco do leitor em determinadas informações em detrimento de outras. Nessa construção, notamos que há uma estratégia onde se atribui ao agente da ação uma denominação que se refere a um grupo: "Brasil", na intenção de criar no leitor um sentimento de pertença, afinal, foi o Brasil que enviou um telegrama à Organização das Nações Unidas (ONU) afirmando que não houve ditadura, e, conseqüentemente, todos seus cidadãos concordam.

Apesar disso, já percebemos que na linha fina o próprio jornal se encarrega de tirar a responsabilidade de uma coletividade mais ampla e atribui-la a um grupo menor, agora, são os membros do governo Bolsonaro que enviam respostas a críticas, não mais o Brasil e todos seus cidadãos. Para isso, o jornal faz uso de termos como “governo Bolsonaro”, “governo brasileiro” e “gestão Bolsonaro” em todo o corpo da reportagem, não mais se atribui ao Brasil a responsabilidade da ação.

Sobre o fato noticiado, o envio do telegrama objetiva responder críticas tecidas pelo relator especial da ONU para Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição, Fabian Salvioli, feitas em decorrência da ordem de instituir “comemorações devidas” aos 55 anos da ditadura militar no Brasil em 31 de março de 2019. O jornal ainda afirma que o relator classificou atos desse tipo como “imorais e inadmissíveis”.

O jornal, ao afirmar que teve acesso ao conteúdo completo do telegrama enviado, faz questão de trazer trechos onde o governo declara que não houve nenhum tipo de golpe de Estado em 31 de março de 1964, que na verdade, os 21 anos de governo militar eram necessários para que se pudesse afastar a “crescente ameaça de uma tomada comunista no Brasil” (FOLHA DE S.PAULO 2019d), a Folha de S.Paulo ainda narra que

Em sua resposta, o governo brasileiro subiu o tom e classificou as críticas como “sem fundamento”. Também disse à autoridade das Nações Unidas que ele “deve respeitar os processos nacionais e procedimentos internos em suas deliberações”.

Com a escolha dos termos ‘subiu o tom’, o jornal mais uma vez objetiva exemplificar para o leitor que houve uma forma de mudar o que está sendo dito. Ao contrário de “muda tom”, expressão analisada na reportagem 2 da Folha de S.Paulo, que visava exemplificar uma mudança na forma que algo está sendo dito como se o agente quisesse ‘voltar atrás’ em relação aqui que falou: ‘não foi comemorar, foi rememorar (BOLSONARO *apud* FOLHA DE S.PAULO2019b), aqui podemos apontar que “sobe tom”, mesmo evidenciando também uma mudança na forma em que algo está sendo dito, determina que essa mudança visa também colocar o agente em situação de superioridade.

O tópico denominado “Disputa Judicial” que está dentro da reportagem, traz a informação que, no dia 29 de março, antes do dia para qual estavam previstas as “comemorações devidas”, uma juíza federal de Brasília, acatou o pedido da

Defensoria Pública da União de proibir que o ato fosse realizado, isso aconteceu horas após o Brasil receber o comunicado do relator Salvioli em nome da ONU.

Apesar disso, houve a revogação da liminar que proibia as comemorações, o jornal aponta que a desembargadora Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) usou argumentos onde defendeu que devido a capilaridade das Forças Armadas e ao tamanho do Brasil, que destituir a ordem das comemorações colocaria gravemente em risco “a organização da administração” (CARDOSO *apud* FOLHA DE S.PAULO 2019d).

Ao terminar a reportagem, o jornal traz mais um trecho do telegrama do governo Bolsonaro à ONU, onde este ressalta seu "compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais", o que por si só já uma contradição, qual o compromisso com a democracia que tem um governo que institui “comemorações devidas” a um período ditatorial?

Dentro desse contexto, evidenciamos que há por parte do jornal uma estratégia onde determinadas informações são escolhidas em detrimento de outras. Por exemplo, o jornal afirma que veículos de mídia tiveram acesso ao telegrama completo “A BBC News Brasil teve acesso ao conteúdo integral do telegrama confidencial enviado pelo Itamaraty” (FOLHA DE S.PAULO 2019d), mas não o transcreve completamente, apenas traz trechos específicos que criam formas simbólicas que se contradizem.

Primeiro identificamos as premissas “não houve golpe de estado” que se contradiz com a informação “21 anos de governo militares foram necessários”; segundo, identificamos “o governo brasileiro ressaltou seu compromisso com a democracia”, mas, o jornal menciona que apesar disso o governo rejeita críticas e as classifica como “sem fundamento”, o que contradiz seu dito compromisso com a democracia, já que é em uma democracia que se defende a pluralidade de pensamentos. Dessa forma, o jornal vai organizando as informações que o convém, utilizando o próprio fato noticiado para questioná-lo, buscando levar o leitor a uma construção de raciocínio embasado no foco que o próprio jornal dá às informações.

Em relação as formas simbólicas que essa organização das informações constrói, Dijk (2006) explana que a relação entre o fato noticiado e o leitor envolve a criação de “modelos mentais ou outras representações cognitivas” (DIJK, 2006, p.14), modelos esses que serão criados a partir dos recursos estabelecidos pelo jornal, como

nesse caso, a utilização de trechos específicos que contribuam para o objetivo do jornal de contrapor e questionar.

Voltados aos preceitos de Thompson (1995), entendamos agora como como essas premissas contraditórias funcionam enquanto estratégias de operação da ideologia.

Quadro 11 – Análise da Reportagem 4 da Folha de S.Paulo

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	Na oportunidade, o argentino afirmou em comunicado que <b>"tentativas de revisar a história e justificar ou relevar graves violações de direitos humanos do passado devem ser claramente rejeitadas</b> por todas as autoridades e pela sociedade como um todo".  "O governo também destaca que <b>a instrução para a comemoração do golpe foi confirmada pelo Poder Judiciário</b> em 30 de março, <b>"quando o Tribunal Regional Federal declarou</b> que a decisão do presidente <b>é compatível com as prerrogativas de seu alto cargo, respeita a legislação nacional e não viola as obrigações de direitos humanos</b> , de acordo com o direito internacional".	O jornal escolhe trazer trechos da fala do redator da ONU que se opôs veementemente as "comemorações devidas" propostas pelo presidente do Brasil, onde o mesmo explica o motivo pelo qual caracterizou a proposta como "imorais e inadmissíveis". Com estes trechos o jornal busca fortalecer sua causa, usando as falas de Salvioli como suporte.  O trecho que diz respeito a resposta do governo também busca dignificar sua causa, isso fica claro quando afirma que possui confirmação do poder judiciário e quando menciona que o Tribunal Regional Federal declara que instrução do presidente não viola os direitos humanos. Mas aqui, diferentemente do trecho acima, o jornal não usa essas falas como um suporte que defenda seu ponto de vista, mas usa com a intenção de questioná-la, como foi identificado na análise acima.
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	"O governo afirma que "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda	Historicamente sabemos que houve apoio de grande parte da população que foi as ruas clamando a Deus que nos salvasse

Modos Gerais	Estratégias	Trecho	Comentários
		<p>no Brasil e em toda a América Latina" e que o golpe <b>contou com o apoio da "maioria da população".</b>"</p>	<p>da ameaça comunista, como foi citado no capítulo 1 desta pesquisa. Essa afirmação estaria correta se não soubéssemos que a revolta que instituiu o movimento "anti-jango" e a luta contra o comunismo foi pensada, planejada e implantada na população, caracterizando esse apoio total como um acordo que é ilusoriamente democrático, já que a ameaça iminente foi imposta e tinha um objetivo muito claro de tomar o poder.</p>
	<p>Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.</p>	<p>"(...) o governo brasileiro ressaltou seu "compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais" e <b>ressaltou que "atos semelhantes</b> (as comemorações do 31 de março neste ano) <b>foram realizados por unidades militares em anos anteriores, sem qualquer efeito deletério</b> ao corpo político brasileiro"</p>	<p>A manipulação exercida neste trecho consiste na citação do governo onde este afirma que "atos semelhantes" já foram realizados em anos anteriores. A informação que está sendo dita aqui, é que outros governos já instituíram atos que relembressem o 31 de março, data em que se instituiu a governança militar que duraria 21 anos. Na reportagem número 1 do jornal Folha de S.Paulo aqui analisada, temos a informação que realmente, a data fazia parte dos calendários oficiais de comemorações do exército, mas foi destituída pela presidente Dilma em seu primeiro mandato. Isto posto, o <i>modus operandi</i> identificado aqui é a construção simbólica que visa justificar que se voltem a existir comemorações devidas, com isso,</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			criando uma tradição que despertem na população um sentimento de pertença, com isso justificar o exercício de poder através do envolvimento e engajamento social que sustente a relação de poder estabelecida através da construção da narrativa.
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	"O governo afirma que "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que <b>o golpe</b> contou com o apoio da "maioria da população"."	Mesmo em todo corpo da reportagem o jornal trazendo a informação que o governo considera que não houve golpe de estado em 1964, o jornal, nos poucos trechos onde não transcreve falas alheias, um a palavra golpe para nomear o período ditatorial, mesmo podendo utilizar palavras como regime ou período.
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.	"(...) o governo brasileiro ressaltou seu "compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais" e ressaltou que " <b>atos semelhantes</b> " (...)"	A escolha dos termos "atos semelhantes" evidencia uma forma simbólica onde o interlocutor busca minimizar a denominação que utilizou primeiro: "comemorações", para que com isso consiga criar uma forma simbólica positiva para o fato.
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	"Em sua resposta, o governo brasileiro <b>subiu o tom</b> e classificou as críticas como "sem fundamento". Também disse à autoridade das Nações Unidas que ele "deve respeitar os processos nacionais e procedimentos internos em suas deliberações".	A combinação entre os termos "subiu" e "tom" constroem juntas uma forma simbólica que busca exprimir uma reação que é características de pessoas que possuem sentimentos de raiva e/ou revolta, essa seria a análise se falássemos aqui da transcrição, por exemplo, de uma situação comunicacional face-a-face. Nesse contexto a escolha aqui parte do

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
			<p>jornal, não há um evento face-a-face que foi analisado, transcrito e onde o ato de subir o tom foi literal, pelo contrário, temos aqui um momento de troca de críticas e telegrama por parte dos interlocutores em que o jornal atribui ao governo a característica de 'subir o tom', visando criar uma forma simbólica onde fique claro para o leitor que houve uma mudança na forma de falar, agora o jornal busca mostrar que o governo não é mais polido, mas fala de forma ríspida, se colocando em lugar de superioridade e buscando com isso manter sua posição de poder.</p>
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	"O governo afirma que "os anos 1960-70 foram um período de <b>intensa mobilização de organizações terroristas</b> de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que o golpe contou com o apoio da "maioria da população"."	Nesse <i>modus operandi</i> da ideologia, conseguimos observar a construção de uma forma simbólica que tem por objetivo tratar um acontecimento histórico como algo inevitável. No trecho destacado ao lado, evidenciamos os anos de intensa mobilização que são descritos ao lado, ou como conhecemos e escolhemos ideologicamente chamar de ditadura militar, foi um período de intensa mobilização social que lutava contra uma ameaça, a ameaça comunista, dessa forma, o governo concorda que a luta da população foi algo que aconteceu naturalmente, contou com apoio e era inevitável.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	“O governo também destaca que a instrução para a comemoração do golpe foi confirmada pelo Poder Judiciário em 30 de março, "quando o Tribunal Regional Federal declarou que <b>a decisão do presidente</b> é compatível com as prerrogativas de seu alto cargo, respeita a legislação nacional e não viola as obrigações de direitos humanos, de acordo com o direito internacional".”	Aqui a nominalização é observada quando há o objetivo de destacar que a responsabilidade por parte do fato que está sendo posto é em questão é totalmente do presidente, já que foi dele a decisão.
	Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	<p>“<b>Brasil diz</b> à ONU que não houve golpe em 1964”</p> <p>“<b>Governo Bolsonaro envia</b> resposta a críticas que relator especial havia feito.”</p> <p>“<b>O governo afirma que</b> "os anos 1960-70 foram um período de intensa mobilização de organizações terroristas de esquerda no Brasil e em toda a América Latina" e que o golpe contou com o apoio da "maioria da população".”</p> <p>“<b>Segundo a gestão Bolsonaro</b>, a decisão de instruir as Forças Armadas brasileiras a lembrar a data de 31 de março de 1964 "foi tomada com pleno respeito à lei nacional, incluindo a Constituição Federal".”</p> <p>“<b>O governo</b> também destaca que a instrução para a comemoração do golpe</p>	Destituição da responsabilidade ao não nomear um agente e sim uma coletividade.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		foi confirmada pelo Poder Judiciário em 30 de março, "quando o Tribunal Regional Federal declarou que a decisão do presidente é compatível com as prerrogativas de seu alto cargo, respeita a legislação nacional e não viola as obrigações de direitos humanos, de acordo com o direito internacional".	

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

4.2.5 Reportagem 5 da Folha de S.Paulo (2019e): Defensoria Pública irá à Justiça contra comemoração do golpe de 1964. Linha fina: Entidades reagem à determinação de Bolsonaro, que pediu 'comemorações devidas'

Figura 13 – Reportagem 5 da Folha de S.Paulo

uol INSCRIÇÃO COM. LIG. HOST. FACEBOOK. PROSEQUIRO. CURSOS. LIG. PLAY. RATE-INFO. EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

## Defensoria Pública irá à Justiça contra comemoração do golpe de 1964

Entidades reagem à determinação de Bolsonaro, que pediu 'comemorações devidas'

**BRASÍLIA** A determinação do presidente Jair Bolsonaro para que os quartéis brasileiros festejem o aniversário de 55 anos do golpe militar de 1964 gerou repúdio de órgãos ligados à defesa dos direitos do cidadão e medidas para barrar os eventos na Justiça.

Nesta terça (26), a Defensoria Pública da União anunciou que ajuizará ação civil pública para impedir que o 31 de Março, data de início do movimento golpista, seja comemorado nas unidades militares.

O objetivo, segundo o órgão, é proteger a memória e a verdade, além de evitar o emprego de recursos públicos.



Assessores do então deputado federal Jair Bolsonaro estendem no plenário da Câmara faixa parabenizando militares pelo golpe de 1964, na efeméride dos 50 anos, em 2014 - Sérgio Lima - 1º.abr.2014/Folhapress

---

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão vinculado ao MPF (Ministério Público Federal), advertiu o presidente e seus auxiliares, por meio de uma nota pública, de que celebrar o golpe e o regime autoritário dele decorrente, que vigorou de 1964 a 1985, desrespeita o Estado democrático de Direito e, por lei, está sujeito a punições.

“Festejar a ditadura é festejar um regime inconstitucional e responsável por graves crimes de violação aos direitos humanos. Essa iniciativa soa como apologia à prática de atrocidades massivas e, portanto, merece repúdio social e político, sem prejuízo das repercussões jurídicas”, diz o comunicado.

O texto afirma que usar a máquina pública para defender “crimes constitucionais e internacionais atenta contra os mais básicos princípios da administração pública, o que pode caracterizar ato de improbidade administrativa”.

A reação se deu após o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, afirmar na segunda (25) que o presidente, capitão reformado do Exército, determinou ao Ministério da Defesa que seja comemorado o 31 de Março.

Na ação, a Defensoria Pública da União pede que eventos e o emprego de recursos públicos para esse fim sejam proibidos neste ano, em caráter liminar, e que, com o julgamento do mérito da ação, a restrição passe a valer para o futuro.

O órgão requer que o governo seja impelido a notificar todas as unidades militares do país de eventual decisão contrária às comemorações.

A defensoria argumenta que a mensagem de Bolsonaro aos quartéis é ofensiva “à memória de todas as pessoas que foram perseguidas, torturadas e assassinadas no período ditatorial brasileiro”, além de violar “profundamente a moralidade administrativa nacional” ao estimular o uso de verba pública.

A ação diz também que o ato de Bolsonaro afronta a lei 12.345/2010, segundo a qual datas comemorativas que vigorem em todo território nacional devem ser objeto de projeto de lei.

“Permitir que as comemorações anunciadas pelo Poder Executivo ocorram fere, frontalmente, o direito à verdade, especialmente em sua função de prevenção. Isto é: permitir que condutas exaltem tal período negro de nossa história nacional viola nossa memória coletiva e estimula que novos golpes e rupturas democráticas ocorram, atenta contra a democracia e contra o Estado democrático de Direito”, afirma a defensoria.

Na peça, que será enviada à Justiça Federal, o órgão enumera violações praticadas pelo regime militar e dá destaque à investigação feita pela CNV (Comissão Nacional da Verdade).

O colegiado, instituído por lei, funcionou de 2012 a 2014 e seu relatório final é a versão oficial do Estado brasileiro para os chamados anos de chumbo.

Fonte: Folha de S.Paulo (2019e).

A determinação do presidente Jair Bolsonaro para que os quartéis brasileiros festejem o aniversário de 55 anos do golpe militar de 1964 gerou repúdio de órgãos ligados à defesa dos direitos do cidadão e medidas para barrar os eventos na Justiça.

Nesta terça (26), a Defensoria Pública da União anunciou que ajuizará ação civil pública para impedir que o 31 de Março, data de início do movimento golpista, seja comemorado nas unidades militares.

O objetivo, segundo o órgão, é proteger a memória e a verdade, além de evitar o emprego de recursos públicos.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão vinculado ao MPF (Ministério Público Federal), advertiu o presidente e seus auxiliares, por meio de uma nota pública, de que celebrar o golpe e o regime autoritário dele decorrente, que vigorou de 1964 a 1985, desrespeita o Estado democrático de Direito e, por lei, está sujeito a punições.

“Festejar a ditadura é festejar um regime inconstitucional e responsável por graves crimes de violação aos direitos humanos. Essa iniciativa soa como apologia à prática de atrocidades massivas e, portanto, merece repúdio social e político, sem prejuízo das repercussões jurídicas”, diz o comunicado.

O texto afirma que usar a máquina pública para defender “crimes constitucionais e internacionais atenta contra os mais básicos princípios da administração pública, o que pode caracterizar ato de improbidade administrativa”.

A reação se deu após o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, afirmar na segunda (25) que o presidente, capitão reformado do Exército, determinou ao Ministério da Defesa que seja comemorado o 31 de Março.

Na ação, a Defensoria Pública da União pede que eventos e o emprego de recursos públicos para esse fim sejam proibidos neste ano, em caráter liminar, e que, com o julgamento do mérito da ação, a restrição passe a valer para o futuro.

O órgão requer que o governo seja impelido a notificar todas as unidades militares do país de eventual decisão contrária às comemorações.

A defensoria argumenta que a mensagem de Bolsonaro aos quartéis é ofensiva “à memória de todas as pessoas que foram perseguidas, torturadas e assassinadas no período ditatorial brasileiro”, além de violar “profundamente a moralidade administrativa nacional” ao estimular o uso de verba pública.

A ação diz também que o ato de Bolsonaro afronta a lei 12.345/2010, segundo a qual datas comemorativas que vigorem em todo território nacional devem ser objeto de projeto de lei.

“Permitir que as comemorações anunciadas pelo Poder Executivo ocorram fere, frontalmente, o direito à verdade, especialmente em sua função de prevenção. Isto é: permitir que condutas exaltem tal período negro de nossa história nacional viola nossa memória coletiva e estimula que novos golpes e rupturas democráticas ocorram, atenta contra a democracia e contra o Estado democrático de Direito”, afirma a defensoria.

Na peça, que será enviada à Justiça Federal, o órgão enumera violações praticadas pelo regime militar e dá destaque à investigação feita pela CNV (Comissão Nacional da Verdade).

O colegiado, instituído por lei, funcionou de 2012 a 2014 e seu relatório final é a versão oficial do Estado brasileiro para os chamados anos de chumbo.

O documento destaca depoimento da ex-presidente Dilma Rousseff, ex-presa política torturada pela ditadura. “O [capitão Benoni de Arruda] Albernaz batia e dava soco. Ele dava muito soco nas pessoas. Ele começava a te interrogar. Se não gostasse das respostas, ele te dava soco. Depois da palmatória, eu fui pro pau de arara”, diz trecho das declarações.

Na nota divulgada nesta terça, a Procuradoria de Defesa dos Direitos do Cidadão avisou Bolsonaro que o uso da máquina pública para a comemoração de “crimes constitucionais e internacionais” atenta contra princípios da administração pública e pode configurar ato de improbidade administrativa.

A procuradoria explica que em 1964 vigorava a Constituição de 1946, que previa eleições diretas para a escolha do presidente. Informa que o mandato do então presidente, João Goulart, seguia seu curso normal e que se tratava de um governo legítimo.

“O golpe de Estado de 1964, sem nenhuma possibilidade de dúvida ou de revisionismo histórico, foi um rompimento violento e antidemocrático da ordem constitucional. Se repetida nos tempos atuais, a conduta das forças militares e civis que promoveram o golpe seria caracterizada como o crime inafiançável e imprescritível de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. O apoio de um presidente da República ou altas autoridades seria, também, crime de responsabilidade”, diz o texto.

A procuradoria sustenta que as alegadas motivações do golpe, apregoadas por Bolsonaro e seus aliados, “são absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto”.

Afirma ainda que a derrubada de João Goulart iniciou um regime de restrição a direitos fundamentais e de repressão “violenta e sistemática à dissidência política, a movimentos sociais e a diversos segmentos, tais como povos indígenas e camponeses”.

A nota também destaca o trabalho da Comissão da Verdade, cujo relatório concluiu que a ditadura matou ou desapareceu com 434 suspeitos de dissidência política e com mais de 8 mil indígenas.

“Estima-se que entre 30 e 50 mil pessoas foram presas ilegalmente e torturadas. Esses crimes bárbaros (execução sumária, desaparecimento forçado de pessoas, extermínio de povos indígenas, torturas e violações sexuais) foram perpetrados de modo sistemático e como meio de perseguição social. Não foram excessos ou abusos cometidos por alguns insubordinados, mas sim uma política de governo, decidida nos mais altos escalões militares, inclusive com a participação dos presidentes da República”, escrevem os integrantes da procuradoria.

O órgão diz ainda que, também à luz do direito penal internacional, os ditadores brasileiros cometeram crimes contra a humanidade. O Tribunal Penal Internacional, porém, não pode julgar as autoridades brasileiras pelos crimes do regime militar, porque sua competência é para fatos posteriores à sua criação.

“Juridicamente, nenhuma autoridade pública, sem fundamentos sólidos e transparentes, pode investir contra as conclusões da CNV, dado o seu caráter oficial”, afirma a procuradoria.

Em Imperatriz (MA), três procuradores da República abriram um procedimento para apurar “a compatibilidade com o ordenamento jurídico de possíveis atos de comemoração”, no município, “custeados com recursos públicos, alusivos à data de 31 de março de 1964”.

Segundo o termo de abertura do procedimento, “apesar de eventuais controvérsias ainda existentes, o próprio Estado brasileiro e cortes

internacionais já reconheceram que o movimento militar de 1964 foi um golpe que depôs um presidente legítimo e instaurou um regime de exceção que implicou a erradicação de liberdades democráticas essenciais, centenas de mortes, milhares de prisões políticas, tortura, além de outras graves violações de direitos humanos".

Os procuradores Jorge Mauricio Porto Klanovicz, José Mário do Carmo Pinto e Rodrigo Pires de Almeida escreveram ainda que "qualquer comemoração alusiva à data realizada com recursos públicos (materiais ou humanos) é possivelmente incompatível com o ordenamento jurídico e pode implicar, inclusive, a prática de ato de improbidade administrativa por seus responsáveis" (FOLHA DE S.PAULO, 2019e).

Na manchete dessa reportagem a primeira estratégia que identificamos é a nominalização do agente da ação. Apesar de nominalizar uma entidade, um determinado grupo de profissionais, utilizar o nome do órgão "defensoria pública" logo na manchete, confere ao ato um maior nível de importância, já que é uma ação que será realizada por profissionais da área jurídica.

Durante o corpo da reportagem o jornal reitera a informação que foi trazida também na linha fina, que, apesar do jornal apenas citar a Defensoria pública, outras entidades e órgãos, no plural, foram contrários à instituição de comemorações devidas aos 55 anos de ditadura militar no Brasil, o jornal manifesta que a determinação do presidente "gerou repúdio de órgãos ligados à defesa dos direitos do cidadão e medidas para barrar os eventos na Justiça." (FOLHA DE S.PAULO 2019e).

O jornal completa a informação quando cita também que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão que possui vínculos organizacionais com o Ministério Público Federal (MPF), notificou o presidente da república por sua decisão de instituir "comemorações devidas" ao golpe alegando que celebrar um regime autoritário "desrespeita o Estado democrático de Direito e, por lei, está sujeito a punições" (FOLHA DE S.PAULO 2019e).

O Estado Democrático de Direito citado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, é o contrato que organiza e institui uma forma de estado onde a prioridade é a soberania popular e o respeito aos direitos humanos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político. (BRASIL, 1988).

Em livre interpretação já poderíamos evidenciar que a instituição de “comemorações devidas” aos 55 anos de golpe militar no Brasil se contrapõe ao que prevê a Constituição Federal em seu 4º artigo, quando institui que a República Federativa do Brasil deve estar regida perante a prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz.

Nesta reportagem evidenciamos construções de formas simbólicas que não objetivam o repasse total da informação. Ao compararmos essa reportagem com a reportagem número 5 do jornal Diário de Pernambuco aqui analisada, que tem como manchete “MPF fala em crime de responsabilidade de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64”, constatamos que mesmo noticiando o mesmo fato, cada um dos jornais constrói formas simbólicas que são voltadas para o quanto querem fornecer de informação ao leitor.

Na análise da reportagem 5 identificamos algumas premissas: i) o jornal Diário de Pernambuco noticia que o MPF, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, apontou eventual crime de responsabilidade, não do governo, mas da pessoa Jair Messias Bolsonaro, o presidente de país. ii) O Ato Institucional número 5 é citado pelo jornal como uma ferramenta de contextualização e contraponto à informação do presidente quando este afirma que “não houve golpe no Brasil” e iii) o período ao qual o presidente busca instituir “comemorações devidas”, foi um período de forte repressão e censura na mídia. O jornal Diário de Pernambuco traz essa e outras informações sobre repressão em um tópico dentro da reportagem ao qual intitula “Março de 64”.

Observadas e retomadas essas premissas, nos voltemos agora para as informações que a Folha de S.Paulo deixa de dar. Em primeiro lugar, nota-se que o jornal apenas fala que o MPF “advertiu o presidente e seus auxiliares, por meio de uma nota pública”, mas não cita que essa advertência tem como base investigar um

possível crime de responsabilidade que pode ser passível de um *impeachment*, informações essas que temos na reportagem do Diário de Pernambuco.

Em segundo lugar, ao contrário do jornal Diário de Pernambuco, em nenhum momento o jornal se coloca enquanto interlocutor do fato, atribuindo a este formas simbólicas que explicitem o seu posicionamento, o que é também uma escolha ideológica. Funcionar nesse momento apenas como meio de distribuição de uma notícia, escolhendo quais fatos não citar é também uma tomada de posição. Essa tomada de posição, por sua vez, só pode ser realizada porque neste contexto, em uma relação jornal-leitor, o jornal está em uma posição de detentor do poder, sendo o poder neste caso o poder da informação, e ter esse poder possibilita ao jornal escolher quais informações promover e quais não citar.

Sobre isso, Dijk (2017) afirma que aqueles que detém algum tipo de poder controlam detalhes do discurso produzidos a fim de exercer o controle, o que torna o uso do poder ilegítimo, já que este artifício configura e perpetua uma relação de dominação que nesse caso se constituiu a partir da desinformação e influencia os processos de compreensão, o que pode interferir, segundo Dijk (2006), na formação de modelos mentais que serão tendenciosos.

Agora, para que entendamos como esses modelos mentais tendenciosos funcionam enquanto modos de operação da ideologia, observemos o quadro abaixo.

Quadro 12 – Análise da Reportagem 5 da Folha de S.Paulo

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
Legitimação	Racionalização: construção de cadeia de raciocínio onde se busca defender uma causa, mostrando que esta é digna de suporte.	<p>“A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão vinculado ao MPF (Ministério Público Federal), advertiu o presidente e seus auxiliares, por meio de uma nota pública, de que celebrar o golpe e o regime autoritário dele decorrente, que vigorou de 1964 a 1985, <b>desrespeita o Estado democrático de Direito e, por lei, está sujeito a punições.</b>”</p> <p>“O texto afirma que usar a máquina pública para defender “crimes</p>	<p>Todos os trechos aqui destacados são citações da notificação feita pelo MPF ao presidente, por tanto, a estratégia de operação da ideologia aqui identificada é, nestes trechos, exclusivamente do MPF. Não há nesta reportagem a intenção do jornal de construir uma linha de raciocínio que justifique seu posicionamento quanto ao fato.</p>

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<p>constitucionais e internacionais <b>atenta contra os mais básicos princípios da administração pública</b>, o que <b>pode caracterizar ato de improbidade administrativa</b>”.”</p> <p>“Na ação, a Defensoria Pública da União <b>pede que eventos e o emprego de recursos públicos para esse fim sejam proibidos</b> neste ano, <b>em caráter liminar</b>, e que, com o julgamento do mérito da ação, <b>a restrição passe a valer para o futuro</b>.”</p> <p>“A defensoria <b>argumenta que</b> a mensagem de Bolsonaro aos quartéis <b>é ofensiva “à memória de todas as pessoas que foram perseguidas, torturadas e assassinadas no período ditatorial brasileiro”</b>, além de violar <b>“profundamente a moralidade administrativa nacional”</b> ao estimular o uso de verba pública.”</p> <p>“A nota <b>também destaca o trabalho da Comissão da Verdade, cujo relatório concluiu que a ditadura matou ou desapareceu</b> com 434 suspeitos de dissidência política e com mais de 8 mil indígenas.”</p> <p>“o movimento militar de 1964 foi um golpe que depôs um presidente legítimo e <b>instaurou</b></p>	

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
		<b>um regime de exceção que implicou a erradicação de liberdades democráticas essenciais, centenas de mortes, milhares de prisões políticas, tortura, além de outras graves violações de direitos humanos".</b>	
	Universalização: acordos ilusoriamente democráticos.	Não observado.	-
	Narrativização: manipulação de uma história do passado que transforma o presente em uma tradição aceitável.	Não observado.	-
Dissimulação	Deslocamento: valorização negativa ou positiva a partir de escolhas lexicais.	<p>“A determinação do presidente Jair Bolsonaro para que os quartéis brasileiros <b>festejem</b> o aniversário de 55 anos do golpe militar de 1964 gerou repúdio(...)”</p> <p>“(...) a Defensoria Pública da União anunciou que ajuizará ação civil pública para impedir que o 31 de Março, data de início do <b>movimento golpista</b>, seja comemorado nas unidades militares.”</p>	Os termos “festejem” e “movimento golpista” constroem uma forma simbólica que constroem valorizações declaradamente negativas. A primeira sendo uma escolha do jornal, faz referência as “comemorações devidas” propostas pelo presidente, terminologia que, mesmo que tenha semanticamente o mesmo significado que “festejem”, possibilita que se mascare as reais intenções do que está sendo proposto.
	Eufemização: Ação reescrita de modo a despertar uma valorização positiva através de escolhas lexicais quase imperceptíveis.	“A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão vinculado ao MPF (Ministério Público Federal), <b>advertiu o presidente e seus auxiliares, por meio de uma nota pública</b> , de que celebrar o golpe e o regime autoritário dele decorrente, que vigorou de 1964 a 1985, desrespeita o Estado democrático de Direito e, por lei, está sujeito a punições.”	A escolha do termo <b>advertiu</b> destacada ao lado, minimiza a ação do MPF, que na verdade atribuiu as “comemorações devidas” como sendo um possível crime de responsabilidade. Através disso, nota-se que há um objetivo de reescrever o fato, positivando a forma simbólica construída.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Trecho</i>	<i>Comentários</i>
	Tropo (metáfora): uso figurativo da linguagem; revelam tensão na sentença ao combinar expressões de campos semânticos diferentes	Não observado.	-
Reificação	Naturalização: acontecimento histórico tratado como um resultado inevitável, acontecimento de ordem natural.	Não observado.	-
	Eternalização: caráter a-histórico – permanentes, imutáveis e recorrentes.	Não observado.	-
	Nominalização: ênfase do agente em voz ativa	<p><b>“Defensoria Pública irá à Justiça contra comemoração do golpe de 1964”</b></p> <p>“Os procuradores <b>Jorge Mauricio Porto Klanovicz, José Mário do Carmo Pinto e Rodrigo Pires de Almeida escreveram</b> ainda que “qualquer comemoração alusiva à data realizada com recursos públicos (materiais ou humanos) é possivelmente incompatível com o ordenamento jurídico e pode implicar, inclusive, a prática de ato de improbidade administrativa por seus responsáveis”.</p>	Instituição de responsabilidade ao nomear o agente.
Passivização: destituição de reponsabilidade da ação através da voz passiva.	<b>“Entidades reagem à</b> determinação de Bolsonaro, que pediu ‘comemorações devidas”	Destituição de responsabilidade ao não nomear o agente.	

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, na primeira seção deste estudo, traçar uma linha cronológica com informações históricas e jornalísticas a respeito do período ditatorial, como ele foi planejado e iniciado, de modo a desvelar “a história por trás das comemorações devidas” que foram o foco das reportagens aqui analisadas. Na segunda seção, discutimos, por meio dos preceitos da ACD, as noções de ideologia e de hegemonia como práticas sociais como forma de embasar teoricamente as discussões aqui fomentadas.

Na terceira seção, pudemos discorrer acerca do discurso midiático, sua estrutura e seu funcionamento, além do modo como ele chega às massas e como essa macroestrutura atua como uma peça de fundamental sustentação das relações de dominação e/ou abuso de poder. A quarta seção, por sua vez, destinou-se às análises das reportagens, que foram ancoradas principalmente pela categoria de análise “modos gerais de operação da ideologia”, proposta por Thompson (1995).

A partir das análises, evidenciamos que a mídia funciona como uma engrenagem que não apenas constrói, mas sustenta relações de dominação – dado seu poder de atribuir visibilidade a interesses que podem ser mais ou menos convergentes dentro das esferas de poder, sendo, nosso foco, a esfera histórico-política brasileira. Com isso, evidenciamos também que fatos históricos que marcam a população, como a ditadura militar, devem ser discutidos, analisados e percebidos não só no âmbito científico, mas no social, para que possamos nos tornar, a cada dia, não apenas pesquisadores, mas pesquisadores críticos que entendem seu papel na missão de repelir a possibilidade de uma ciência não valorativa.

Para que essa repulsa ocorra, é preciso ter em mente que a Análise Crítica do ACD, segundo Dijk (2017), tem seu foco também voltado à luta para ser uma “reação contra os paradigmas formais dominantes” (DIJK, 2017, p. 114). Ao realizarmos as investigações, foi preciso nos posicionar explicitamente para, assim, compreender e combater as desigualdades e dominações, tal como foi evidenciado ao longo das análises. Assim, é preciso destacar que uma ciência valorativa é a que ultrapassa os muros dos centros científicos e atinge a grande massa, de modo que a ciência seja não tão ideologicamente orientada a serviço da manutenção dos padrões hegemônicos como a mídia é, tal como foi percebido ao longo das análises. Promover

o acesso ao conhecimento pelo público é necessário para que tais padrões não sejam repetidos – mesmo que essa não seja uma tarefa fácil.

Em relação às questões que nortearam o desenvolvimento deste estudo, a questão “(i) Qual é, afinal, o papel da mídia na construção de estratégias ideológicas em reportagens sobre a ditadura militar?” pôde ser respondida porque pudemos perceber, ao longo das análises, que a mídia tem, de fato, um grande papel na construção do pensamento político-social, já que é detentora do poder da informação.

Para a pergunta “(ii) Como essas estratégias ideológicas funcionam enquanto uma engrenagem que sustenta relações de dominação da mídia?”, sua resposta ficou evidente ao percebermos que em todas as análises houve uso das estratégias de operação da ideologia, como Racionalização, Universalização, Narrativização, Deslocamento, Eufemização, Tropo (metáfora), Naturalização, Eternalização, Nominalização e Passivização. Isso significa que a mídia escolhe o que será de conhecimento da audiência e usa-se dessas estratégias para consolidar seu próprio posicionamento ideológico, o que responde à questão “(iii) Em que momento essas ‘relações’ de dominação se tornam ‘abuso’ de poder?”, já que orientar informações ideologicamente, por si, já caracteriza um uso excessivo de poder.

Quanto ao que foi proposto nos objetivos específicos, o fato de identificar os modos de operação da ideologia cumpre o objetivo de “(i) identificar quais os modos de operação da ideologia presente nas reportagens analisadas”. Quanto ao objetivo “(ii) investigar como, a partir de cada um dos modos de operação da ideologia, cada jornal cria estratégias de construções simbólicas por meio do uso de citações de personalidades da esfera política”, seu cumprimento foi possível a partir dos processos metodológicos que possibilitaram a materialização de análises que põem em evidência o que Barros (2013) discute quando afirma que em toda relação estabelecida entre um discurso político e seu destinatário, há um “jogo interacional de posições e atribuições de poder”, jogo pelo qual identificamos como sendo a mídia o elo principal.

Os sentidos construídos nas reportagens, desvelados pelas análises, constroem formas simbólicas imbuídas de poder pelo fato de subtenderem uma seleção do que é dito e, conseqüentemente, acessado pela grande massa. Tal reflexão caracteriza o cumprimento do objetivo de “(iii) averiguar de que maneira os sentidos construídos nas reportagens, por meio dessas citações, sustentam as relações e os abusos de poder que partem dos jornais”.

A partir do exposto, pôde-se atingir o objetivo geral deste trabalho, que foi o de “analisar as formas simbólicas construídas nas reportagens sobre as ‘comemorações devidas’ aos 55 anos de golpe militar, propostas pelo presidente –em vigência – Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019, e como estas sustentam relações de poder/dominação na construção do pensamento político-social através da mídia”. Os processos de efetivação puderam fomentar um intenso diálogo entre os estudos teóricos sobre ideologia, poder, mídia e política, de forma a produzir as análises das reportagens sobre as "comemorações devidas" ao golpe militar de 1964 que aqui foram discutidas.

O trabalho com o gênero reportagem foi um dos maiores desafios nas escolhas da pesquisa porque havia o receio de acabar produzindo análises que seriam “mais do mesmo”, ainda que houvesse todo um planejamento voltado à fuga de paradigmas de análise enviesados que buscam encaixar a teoria ao corpus a todo custo. Felizmente, os resultados mostraram uma tentativa de fuga desse paradigma ao respeitar os limites dos textos selecionados e ao organizar metodologicamente as análises de modo a dispor visualmente todos os elementos suscetíveis à análise.

Diante do extenso volume de dados coletados e das constatações realizadas, há perspectivas de continuidade deste estudo. Além desse ponto, insere-se o interesse pela questão da ampliação da teorização sobre as estratégias de operação da ideologia, que merece ser cada vez mais pesquisada no âmbito científico. Também é válido destacar que foi difícil separar o olhar de pesquisadora e o olhar de cidadã diante dos processos de reflexão teórica e de análise, mas houve uma frequente busca por essa separação. No âmbito pessoal, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou a minha imersão em diferentes perspectivas de estudo que ampliaram ainda mais a minha percepção sobre a ACD e o quanto se é necessário fomentar o acesso a seus produtos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

BARROS, D. P. **Linguagem e Política 1: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. v.2: As técnicas do jornalismo São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, J. P.; NASCIMENTO, A. (Ed.). **Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): Breve Introdução**. Rio de Janeiro: ECO, 2021. *E-book* (61p.) P&B. Disponível em: amazon.com.br. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARROS, D. P. Política e Intolerância. *In*: FULANETI, O. N.; BUENO, A. M. (Orgs.). **Linguagem e Política 1: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-92.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1950.

BRASIL. C. F. **Lei da Anistia**. Brasília: 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, C. N. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade – Relatório**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade – Relatório**. Volume 2. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade – Relatório**. Volume 3. Brasília: CNV, 2014c. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CHAGAS, C. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969: A história contada por jornais e jornalistas.** Editora Record, 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In*: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). **Gêneros reflexões em análise do discurso.** Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CHOMSKY, N. **Mídia: propaganda política e manipulação.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** La Paz: CHDI, 1979.

CORDEIRO, J. M. **Anos de chumbo ou anos de ouro?** A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 22, p. 85-104, 2009.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Bolsonaro comparara relação entre ditadura e vítimas com casamento desfeito.** Disponível em: [https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/03/28/interna\\_politica,782072/bolsonaro-comparara-relacao-entre-ditadura-e-vitimas-com-casamento-des.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/03/28/interna_politica,782072/bolsonaro-comparara-relacao-entre-ditadura-e-vitimas-com-casamento-des.shtml). Acesso em: 28 mar. 2019a.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Confira dicas de livros e filmes para entender os anos de chumbo da Ditadura Militar.** Disponível em: [https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2019/03/30/internas\\_viver,782342/confira-dicas-de-livros-e-filmes-para-entender-os-anos-de-chumbo-da-di.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2019/03/30/internas_viver,782342/confira-dicas-de-livros-e-filmes-para-entender-os-anos-de-chumbo-da-di.shtml). Acesso em: 1 abr. 2019b.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Deputado recorrerá a órgão internacional por "comemoração" do golpe de 64.** Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2019/03/deputado-recorrera-a-orgao-internacional-por-comemoracao-do-golpe-de.html>. Acesso em: 26 mar. 2019c.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Livros didáticos devem revisar referências à ditadura militar, diz Vélez a jornal.** Disponível em: [https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/04/03/interna\\_politica,782862/livros-didaticos-devem-revisar-referencias-a-ditadura-militar-diz-vel.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/04/03/interna_politica,782862/livros-didaticos-devem-revisar-referencias-a-ditadura-militar-diz-vel.shtml). Acesso em: 3 abr. 2019d.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **MPF fala em crime de responsabilidade de Bolsonaro ao exaltar golpe de 64.** Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2019/03/mpf-fala-em-crime-de-responsabilidade-de-bolsonaro-ao-exaltar-golpe-d.html>. Acesso em: 26 mar. 2019e.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Para Bolsonaro, não houve ditadura no Brasil.**

Disponível em:

<[https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/03/27/interna\\_politica,781983/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/03/27/interna_politica,781983/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil.shtml)>. Acesso em: 29 mar. 2019f.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Projeto criminaliza apologia à ditadura.** Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2019/03/projeto-criminaliza-apologia-a-ditadura.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019g.

DIJK, T. A. **Discourse and Manipulation.** London: SAGE Publications, 2006.

DIJK, T. A. **Ideology: a multidisciplinary approach.** Grã-Bretanha: SAGE, 2000

DIJK, T. A. **Discurso e Contexto:** uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, T. A. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2017.

DIJK, T. A. Politics, ideology and discourse In: Ruth Wodak Editor. **Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics.** Amsterdam: Ruth Wodak Editor, 2005.

ESTADÃO. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. **YouTube**, 08 ago. 2019. Transcrição de áudio do vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FAIRCLOUGH. N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2019a.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro muda tom e diz que ideia é lembrar, e não comemorar, golpe de 1964.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-muda-tom-e-diz-que-ideia-e-lembrar-e-nao-comemorar-golpe-de-1964.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2019b.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2019c.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/brasil-diz-a-onu-que-nao-houve-golpe-em-1964-e-que-governos-militares-afastaram-ameaca-comunista-e-terrorista.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2019d.

FOLHA DE S. PAULO. **Defensoria Pública irá à Justiça contra comemoração do golpe de 1964.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/defensoria-publica-ira-a-justica-contra-comemoracao-do-golpe-de-1964.shtml>>. Acesso em 26 mar. 2019e.

FOWLER, Roger. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press.** Londres: Routledge, 2013.

GOUVEIA, V. Tempo negro, temperatura sufocante. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 21, n. 2, p. 201-206, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43083>. Acesso em: 13 out. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 5.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAKOFF, G. JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana.** (coordenação da Tradução Mara Sophia Zanotto). Campinas: Mercados de Letras; São Paulo: EDUC, 2002. 360 p.

LEFORT, C. **Le travail de l'oeuvre Machiavel.** Paris: Gallimard, 1986.

LEFORT, C. **The Political Forms of Modern Society: Bureaucracy, democracy, totalitarianism.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 1986.

LIMA, L. C. **Os anos de chumbo.** São Paulo: Planeta, 2020.

LIRA, T. ALIAGA, L. **Ideologia e filosofia nos cadernos do cárcere.** Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 5, n. 7, p. 126-141, 2020.

KINDERMANN, C. A. **O estudo dos gêneros do jornal: o caso da reportagem.** ENCONTRO DO CELSUL, v. 5, 2002. p. 352-359.

LOCKE, J. **Dois Tratados Sobre o Governo.** São Paulo: Martin Fontes, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Hipóteses. *In*: MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (Org.) **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JR, J. R. L. et al. (Orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 158-183.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, A. L.; SILVA, L. E. da. Ideologia segundo John Thompson: reflexões da política de educação no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 54, p. 220–229, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640179>. Acesso em: 19 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. DOI-CODI, as memórias do QG da tortura da ditadura precisam seguir vivas. **El País Brasil**. São Paulo, 28 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-28/doi-codi-as-memorias-do-qg-da-tortura-da-ditadura-precisam-seguir-vivas.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, R. M. O que se entende por estado de sítio? **Jusbrasil**. 2009. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2127608/o-que-se-entende-por-estado-de-sitio-rodrigo-marques-de-oliveira>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, M. T. **Gramática teoria e atividades**. São Paulo: FTD, 2014.

PERRUSI, A. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 21, p. 415-442, 2015.

PILAGALLO, O. **História da Imprensa Paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três estrelas, 2012.

RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROCHA, H. Racismo e mídia. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 53-82, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/universitashumanas/article/view/1392>. Acesso em: 02 out. 2020

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. São Paulo: Cultrix, 1985.

SAID, E. W. **L'Islam dans les médias**. France: Actes Sud, 2011.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SERBIN, K. P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001, 566 p.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOBRAL, K. M. DOS SANTOS RIBEIRO, E. C. **A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. Cadernos do GPOSSHE On-line| ISSN, v. 2595, p. 7880, 2020.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998 – cap. 2 “A mídia e o desenvolvimento das sociedades modernas” (pp. 47-76)

TRAMARIM, E. Período da história do Brasil conhecido como os "anos de chumbo". **Câmara dos Deputados**, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279778-periodo-da-historia-do-brasil-conhecido-como-os-anos-de-chumbo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

WESTIN, R. Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura. **Agência Senado**. 05 ago. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 10 jul. 2022.